

**Boca-de-urna: a garra de alguns
e a grana de outros tantos.** Pág. 7

EM TEMPO:

SEMANARIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — Nº 38 — 20 A 26 DE NOVEMBRO DE 1978



ENNIO BRAUNS

AQUI SEBASTIÃO NERY: PROTESTO CONTRA A DITADURA

A soma de votos do conjunto dos candidatos do MDB ao Senado supera em alguns milhares a dos candidatos da Arena em todo Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, já na madrugada da sexta-feira, o oposicionista Pedro Simon — sozinho — dava um banho em seus três adversários arenistas, indo além de 400 mil votos. Segundo Sebastião Nery, seria de se prever também uma vitória do MDB na Câmara Federal. E entre os dez senadores mais votados no país, pelo menos oito serão do MDB. Tudo isso — explica Nery — não é outra coisa senão a “grande afirmação do povo contra a ditadura”.

De fato, apesar dos bloqueios da Lei Falcão e da deslavada corrupção oficial a serviço da Arena, os primeiros resultados das urnas já davam conta do protesto popular, através da simpatia pelo partido de oposição — este único canal para o registro da insatisfação e da sede de mudança no 15 de novembro. Eleições: Págs. 3, 4, 6 e 7.

Fernando Henrique:

**Derrota
na eleição,
vitória na campanha.**



O dia 15 de um candidato oposicionista ao Senado, em São Paulo. Pág. 6

**NICARÁGUA:
O ultimato
ao ditador.**



O prazo fatal dado pela oposição ao ditador Anastacio Somoza termina no próximo dia 21. Caso Somoza não abandone o poder e deixe o país, espera-se uma nova greve geral, a terceira deste ano, e uma nova ofensiva militar da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que acaba de organizar o seu exército regular “em algum ponto da Nicarágua”.

O cerco volta a apertar em torno da ditadura. Em duas páginas, damos um quadro amplo de toda a situação no país, obtido das mais autênticas lideranças oposicionistas ao regime. Ernesto Cardenal, o padre, poeta e sandinista; representantes da Tendência Proletária; Edelberto Rivas Torres, que faz a radiografia das classes dominantes da Nicarágua; e C.R. Mauricio, dirigente político para as relações exteriores, que, entre outras coisas, pediu ao EM TEMPO que ajude na campanha de formação de comitês de solidariedade ao povo nicaraguense aqui no Brasil.

págs. 8 e 9



**Sindicato rural
também exige
sua autonomia**

Entrevista com Antônio Crispim, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, região de cana e bóias-frias. Pág. 12

IMPRENSA
**“Jornal dos Bairros”:
experiência que pegou.**

Pág. 10

**HOMEM DE VISÃO:
Paulo Maluf
já quer ser
Presidente
da República**



Já “eleito” governador de São Paulo, ele agora não faz por menos: prepara desde logo o terreno para ocupar o trono de Figueiredo. Não é piada! Maluf, o “Homem de Visão”, 78, famoso por suas tramas e bandalheiras — a exemplo do caso Lutfalla — já começou a investir em deputados dispostos a auxiliá-lo em seus intentos. Pág. 3

**SINDICATOS
Querem manter
o atrelamento**

Pág. 5

EXÍLIO
**Marco Antônio Meyer:
um brasileiro banido.**

Pág. 11

Urgente: assembléias de comitês de candidatos populares.

Finalmente chegou e passou o dia 15. Computados os votos, os resultados imediatos do pleito estão aí, conferindo cadeiras para uns tantos e deixando outros tantos sem mandato. Para quem só pensava na eleição em termos eleitorais, visando faturar as regalias de um título de deputado ou senador, já deu o que tinha de dar. Agora, para estes, resta apenas deitar na sopa ou esperar pela próxima.

Entretanto, agora os efeitos imediatos do pleito, existe algo bastante mais importante, de maior fôlego; algo relacionado sobretudo com o que veio antes e com o que pode vir depois do dia 15. Trata-se de relações políticas abertas durante as eleições, ou aprofundadas durante a campanha, assegurando ao menos uma hipótese de ligação mais efetiva entre os candidatos e seus contingentes eleitorais.

Para os candidatos populares, essa questão se torna vital, sob pena de não merecerem o qualificativo. E a ligação com as classes populares somente poderá ser efetiva se for orgânica, em termos democráticos, de tal modo que o parlamentar funcione - de fato como um ponta-de-lança na defesa dos direitos e interesses populares.

E, por extensão, que o Parlamento seja - de fato - uma caixa de ressonância das lutas que estouram aqui e ali, na periferia, na fábrica, no campo, no banco, na repartição pública, na escola, enfim, em todos os cantos onde movimentos sociais se agitam em demanda de melhores condições de vida e trabalho e de liberdade de organização e expressão; contra a exploração e a opressão do cotidiano.

Assim, sendo, candidato popular, ou parlamentar, seria aquele que se amarra às lutas do povo explorado e oprimido, não apenas "de coração", mas através de formas organizatórias que permitam a interferência popular para dar sentido e rumo a seus mandatos. Fora disso, o "popular" se confunde com o "populista", na velha base do deputado ou senador que diz "lutar pelo povo", ignorando que o povo é que realmente briga por si próprio, tendo no parlamentar (quando tem) apenas um auxiliar (ainda que destacado).

Sem dúvida, esse estilo de postura e prática exige consciência de compromisso e exige - também - uma certa unidade de ação. Tanto entre cada candidato, seus comitês e suas bases; quanto entre os vários candidatos populares e tudo que venha a representar. Entretanto, embora necessária e possível, essa unidade, a ser consolidada em torno de problemas comuns e programas mínimos comuns, ainda parece um ideal de ficção, algo em comum inatingível. Se no Rio de Janeiro existiu uma Frente Popular Eleitoral, a coisa soa como exceção, pois dominante foi a briga do "cada um para si, Deus por todos!". Nos bairros e portas de fábrica, não raro, os candidatos mais combativos cruzam seus trabalhos, confundindo-se e confundindo o próprio eleitorado, numa disputa às vezes primária e ineficaz para os vários atores em cena.

Antônio Funari, Irma Passoni, Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira, todos candidatos a deputado estadual por São Paulo, todos responsáveis por programas comprometidos com os interesses populares, foram claros em levantar seme-

lhantes problemas na entrevista que concederam ao EM TEMPO nº 37. E - o que importa - foi no debate com eles, tratando dessas questões, que surgiu a idéia da realização urgente de uma assembléia de comitês dos candidatos populares de São Paulo, objetivando: avaliação das campanhas, trocas de experiências, articulação conjunta de trabalhos e lutas. E até mesmo: tentativa de se definir um caminho próprio para os parlamentares democráticos e populares no processo de reordenação partidária.

A proposta pode parecer um tanto ambiciosa, e de fato é. Mas sua efetivação depende da abertura e da determinação dos que pretendem combinar a luta parlamentar com a luta de massas numa perspectiva que não comporte bairrismos nem exclusividades; dos que identificam o momento atual como tempo de acumulação e articulação de força: potencialmente, pelo menos existe a unidade contra o regime autoritário e suas bases de sustentação.

Noutro nível, as diferenças - inevitáveis - deverão servir para alimentar o debate franco e sem mistérios, importante para os passos adiante.

Além dos quatro candidatos mencionados, mais três de São Paulo já aderiram também a idéia em declarações a EM TEMPO - Fernando Moraes, Eduardo Suplicy e Audálio Dantas. Por tanto, antes que seja tarde, trata-se de cada comitê discutir o assunto, pesar, medir, e definir-se perante a iniciativa. Aliás, iniciativa que vale tanto para São Paulo quanto para qualquer outro estado da dita Federação. (J.B.)

Quebra-quebra em Minas contra comida estragada

"Arroz azedo, feijão queimado e carne podre. Não tinha nada com hoje. Comida podre, podre. Por isso nós quebramos tudo. Não sobrou nada da cantina", disse um operário.

O jantar servido na terça-feira, dia 7, na cantina da construtora João Fortes Engenharia - que está construindo uma agência do Banco Central do Brasil em Belo Horizonte - estava estragado. De fato, quem esteve no local, rua Santos Barreto esquina com avenida Olegário Maciel no bairro de Lourdes, constatou, que da cantina não restava nada além do mau cheiro da comida, principalmente de carne estragada. Panelas, pratos, bandejas, sacos e caixas de mantimentos, grandes pedaços de carne, pães e todos os utensílios da cantina foram jogados na rua, inclusive um fogão e uma grande geladeira, foram totalmente destruídos pelos operários.

Os usuários são mais de setecentos (700), e disseram que "não é por falta de reclamar pois todo dia a coisa é ruim assim. Hoje um companheiro nosso viu a comida e reclamou, recebeu a marmita cheia na cara, foi daí que começou o quebra-quebra".

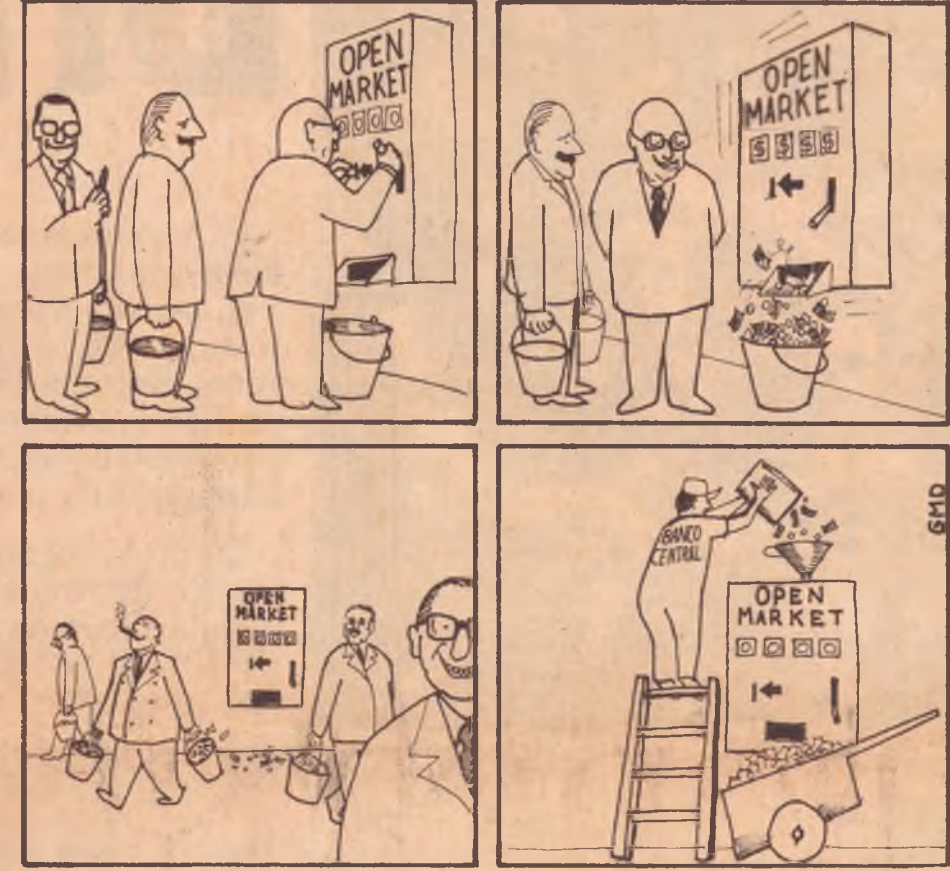
Segundo os trabalhadores os pratos servidos na cantina - com os seus preços são os seguintes: "prato comum: arroz, feijão e carne podre - Cr\$ 18,00; prato especial: vem com um pedacinho de bife - Cr\$ 26,00; um cafezinho e um pão velho sujo de manteiga - Cr\$ 5,00". Essa é a descrição do cardápio feita por eles. Em média são obrigados a gastar Cr\$ 37,00 por dia. Afirmaram que um servente ganha Cr\$ 7,00 por hora e pedreiros, carpinteiros e armadores Cr\$ 14,00. "O negócio aqui não é o problema do preço. Vamos pagar caro, mas vamos comer comida que presta. Há três meses que to aqui e nunca como que prestasse", afirmou um mineiro. Como a maioria dos trabalhadores é de outros estados, um perguntou "se você mora aqui, por que você come na cantina?" E o belorizontino respondeu: "porque tenho que trabalhar todo dia até tarde. Das 7 horas da manhã às dez da noite. E às vezes até mais-noite. Eu faço 5 (cinco) horas extras por dia, e não dá pra ir em casa".

As horas extras são comuns a todos na obra. Para o encarregado do pessoal, "ninguém aguenta comer essa comida. E comida pra

bicho. Eu mesmo como fora daqui". Para alguns, essa foi a cantina mais "respeitada" que já conheceram, e citaram o exemplo do Rio de Janeiro. "Lá da primeira vez nós reclama, da segunda nós já quebra".

O clima na rua, onde se encontrava a maioria, após o movimento, era de vitória, satisfação e alegria. Ao chegarem os repórteres todos queriam falar e dar o seu depoimento. Mesmo com a presença de policiais no local, não se intimidaram. Havia Rádio Patrulhas, um pelotão do Corpo de Bombeiros, e Polícia Civil; que, como afirma o Sargento Souza, do Corpo de Bombeiros, "fomos chamados pelo engenheiro responsável pela obra". O delegado de plantão no Departamento de Investigações, Gilberto Monteiro Sales, acompanhava também, à distância, a movimentação dos operários e informou que a presença da polícia era somente "preventiva".

Enquanto uns davam declarações, outros limpavam a rua e no final, arrastavam um grande latão de lixo, com os restos de comida, dizendo que levavam dentro o cantineiro.



O comício final da campanha do MDB gaúcho

Tendo como mestre de cerimônias o popular "Margarida", velho militante do PTB gaúcho, o MDB realizou na noite de domingo, 12 de novembro, seu comício de encerramento de campanha eleitoral no Rio Grande do Sul.

O público presente foi sensivelmente menor no comício da "oposição popular" promovido pelo Setor Jovem de Porto Alegre, uma semana antes no mesmo local, o Largo dos Aporíanos.

Mesmo assim, as três mil pessoas presentes e a fala dos oradores, em sua quase totalidade candidatos de Porto Alegre, distinguiram-se bastante do comício de encerramento da Arena. Precavidos ante um possível fracasso, os arenistas alugaram um cinema médio de Porto Alegre e contrataram cantores e uma Escola de Samba para tentar atrair público para sua "festa".

Mesmo assim, sobram lugares no cinema, levando inclusive alguns oradores a sugerir que saíssem para

fora e na rua conseguissem a adesão de mais alguns curiosos ou transeuntes.

No comício da oposição, o pouco público do comício arenista foi citado por vários oradores que o usavam como prova incontestada do distanciamento, do isolamento em que se encontra o partido do governo ante as massas populares.

A tônica dos discursos oposicionistas restringiu-se à denúncia e à crítica veemente ao regime militar. O coro sistemático de "Abaixo a Ditadura" e "Povo Unido jamais será vencido" cadenciou grande parte do comício. Novamente, as palavras de "Anistia" e de "Brizola" empolgaram o público presente.

As bem organizadas "cliques" da "Convergência Socialista" e da "Tendência Socialista" davam um tom diferente ao comício com suas bandeiras e faixas vermelhas e o chamamento "O voto é classista, operário e socialista".

FINAIS

lista de 952 impedidos de regressar ao País. Apesar dessa lista nunca ter sido assumida oficialmente, são inúmeros os casos de brasileiros que mesmo sem nunca terem sofrido acusação alguma são impedidos de regressar ao seu país.

DCE-LIVRE- As eleições do DCE-Livre da Universidade Federal de São Carlos, Estado de São Paulo, realizadas no último mês de outubro, registraram no final a

Com exceção de alguns "candidatos populares" a maioria dos oradores simplesmente restringiu-se à repetição das denúncias e da crítica ao regime. A retomada das ruas, dos comícios, pelas oposições, não tem tido correspondência entre sua significação para a retomada das lutas populares e as possíveis alternativas ou caminhos que a oposição deverá trilhar após o 15 de novembro.

Mesmo o MDB, gaúcho tradicionalmente mais avançado, tem se mostrado bastante pobre em propostas e alternativas além do já desgastado apelo à "volta ao Estado Direito" e à democracia.

Após a fala de Pedro Simon, candidato ao Senado, o presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre, Paulo Pinto, encerrou o comício, sem permitir que falasse o candidato da TS, Américo Copetti, alegando que "falariam apenas os candidatos de Porto Alegre".

vitória de uma chapa de oposição. Do total de 1032 votantes (quase 80% do total de alunos), 754 votos elegeram a chapa vencedora, "Veredas", que defendia em seu programa uma maior participação dos estudantes em sua entidade e o voto em candidatos populares nas eleições de 15 de novembro último. A antiga diretoria, "Novo Rumo", obteve apenas 231 votos, sendo o restante dividido entre 18 votos em branco e 29 votos nulos.

Jornalistas baianos brigam pelo sindicato

Os jornalistas baianos reiniciaram a processo de mobilização pela retomada do seu sindicato que há quase um ano se encontra sob intervenção, nas mãos de uma junta governativa nomeada pela delegacia Regional do Trabalho. Esta mobilização começou após o jornalista Anísio Felix, ex-presidente do Sindicato, ter ganho um mandato de segurança contra a atitude do delegado Ivanilson Trindade de vetar o seu nome, juntamente com demais integrantes de outras chapas que concorriam às últimas eleições.

Com a sentença do tribunal Federal de Recursos abriu-se então a perspectiva de novas eleições para a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia. No entanto, o grande problema enfrentado pelos jornalistas baianos é a falta de publicação do acordão no Diário Oficial, o que tem servido de pretexto para o Delegado Regional deixar de marcar as eleições.

Numa reunião realizada na semana passada, 76 jornalistas decidiram então pela realização de um abaixo-assinado a ser entregue por uma comissão de profissionais ao presidente do Tribunal Federal de Re-

ursos em Brasília, relatando a situação do sindicato e a preocupação dos jornalistas e solicitando a sua interferência na oficialização da sentença do mandato de segurança.

Por outro lado, outra grande preocupação dos jornalistas reunidos foi quanto ao próximo acordo salarial, não só pelos péssimos salários pagos aos profissionais baianos, mas também pelo fato de não haver, um sindicato com diretoria livremente eleita que possa tratar das reais aspirações da classe.

Assim além da discussão em torno da situação do sindicato e das formas de manter a classe mobilizada pela retomada do órgão, os jornalistas baianos tentam, eles mesmos, independentes da Junta Governativa, estabelecer as reivindicações do próximo acordo salarial. Para isto um levantamento sobre salários pagos e propostas de acordo está sendo feito nas redações. E como a junta governativa é o único órgão legalmente capacitado para dialogar com os patrões, o acordo salarial deverá ser feito ainda através da sua diretoria, acompanhada de uma comissão de jornalistas.

Metalúrgicos do sul contra os patrões

Na maior assembléia realizada pelos metalúrgicos de Porto Alegre após 1964, uma esmagadora maioria recusou a contraproposta patronal sobre o pedido de aumento encaminhado pela categoria.

Enquanto os trabalhadores exigem um aumento efetivo, real, sem futuras compensações, pois é evidente a perda do poder aquisitivo nos últimos meses e o dissídio dos metalúrgicos ocorre em abril, os patrões continuam insensíveis.

Sua contraproposta, foi considerada "ridícula" e "miserável" pelos vários trabalhadores que se manifestaram na assembléia. Os empresários ofereceram apenas um reajuste de 15% até Cr\$ 5.000,00; 12% até Cr\$ 10.000,00 e aos que recebem acima dessa importância, 8%. Além do baixo índice de reajuste a proposta prevê a compensação desses aumentos no próximo dissídio.

"Não adianta dialogar com os patrões", disse um dos oradores, "os companheiros de São Paulo e do

ABC já mostraram como é que se faz: é com as máquinas paradas que vamos vencer o arrocho e a lei anti-greve."

A maior parte dos oradores defendeu a proposta de exigir "15% agora e direto para a Carteira do Trabalho, nada de compensações" e também a necessidade de "negociações diretas com os patrões" por fora da Justiça do Trabalho.

Na hora da votação, 477 trabalhadores votaram pelo "não" recusando a contraproposta patronal e apenas 196 aceitaram o reajuste compensável, em nome de que "algumas fábricas grandes, como a Zivi-Hercules, por exemplo, ainda não deram nenhum adiantamento e aceitar a contraproposta patronal levaria sua extensão a toda a categoria."

Prevaleceu o espírito de luta e resistência que nos últimos meses tem começado a ressurgir entre os metalúrgicos de Porto Alegre, independentemente da grande debilidade orgânica em que ainda se encontra.

As eleições do DCE de Juiz de Fora

O Movimento Estudantil em Juiz de Fora viveu nas últimas semanas uma situação de constante discussão e mobilização: três tendências disputaram em eleições diretas, a direção do DCE e de 14 diretórios acadêmicos.

No ano passado, a necessidade de se retomar o DCE de um grupo peço (chapa Xequê-Mate) levou a uma ampla composição, que impediu o clareamento de posições. E a diretoria que se elegeu (chapa Ponto de Partida), uma "frente" heterogênea, veio a se caracterizar pela indefinição quanto ao programa político adotado e pela ausência de um plano de trabalho para o DCE que permitisse combinar as lutas na universidade às lutas gerais na sociedade. Mais que isso, a inexistência de um plano de trabalho levou à incapacidade de se promover a organização democrática do DCE.

Quatro mil e oitocentos estudantes votaram, tanto para os D.As. quanto para o DCE, e os resultados para o DCE determinaram uma estabilização do número de votos (983) para a chapa Caminhando (formada por estudantes que em 1976 integraram a chapa Xequê-Mate, de direita, e em 1977

perderam para a "frente" chapa Ponto de Partida e que agora se apresentam como "independentes ideologicamente" e "repudiam a ditadura". No entanto, a direita conseguiu ganhar espaço em dois D.As. de expressão política, Medicina e Direito.

A chapa vitoriosa (2050 votos), para o DCE, Ação e Unidade - formada por estudantes que atuavam na atual direção da entidade central - no plano organizativo não propõem concretamente formas de atuação que superem as ações e decisões restritas à diretoria; e a nível político apresentam um programa limitado - no plano educacional "melhores condições de ensino" e no plano geral "abolição integral dos atos e leis de exceção, Assembléia Constituinte, exigência de total importância pois precisamos de uma Constituição que garanta os verdadeiros anseios do povo". (sic!)

Já a tendência Estratégia, oposição à atual diretoria do DCE, que havia conseguido sair vitoriosa nas eleições para os D.As. de Ciências Biológicas, Farmácia e Bioengenharia, ICHL, ICE e Comunicação, conseguiu no cômputo geral para o DCE, 1408 votos.

Mário Alves: governo vai ao banco dos réus.

Mário Alves de Souza foi morto nas dependências do DOI-CODI no Rio de Janeiro na madrugada de 16 para 17 de janeiro de 1970. E o que pretende provar Dilma Borges Vieira, sua mulher, após quase 9 anos de infrutíferas buscas (ver EM TEMPO nº 21). Com base nas declarações do advogado Raimundo Teixeira Mendes e do vereador Antônio Carlos de Carvalho, testemunhas da prisão e tortura de Mário Al-

ves, Dilma entrará agora na justiça com uma ação contra a União.

Como em outros casos, a situação se repete. Seu marido saiu de casa fazendo voltar logo e nunca mais foi visto. A mesma peregrinação, a mesma recusa de informação dos órgãos oficiais. Informações anônimas confirmando a prisão. Cartas às autoridades e parlamentares, aos generais, sempre respondidas com evasivas e até com

ameaças, como no caso dos generais Canavarro Pereira e Sizen Sarmento, que ameaçaram processá-la caso não apresentasse duas testemunhas da prisão de seu marido.

Reforçada pela recente vitória de Clarisse Herzog contra a União, finalmente responsabilizada pela morte de Vlado Dilma pretende ver a morte de seu marido oficialmente esclarecida e os responsáveis punidos.



Assine EM TEMPO:

Nome.....Profissão.....
Idade.....Endereço.....Bairro.....
Fone.....Cidade.....Estado.....CEP.....
End. Comercial.....Horário.....Fone.....
Estou enviando o cheque nº.....do Banco.....em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpites: Flávia Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávia Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alii, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

ro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marinete Oliveira, Olívia Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (ilustração), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisas:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSÁIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Paul Pont. **Recife** (R. Aníbal Faício, 127 - França): Antonio Sérgio de Souza, Cacy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scatru, Alzir Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - sala 408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Lima, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Suelli Caldas. **Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Diés, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju** (SE): David Dantas. **Campanas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, ro-gério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Gerardo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelmio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

É O POVO CONTRA A DITADURA

Sebastião Nery: haverá "uma mudança de qualidade na atuação parlamentar da oposição; o governo vai perder a maioria até na Câmara Federal". Entrevista a Marcos Aarão Reis.

Jornalista político há 25 anos, ex-deputado pelo antigo Partido Socialista Brasileiro, cassado, Sebastião Nery tornou-se um analista de eleições nacionais desde a publicação de seu livro "16 derrotas que abalam o Brasil". Até hoje, o único texto integral de avaliação das eleições de 1974.

Colunista da Folha de São Paulo e da Tribuna da Imprensa, no Rio, ele aparece também todas as noites no Jornal da TV Bandeirantes. Confidencialmente, confirma que está preparando seu retorno à atividade político-parlamentar, a partir de 1º de janeiro do ano que vem. De viva voz, ele garante: "O MDB vai ter mais de vinte milhões de votos".

Nesta entrevista ao EM TEMPO, Nery atualiza uma série de prévias que fez ainda em outubro, quando a campanha não tinha se desenhado. Além de denunciar a atuação do governo em todo o processo, marcado pela maior corrupção já vista. Ele fala sobre o terceiro partido que está sendo articulado no próprio Palácio do Planalto e traça os rumos que a oposição deve seguir, em sua opinião, depois do pleito.

Entrevistar um coleguinha com a tarimba de Sebastião Nery não é fácil. A gente já entra com aquela sensação de que vai ser mais uma discussão política do que, propriamente, uma matéria. Ele argumenta em cima de cada afirmação e exige resposta. Estamos lá para perguntar, mas é ele quem dá a saída, e entra logo de sola:

- O primeiro ponto, fundamental, nestas eleições, está em que o governo não conseguiu impedir a campanha. Queriam uma eleição sem campanha, reflexo perfeito do "pacote" de castração dos candidatos reduzidos ao desfiguramento através do rádio e da TV, sem comícios e sem passeatas. Mas não deu! Eu fiz uma prévia para a revista STATUS logo no início de setembro: até 15 de setembro não havia campanha em lugar nenhum do Brasil! Foi uma pesquisa na base de conversas

com gente que eu conheço, que faz política por estes Estados todos, e andei pelo país inteiro, alguns lugares mais de uma vez.

- E você, Nery, ainda mantém os resultados a que chegou?

- Não, agora eu já mudei alguma coisa. Verdade que, no essencial, é aquilo mesmo. O meio de campo está meio embotado, mas eu acho que o MDB ganha. O governo, apesar de seu empenho muito maior que em 74, não leva! Todas as razões políticas, econômicas e sociais que já existiam, em 74, para que o voto popular fosse a oposição, estão terrivelmente acirradas. Daí é que decorre o segundo fato importante, este, resultando das urnas que já estão sendo apuradas. Pela primeira vez, o povo elegerá uma maioria de deputados "autênticos" para o MDB. Todas as bancadas do MDB do Nordeste des-

cerão com maioria de "autênticos"! Isso levará a uma mudança de qualidade na atuação parlamentar da oposição. O governo não vai sofrer só uma grande derrota. Não, vai é perder a maioria até na Câmara Federal. Esta será a grande afirmação do povo contra a ditadura! A maioria da Oposição na Câmara!

-E em termos de eleições majoritárias?

- Para o Senado eu acho que o MDB ganha no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio, Minas, Goiás, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Acre. O Amazonas eu, antes, achava imprevisível: não acho mais, não! O MDB leva! Pode vencer no Ceará e em Sergipe, também, Estados que eu tinha considerado imprevisíveis, em setembro. Pode fazer um, no Mato Grosso do Norte. E pode levar o Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco para o senado, no que será, sem dúvida, a vitória mais bela de todas as campanhas que se realizaram este ano. O Jarbas partiu, nas primeiras prévias do GALLUP, com 16 pontos percentuais contra 70. A última prévia publicada na revista VEJA já o aponta com 40 contra 40. Isso é a prova de que a vitória da oposição será maior onde a campanha cresceu nas ruas!

O MDB vai ganhar porque cresceu na campanha, sem dúvida, e porque a vitória para o Senado puxa o carro. Veja bem: no Rio, eu tinha estimado, para o MDB, 36 cadeiras na Câmara Federal. Nada: vai dar 37! A Arena não passa de nove. Outras 37 virão de São Paulo, onde eu só imaginava possíveis umas 35, antes da campanha. No total, são cerca de 47 milhões de eleitores em todo o Brasil. Vão votar mesmo uns 40 milhões. 70% nos grandes centros urbanos. Em número de votos para o Senado o MDB leva mais de 20 milhões! Esse é o motor do carro!

- O comportamento político do governo durante a campanha...

- O Tribunal Superior Eleitoral, por decisão unânime, acusou o Presidente da República e seu sucessor de comportamento sistematicamente ilegal, durante, no mínimo, um ano! Não é o que se concluiu da proibição, ainda que de última hora, para que o Geisel (a dupla Geisel-Figueiredo) deixasse de aparecer na televisão, fazendo inaugurações eleitorais? Não é a oposição quem diz, é o Tribunal! E veja bem: se foram eles que fizeram a lei, nem podem alegar que não sabiam que estavam se colocando à sua margem. Foi de propósito! Eles sabiam dos atos que vinham praticando.

Essa foi a campanha mais corrupta de toda História

- Juntando todo o dinheiro que rolou, que bicho dá?

- Essa foi a campanha mais corrupta de toda História! Oficializada, na medida em que foi o próprio governo que determinou aos governadores estaduais que vencessem a parada de qualquer modo. Em Minas, oficialmente, a Arena dispunha de 80 bilhões para gastar nas eleições. Em um só dia, o Israelzinho, entrou em Belo Horizonte com cem kombis equipadas, Você - sabe o que é isso?! Cem kombis valem 10 milhões! O mecanismo foi mais ou menos o mesmo por toda a parte: deram financiamentos aos candidatos da Arena, boa parte delas homens de empresa, financiamentos de bancos de desenvolvimento dos Estados. Em Pernambuco o Cide o Nilo levaram 20 milhões cada um, em financiamentos provenientes do Banco do Brasil e da SUDENE. Em Minas, o Israel Pinheiro Filho e o Fagundes Neto, levaram a grana dos bancos estaduais mesmo. No Paraná a campanha foi escandalosa, com aviões e helicópteros, centenas de carros com chapa oficial percorrendo o Estado, distribuindo propaganda arenista. O Jaime Canet deixou de ser governo para virar chefe de campanha eleitoral, aliás, um dos mais sérios e competentes. O MDB vai ganhar a eleição para o Senado, no Paraná, mas se perdesse seria uma perda para a máquina governamental, sem dúvida! No Rio Grande do Sul, isso tudo já em Porto Alegre, foi o próprio candidato da Arena à reeleição à Câmara Federal, o coronel Paulo Nunes Leal, quem me disse: "Nunca tinha havido compra e votos, mas desta vez desandou!" Na Bahia, o Antônio Carlos e Lomanto mobilizaram todos, eu disse: todos! os órgãos federais para a eleição, chegando até a cunhar um slogan: "Onde a Arena perder vão ser 4 anos de pau sem pão!"

- E não adiantou nada.

- Sempre adianta, né? Mas o governo já sabe que, ou o MDB tem mesmo a maioria da Câmara, ou a maioria obtida pela Arena será tão pequenininha



remos é de trabalhar na primeira hipótese.

- Mas você não pode ignorar que já existem, há muito tempo, articulações bastantes sérias para a formação de um Partido Socialista. Esse já é um dado na realidade. Essas eleições se deram em parte sob esse pano de fundo, Eu digo: em parte. Porque também se articula a criação de um Partido Trabalhista. São coisas publicadas diariamente na imprensa.

-Nessa próxima etapa que temos pela frente eu sou contra a gastar forças na criação, ou tentativa de criação de um PS. Acho justo o trabalho do pessoal da Convergência Socialista, mas acho que as pessoas que conquistarem mandato ou tiverem condições para uma atuação política mais ampla, na minha opinião, devem dedicar-se a manter a unidade da Oposição. E a unidade da Oposição, nesta hora, se mantém em torno de um MDB expurgado. Eu acredito que esse expurgo virá, da própria Executiva Nacional. Mas, caso não ocorra, então, sim será válida a saída trabalhista, um grande partido de assalariados, com ideologia socialista, mas sem esse rótulo, que é restritivo.

E esse o teu recado, então?

- Não usei esse termo. Acho que nós passamos os últimos 15 anos com muitos preconceitos contra a atividade política, porque ela estava, realmente, muito limitada. Mas a campanha de 78 veio mostrar que, quando as pessoas se dispõem, então, o processo avança e as vitórias possíveis são enormes, as conquistas possíveis são enormes. A campanha mostrou isso: a luta política é que faz o processo social avançar. E preciso fazer política, e política partidária. Passadas as eleições, vamos todos nos jogar na política, jogar a juventude na política.

Confira: quem serão os senadores mais votados?

Eis a prévia de Sebastião Nery, atualizada na última terça-feira, dia 14, para as eleições majoritárias. Os 10 candidatos ao Senado mais votados em todo o país:

1º) Franco Montoro, São Paulo, com 5 milhões de votos.

2º) Nelson Carneiro, Rio, com 2 e meio milhões de votos. (Sebastião considera que Nelson se elegeu a 31 de outubro, e não em 15 de novembro).

3º) Tancredo Neves, Minas, com 1,8 milhão de votos.

4º) Pedro Simon, Rio Grande do Sul, com um milhão e meio de votos.

5º) Lomanto Junior, baiano, o único arenista da relação, com um mi-

lhão de votos.

6º) Com outro milhão, José Richa, candidato do MDB do Paraná.

7º) Jarbas Vasconcelos, Pernambuco, com 800 mil votos.

8º) José Lins ou Chagas Vasconcelos, do MDB e da Arena, respectivamente, e o que dos dois obteve, afinal, 600 mil votos dos eleitores do Ceará.

9º) Jaison Barreto, de Santa Catarina, com meio milhão de votos.

10º) Henrique Santillo, Goiás, com 300 mil.

No total, só entre esses nove em-debistas, mais de 14 milhões de votos, quase 40 por cento do eleitorado que foi às urnas.

MALUF: PODER, GLÓRIA, VISÃO.

Aliás, ele já está com os olhos voltados para o futuro. Maluf pretende simplesmente ser o próximo presidente da República (não é piada!). Para tanto, as suas manobras já começaram em vários Estados.

Ricardo Bueno

É a glória! Paulo Salim Maluf foi escolhido o "Homem de Visão" do ano. O prêmio é outorgado pela revista Visão anualmente aos que se destacaram pela sua audácia empresarial ou pelo seu "saber". O fogoso futuro governador de São Paulo (Estado que não merecia tal castigo), junta-se assim à fina flor do empresariado nacional (Ermírio de Moraes e Hélio Beltrão entre outros) e do pensamento econômico ultra-conservador (Octávio Bulhões e Eugênio Gudin), cujos representantes abisecaram o prêmio em anos anteriores. Paulo Maluf terá, assim, mais uma noite de esplendor quando daqui a alguns meses for homenageado num gigantesco banquete (de refinado mau gosto) no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Mas o que terá levado a comissão de "notáveis" que elege o "Homem de Visão", a escolher o quase cômico Paulo Salim Maluf como o grande vencedor deste ano? O fator que mais pesou, possivelmente, foi a "vitória" de Maluf nas eleições (perdão leitor, farsa) para o Governo de São Paulo. Ao derrotar o mediocre, bisonho e apático Laudo Natel na convenção da Arena o até então desacreditado Paulo Salim Maluf entrou para o rol das estrelas nacionais. A "visão" de Maluf foi sentir que poderia vencer um candidato tão mediocre quanto Laudo Natel, mesmo que este contasse com as benções do Palácio do Planalto. Dinheiro não faltava. Disposição para bater perna pelo interior, também não. Capacidade de agir demagogicamente, também não.

Maluf desembainhou suas armas e venceu. O Planalto engoliu em seco e aceitou, pois afinal Maluf venceu dentro das regras impostas pelos donos do poder.

O caso Lutfalla

É provável, porém, que os que escolheram Maluf tenham levado em conta também outras de suas notáveis "realizações" (com as quais conseguiu justificada fama). Uma delas é sua habilidade em se sair bem no caso da Tecelagem Lutfalla, um escândalo de ampla

repercussão nacional. Como se sabe esta empresa já cambaleante recebeu grandes somas de dinheiro do BNDE e do Tesouro Nacional, para ser saneada. O dinheiro foi criminosamente desbaratado. Uma das sócias da empresa era a Sra. Sílvia Lutfalla Maluf, esposa do futuro governador. Mas este saiu ileso de, como afirma o ex-advogado do BNDE, Walter Amaral, ser "inequívoco ainda que por interposta pessoa, que o sr. Paulo Salim Maluf é o beneficiário de todas as irregularidades praticadas pelos antigos acionistas da Fiação e Tecelagem Lutfalla e apuradas pelo Liquidante (BNDE), antes que a repassasse ao Poder Público em flagrante estado pré-falimentar, sem atinar que estariam expondo ao desemprego centenas de trabalhadores, muitos dos quais com mais de 10 anos de serviço: e muito menos com a socialização dos prejuízos a que propostada e maliciosamente deram causa, procurando fraudar todos os seus credores".

Algumas cabeças poderão rolar no caso Lutfalla. A de Maluf certamente não. Afinal o governo federal não tinha interesse em manchar a reputação de um político que poderá prestar bons serviços ao sistema nos próximos anos. Além disso, quando o escândalo "estourou" as eleições de novembro estavam próximas e não seria bom queimar Maluf, uma das principais forças políticas da Arena em São Paulo.

O futuro governador manobrou para que nada disso passasse despercebido do Palácio do Planalto. Realmente um homem de "visão".

O peso

do passado

Deve ter pesado, ainda, a favor de Maluf sua obra administrativa como prefeito de São Paulo (cargo que assumiu em 1969 para um mandato - tampão de dois anos). Realmente ele realizou feitos notáveis, que muitos em São Paulo ainda não esqueceram. Um deles foi paralisar as obras do Metrô e construir a toque de caixa o "Minho-

cão". Aliás, Maluf decidiu alongar o traçado desse trambolho que deveria inicialmente parar na praça Marechal Deodoro. Diz o jornal O Estado de São Paulo: "Certamente chegará até a Marginal do Tietê, correndo sobre a avenida Francisco Matarazzo, voltaram a arriscar os urbanistas, pois só dessa forma encontravam justificativa para o segmento suplementar do "Minhocão". Para sua surpresa, entretanto, o elevado parou no largo Padre Péricles, cerca de 300 metros antes dos escritórios da Eucatex, empresa da qual Paulo Maluf é um dos acionistas".

Maluf revelou-se, mais uma vez, um grande homem de "visão" ao anunciar seu plano de iluminação pública para São Paulo. Aos jornalistas, reunidos em seu gabinete para saber da grande nova, afirmou eufórico: "Quando eu deixar a prefeitura de São Paulo a cidade estará tão iluminada que superará até mesmo Paris, a cidade-luz!". O brilhante futuro governador "apenas no dia seguinte, ao ler os jornais, foi informado de que Paris é chamada cidade-luz não pela iluminação pública, mas pela cultura que irradia ao resto do mundo", afirma o Estadão. Uma gafe monumental. (Que caíam as cortinas, rápido!).

Quando o megalomaniaco Maluf deixou a prefeitura as finanças da cidade estavam em frangalhos. O déficit orçamentário era de Cr\$ 370 milhões (uns Cr\$ 2 bilhões em valores atuais), segundo estudos realizados pela equipe de seu assessor (Figueiredo Ferraz). As contas de Maluf indicavam, no entanto, um superávit de Cr\$ 1,7 milhão. Mais uma mágica do Homem de Visão.

De olho no futuro

Aliás, Maluf já está com os olhos voltados para o futuro. Pretende simplesmente ser o próximo presidente da República (não é piada, não) caso o sucessor do general Figueiredo seja um civil. As manobras já começaram. O fogoso Maluf ao que parece está colaborando para a eleição de deputados federais em vários estados (já foi descoberto um caso na Bahia), para formar uma poderosa bancada de apoio no Congresso Nacional. Essa bancada poderia, inclusive, ser o embrião de um partido político nas asas do qual Paulo Salim pretendia elevar-se ao Palácio do Planalto. A "águia" sonha alto.

Mas há mais. Diz-se ainda (e a boca pequena) que Maluf está montando um poderoso esquema junto a alguns jornais, para dar repercussão nacional a sua administração. A primeira grande jogada já foi dada com a idéia de mudar a capital para o interior, que servirá como uma espécie de carro-chefe malufiano (o nosso Homem de Visão alimenta sonhos de ser considerado um segundo JK). Além disso, algumas publicações consideradas incômodas, como certas multicoloridas revistas, receberiam polidas verbas publicitárias do governo de São Paulo para simplesmente deixarem Maluf em paz. Nem elogiar nem criticar.

A estratégia cuidadosamente traçada de Maluf não incluiria apenas uma poderosa bancada federal e ajuda de alguns órgãos de imprensa. É evidente que seria indispensável um considerável apoio empresarial. Esse Maluf espera obter durante sua gestão como governador, através de obras e verbas cuidadosamente distribuídas. E através de planos megalomaniacos, em que a iniciativa privada contaria com uma fatia do bolo, das empresas estatais estaduais. Basta dizer que há chances de ser levado avante um plano mirabolante da CESP para produção de metanol, a partir da madeira (eucaliptos). Seu valor: US\$ 50 bilhões. É isso mesmo, 50 bilhões de dólares - mais do que toda a dívida externa brasileira (que anda agora na casa dos US\$ 40 bilhões).

Tecendo cuidadosamente uma poderosa e disseminada rede de influências, Paulo Salim Maluf iria abrindo seu caminho para vãos ainda mais altos que o governo de São Paulo. Mas há um obstáculo que talvez seja difícil de vencer: com a abertura política (que o governo está tendo que engolir e talvez tenha que engolir ainda mais nos próximos anos), as manobras de Paulo Maluf darão mais na vista e possivelmente serão mais criticadas do que agora. E isso pode criar um clima desagradável para o risonho e habilidoso governador, que poderá ficar "queimado" antes de chegar ao Planalto.

Em eleições diretas nem pensar. Caso a abertura política chegue a tal ponto que o povo venha a eleger o próximo presidente da República (o que é muito improvável), Maluf estará fulminado. Pois apesar de todos os seus malabarismos, Salim Maluf não faz sucesso na boca-das-urnas. O povo decididamente não engole o "Homem de Visão".



Campanhas Populares

SALDOS ORGANIZATIVOS

São Paulo



Um balanço da campanha eleitoral de 1974 revela indubitavelmente que aquela foi a campanha em que o grande comício - marca e estilo das campanhas políticas antes de 1964 - foi substituído pela televisão. E este ano, com a Lei Falcão e com o avanço das plataformas políticas?

Em 1974, o processo eleitoral foi o primeiro momento de rearticulação das forças mais progressistas, lembra Airton Soares, dep. federal reeleito por S.P. com o surgimento do chamado "Candidato Programa" com uma plataforma de dez itens, abrangendo desde Anistia até Assembleia Nacional Constituinte.

E o grande momento da televisão: o candidato com programa, tinha muito mais conteúdo a transmitir no vídeo, ao mesmo tempo que, em geral, é aquele com menos recursos para a farta distribuição de fotografias e números, continua o Dep. Airton Soares. A televisão foi um instrumento por excelência que irrigou o voto de protesto. Ela serviu como instrumento de denúncia de crítica e de carreamento dessas mensagens a toda a população.

Nas eleições de 1978 consuma-se o uso do programa. Todos os candidatos que têm propostas políticas mais elaboradas trabalham com programas. Por outro lado aumenta de muito o número destes candidatos chegando inclusive ao lançamento de candidatura para senador - Fernando Henrique - enquanto se estabelecem as chamadas "Candidaturas Populares".

E de posse destes programas que as pessoas envolvidas nos comitês destes candidatos se mobilizam em mutirões em pequenas discussões em portas d fábricas, bairros etc. O coordenado da campanha do Dep. Alberto Gold man candidato a dep. federal por S.F lembra que ao lado de todos os malefícios trazidos à campanha pela Lei Falcão ela obrigou-os a um contato mais estreito com a população. Não dispondo da televisão o encontro da campanha com o povo se deu com um contato direto.

Todos os comitês são unânimes em afirmar que houve aglutinação de pessoas antes dispersas em áreas diferentes de trabalho em torno dos candidatos. As pessoas estavam soltas em trabalhos-localizados e foram aglutinadas em torno da campanha. Rompeu-se o

isolamento, que foi a marca dos primeiros momentos da luta política da pequena burguesia - estudantes, médicos, jornalistas etc - com relação ao movimento operário e popular.

Mas é no aspecto organizativo que todos ressaltam estar o fundamental da campanha. De um lado ela penetra em locais já organizados - Sociedades Amigos de Bairros, Oposições Sindicais, Clubes de Mães etc - e de outro chega mesmo a abrir áreas virgens. É o que ocorreu em alguns comitês, como por exemplo a expansão do trabalho realizado pelo Diretório do MDB da Bela Vista - comitê de Airton Soares e Marco Aurélio Ribeiro - com relação a Loteamentos, Clandestinos.

Enquanto isto, no movimento operário propriamente dito, nas comissões de fábrica, houve a penetração da discussão política e da campanha eleitoral, segundo informam alguns comitês, com a ampliação da participação de mais trabalhadores nessas comissões.

Do ponto de vista deste trabalho não tem sobrado muita organização para o MDB propriamente dito. O Dep. Airton Soares lembra tão somente da criação do Diretório da Bela Vista em 1974 e da Freguesia do O em 1976. No mais foram áreas no interior com a criação de Diretórios Distritais ainda não existentes.

Por outro lado o desdobramento de tudo isto ainda não parece muito esclarecido para todos os candidatos. Os comitês são unânimes em resafirmar a importância do trabalho de organização. As pessoas envolvidas na campanha deverão voltar para o trabalho nas organizações independentes. Enquanto isto a visão de como fazer a junção de todo este trabalho a nível de São Paulo ou mesmo nacionalmente está bastante diversificada. As opiniões vão desde aqueles que acham que deve continuar o trabalho dentro do MDB - como insistiu o comitê de Alberto Goldman e Antônio Rezak - até aqueles que propunham pela criação já de um Partido Socialista dos Trabalhadores, como afirma o comitê de Benedito Marcilio e Jaú, passando pela idéia inicial colocada pelo comitê de Geraldo Siqueira que é a de reunir todos os comitês de candidatos populares para a discussão do lançamento de um partido de massas. (Deli Soares)

Bahia

Na Bahia, o resultado eleitoral deverá apresentar um partido vitorioso em termos relativos - o MDB - que seguramente crescerá de modo substancial em relação às eleições passadas, e um vitorioso em termos absolutos - a Arena - que ainda conseguirá ser majoritária. O MDB cresce, mas não leva. E a Arena, perde terreno, mas vence.

Tal resultado encontra explicação em uma série de fatores, entre os quais deve ser destacada a marcante presença do núcleo de candidatos populares que, mesmo com características diferenciadas e programas diversos, conseguiu imprimir um ritmo à campanha emedebista, fazendo com que ela chegasse às ruas e atingisse o povo, se bem que numa escala ainda pequena se pensado todo o contingente eleitoral.

Essa presença dos candidatos populares, explodindo com a inércia de um partido nas mãos de adesistas consagrados, como o deputado federal Ney Ferreira, criou um razoável clima de campanha, sobretudo na capital.

Se o barco fosse deixado à deriva, ou melhor, nas mãos da direção adesista, certamente o MDB não faria o número de candidatos a que deve chegar - entre 10 deputados federais e entre 15 e 20 estaduais - e sua campanha, pelo menos em algumas áreas, não ganharia o tom de oposição que conseguiu. Não há dúvida de que as eleições conseguiram abrir um espaço político razoável e contribuir para uma maior consciência política dos setores explorados.

Curioso observar, por exemplo, que os candidatos nitidamente adesistas, de um modo geral, evitaram os comícios, que foram sempre vanguardados pelos candidatos populares. Dos candidatos com possibilidades de vitória, na área estadual, entre os autênticos, destacam-se os nomes de Domingos Leonelli, Adelmo Oliveira, Filemon Matos, Aurélio Miguel, José Carlos Brandão e Celso Dourado. Na área federal, Francisco Pinto, Marcelo Cordeiro e Elguilson Soares, entre outros.

Entre esses candidatos havia o ponto comum do combate à ditadura e da luta pelas liberdades democráticas, mas não se pode esquecer que entre eles existiam algumas divergências programáticas. A essência dessas divergências poderia ser resumida no seguinte: há aqueles que apontam apenas para a luta pelas liberdades democráticas nos marcos da sociedade burguesa e aqueles que, embora acreditando ser a luta pelas liberdades democráticas o eixo tático da atuação hoje, apontam para a necessidade de prosseguir na caminhada para a superação do capitalismo e do advento da sociedade socialista. Entre esses últimos pode-se apontar Adelmo Oliveira, Francisco Pinto, José Carlos Brandão e Dirceu Régis.

Embora os candidatos populares tenham tido uma participação conjunta em várias iniciativas do MDB, não houve, na Bahia, a formação de uma frente de campanha, muito embora ela tivesse sido proposta pelo candidato a deputado estadual, Adelmo Oliveira, e apoiada por José Carlos Brandão, Aurélio Miguel e Dirceu Régis, também candidatos da área estadual. Se essa frente existisse, talvez a campanha



ainda tivesse sido melhor e a resposta a determinados problemas políticos fosse mais rápida. Há o caso, do processo a que está submetido o ex-parlamentar Francisco Pinto, que contou com uma nota de solidariedade de Adelmo Oliveira e outras de Luciano Ribeiro, este também candidato a deputado estadual, ou pelo menos, foram as manifestações que vieram a público. Havia a idéia de um comício de apoio a Pinto, mas não foi feito.

Entre as debilidades da campanha do MDB, têm de se destacar a franqueza da campanha para o Senado, tanto a de Newton Macedo Campos quanto a de Rômulo Almeida, principalmente deste último, de quem se esperava um pouco mais. De um modo geral, a campanha de Rômulo que, se não ganha, tem mais votos que Newton Macedo, foi bastante tímida sobretudo pelo fato de, durante um bom tempo, estar bastante descaracterizada politicamente, sem qualquer marca mais segura que o identificasse com um homem de oposição à ditadura.

Só na fase final, quando fez algumas caminhadas pelo centro da cidade, uma delas pelo menos transformada em passeata, é que a campanha ganhou um tom mais agressivo. Mas para isso concorreram decididamente alguns candidatos autênticos, que sempre estiveram à frente das caminhadas, puxando Rômulo Almeida, insistindo na necessidade de sua presença nas ruas.

Certamente, essas últimas caminhadas lhe renderam um bom contingente de votos, a par de contribuir para a difusão das teses oposicionistas.

Debilidade maior do conjunto da campanha em termos eleitorais foi a fraca presença do MDB no interior, mesmo dos candidatos populares. Os riscos de alguns destes não se elegerem estão concentrados principalmente no fato de que têm pouquíssima penetração no vasto interior baiano, onde se concentram dois terços dos quase 3 milhões de eleitores ainda cheio de currais eleitorais, submetido a toda sorte de práticas clientelistas, onde contam mais o dinheiro, o favor, o emprego, o compadrio do que as idéias políticas. É certo que em algumas cidades o MDB penetrou, mas muito pouco de suas possibilidades, talvez porque o grupo autêntico não tivesse condições de chegar à maioria delas. Isso também explica a vitória que a Arena ainda deve ter no Estado, pois nas grandes cidades, a expectativa é de uma ampla vitória do partido da oposição.

De um modo geral, e limitando a análise aos candidatos populares, a campanha conseguiu sensibilizar alguns setores explorados para a necessidade de se organizar, ao lado de, as campanhas de cada candidato ter reunido em torno de si e em cima das idéias programáticas, dezenas e dezenas de pessoas comprometidas com o trabalho político. Contudo não há saldo organizativo maior dos setores explorados, seja em Salvador, onde a movimentação foi bem maior, seja no interior, onde a presença desses candidatos foi muito pequena.

Mas, esse resultado organizativo não deve assustar a ninguém, pois as camadas populares em Salvador começam agora a se organizar e algumas delas a desenvolver lutas importantes pela melhoria das condições de vida. Não seria uma campanha, com todas as suas limitações, que iria mudar substancialmente esse quadro. Ela serviu, contudo, no sentido de aumentar o grau de consciência desses setores, estimulando-os a aprofundar a sua luta e organização. Acreditar em algo além disso, nas condições concretas de Salvador e da Bahia, seria superestimar as possibilidades do trabalho parlamentar.

(Sucursal de Salvador)

Minas



Passadas as eleições a questão que tem se colocado para os comitês populares em Minas, diz respeito ao saldo organizativo das campanhas desenvolvidas ao longo destes últimos meses e à continuidade do trabalho, independentemente dos resultados das urnas.

Diferentemente das campanhas anteriores, esta distinguiu-se por um maior nível e quantidade de candidatos comprometidos com as causas populares. Em 1966 as oposições no Estado puderam contar com a candidatura de Edgar da Mata Machado a deputado federal pelo MDB.

Seu programa na época intitulava-se "Um voto pela liberdade" e propunha o voto para "não permitir que os amigos da ditadura usurpem a representação do povo". Mas as oposições por então pensavam para a proposta de voto nulo e assim a campanha não chegou a atingir níveis programáticos e organizativos como as atuais.

As eleições seguintes, em 1970 são marcadas pela despolitização. Dão-se logo após a conquista do tricampeonato mundial de futebol, e num clima de intensa repressão e apatia política por todo o País.

Já em 1974, o voto de protesto contra o governo encontra em Minas dois portadores populares: Tarcísio Delgado e Marcos Tito, ambos candidatos a deputado federal. O primeiro desenvolvendo um trabalho fundamentalmente no interior, agitando sobretudo em Juiz de Fora através da participação ofensiva do movimento estudantil local em sua campanha. Já Marcos Tito, mais na capital, consegue sensibilizar setores significativos das oposições mais combativas. Mas não ao ponto de desenvolver uma organização e agitação massivas formalmente distintas dos políticos convencionais. Sua atuação foi basicamente através da televisão, e sua linha política estava centrada na denúncia do "milagre brasileiro".

Mas é somente agora em 1978 que se reúnem no Estado uma série de circunstâncias favoráveis a uma campanha oposicionista mais claramente popular e massiva.

Segundo o coordenador da campanha de Humberto Resende, candidato a deputado estadual, originário de Cataguases no interior, apesar da base principal de seu trabalho inicial ser estudantes e imprensa independente, o objetivo foi atingir a classe operária. "Apesar da pequena base operária inicial, o trabalho rendeu", segundo o coordenador. Para isto foram utilizadas cartilhas populares sobre as reivindicações mais sentidas, visitas de casa em casa tentando diferenciar dos políticos convencionais, comícios etc. Várias áreas virgens em termos organizativos foram detectadas e iniciou-se um trabalho que "promete muito pela frente", seja eleito ou não o candidato.

"Uma coisa que teve importância foi a crítica ao MDB em geral." Segundo o coordenador da campanha muita gente de massa se interessou em participar a partir desta proposta distinta da dos políticos convencionais. "Outro aspecto importante foi o caráter antiburguês, antipatrão, e portanto, pró-trabalhador, que procuramos dar à campanha". Segundo a mesma pessoa isto, inclusive distinguindo o Humberto dos demais candidatos populares, é o que responde pela "grande aceitação da candidatura". Mas o decisivo mesmo, diz ele, foi "a proposta de uma organização mais democrática, onde os representantes dos comitês de base pudessem decidir sobre a atuação do candidato, inclusive, principalmente, decidir depois das eleições, eleito ou não o candidato".

A campanha, como enfatiza o coordenador, é "frentista". Vários grupos ou posições participando do comitê, unificados sob a legenda do combate à ditadura numa perspectiva socialista". Há divergências sobre como se deve dar esta explicitação do socialismo. Na reorganização partidária que se anuncia a tendência histórica se afirmará se surgirem agremiações políticas definidas e a conjuntura for de fato mais aberta. Caso não ocorram essas duas variáveis, provavelmente se repita nestas eleições o que ocorreu em 1966, ou seja, um "momento de desarumação", até que o eleitorado consiga identificar um novo "partido dos pobres". (Sucursal de Belo Horizonte)

como para a discussão em torno da formação de um novo partido, mais avançado que o MDB, e que se oriente pelo socialismo enquanto referência estratégica.

Já o comitê do candidato a deputado estadual Ronan Araújo vê como continuidade a desembocar na reorganização partidária, a perspectiva de formação de uma "ampla frente de luta contra a ditadura, como uma alternativa mais viável do ponto de vista popular, devido à legislação existente".

Segundo um coordenador de campanha, "a gente não pode dizer propriamente que o Ronan tivesse bases antes das eleições. O Ronan tinha sido bancário em 1968, mas de lá para cá não participou das lutas populares." No entanto a candidatura contou com a participação de várias lideranças populares. Além disto, segundo o coordenador, conseguiu-se formar várias bases operárias, "até mesmo dentro das grandes fábricas da região", e mesmo em detrimento de uma maior penetração nas camadas médias, como por exemplo no movimento estudantil. Segundo este coordenador, a razão do sucesso na penetração junto às bases operárias foi o fato de que "a gente não apresentou um programa extremamente radical, levando em conta o baixo nível de consciência da massa". Assim, para ele, foi vital a escolha das propostas políticas a serem levadas à massa. "Acho que dificilmente a gente conseguiria levar para a massa trabalhadora as diferenças que existem entre os vários candidatos a respeito de certos posicionamentos políticos".

Em termos de continuidade do trabalho o comitê pretende abrir uma campanha de popularização da luta pela Constituinte através de cartilhas populares e organização de núcleos em sindicatos, associações de bairro etc. Tudo isto carreado para dentro de um partido que vier a ser formado com "uma linha programática popular".

Já para o comitê dos candidatos Amorim (federal) e Cássio (estadual) "o programa não é o fundamental". Segundo um coordenador de campanha, "nunca houve da parte da gente uma preocupação efetiva com o programa, na medida em que não há uma preocupação nossa em levar para as bases uma série de providências a serem tomadas, levar o prato feito". A campanha deve ter um caráter pedagógico no sentido de ir aprendendo junto com as bases e a partir daí, permanentemente construindo o programa.

Apesar disto, o coordenador afirma que a candidatura nasceu da idéia "de um processo de discussão de um partido socialista". E o que pretendiam agora na campanha foi a nucleação deste futuro partido. E para isto o trabalho colocou-se na perspectiva de reagrupar as antigas bases de Edgar da Mata Machado, bem como de desenvolver novas áreas de atuação tanto no interior como na capital.

No entanto o coordenador faz questão de dizer que a dobradinha não pode a rigor ser chamada de popular "na medida em que efetivamente ela não nasce de bases populares". São candidaturas que têm o compromisso popular e que podem se transformar em populares ao "integrarem cada vez mais estas bases em seu trabalho", diz ele. E talvez com base nisto, que, ao contrário das outras candidaturas ditas populares, Amorim realizou dobradinhas variadas em certos pontos do interior com candidatos não propriamente populares e em alguns momentos da campanha buscou retirar aquilo que há de "popular" da imagem de Juscelino e Getúlio.

Como perspectiva de continuidade do trabalho, o comitê aponta claramente para o trabalho futuro de criação de um partido popular, democrático "e de nitida projeção e compromissos socialistas". No entanto, diz o coordenador, teve-se a preocupação em não "desvendar agora em certas áreas o verdadeiro caráter do MDB", pois são muitas as pessoas que vêm o MDB como um partido de luta e de resistência. Continuando, o coordenador afirma que o importante é caminhar desde já junto com estas pessoas no sentido de levá-las a uma opção consciente e madura por uma outra alternativa partidária.

(Sucursal de Belo Horizonte)

Como vota o brasileiro

O comportamento do nosso eleitorado, de 1966 até agora, segundo o pesquisador Fábio Wanderley Reis.

Fábio Wanderley Reis, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG é também um especialista em eleições no Brasil: faz pesquisas pré-eleitorais desde 1965, sobretudo em Minas Gerais.

Sua visão mais geral sobre a questão das eleições é a de que mesmo sob o bipartidarismo tem sido confirmada a "tendência histórica" iniciada desde os idos de 1945; - o eleitorado brasileiro das camadas populares vota com o partido que se identifica como "o partido dos pobres", "o partido dos trabalhadores", ou "partido do povo".

Nesse sentido, Fábio concorda com Fernando Henrique Cardoso, para quem o tiro saiu pela culatra para o lado do regime quando este supôs conseguir contrapor-se à "tendência histórica" através da implantação do bipartidarismo (não haveria como identificar em alguma das duas agremiações esse tal "partido do povo" e, assim, o MDB não canalizaria a votação popular do antigo PTB).

A mais forte prova, para Fábio, de que a tendência veio a se confirmar depois de certos tropeços é a que ele e o pesquisador Bolívar Lamounier - no Rio - conseguiram apurar: os eleitores das mesmas Zonas Eleitorais que em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro sufragaram os nomes de Israel Pinheiro e Negrão de Lima em 1965 também votaram em Itamar Franco e no MDB nas eleições de 1974. Do lado do regime, prossegue o pesquisador, a tendência histórica é analisada de uma maneira elitista, que se expressa - por exemplo - pelo trecho da mensagem de

Geisel ao Congresso em 1976: "Do ponto de vista eleitoral, só para o futuro poderemos contar com cidadãos conscientes, racionais e sociabilizados".

Partindo dessa visão geral - a da tendência histórica - Fábio Wanderley Reis analisa cada um dos pleitos realizados, após a implantação do bipartidarismo:

As eleições de 1966 - "Do ponto de vista do eleitorado as eleições de 1966 foram o momento da desarumação", explica Fábio. Ou seja, a criação dos dois partidos de cima para baixo, e principalmente, sem nenhuma diferenciação nítida entre eles, agravada pela conjuntura repressiva que impediu que alguma distinção pudesse ser feita através da campanha eleitoral, levaram a que o eleitorado tradicionalmente petebista não conseguisse identificar no MDB o "herdeiro do PTB". De toda forma, acrescenta, uma parcela razoável dos eleitores tradicionais do PTB votam no MDB desde essa época. Os demais ou não compareceram, ou compareceram e votaram em branco, ou votaram nulo. Uma outra parcela votou na Arena.

As eleições de 1970 - O professor considera essas eleições como "um não-evento eleitoral". Foi o auge da repressão, com o combate desviado para luta revolucionária e a farsa eleitoral atingiu aí seu nível mais alto. A caracterização dessas eleições como "um não-evento eleitoral" se sustenta inclusive por uma questão de outro tipo: a ausência de memória com relação às eleições desse ano. Gente muito ligada ao tema eleitoral consegue lembrar de

detalhes da campanha de 1966, ou de 1965, e não consegue lembrar nada de 1970.

As eleições de 1974 - O MDB encarnou em 1974 o voto contra o governo e, nessa medida, foi sufragado não só pelo eleitorado que reencontrou como fazer valer a tendência histórica, como - por fatores espúrios - parcela dos eleitores da Arena. Todo mundo, diz Fábio, dançou na previsão dessa recuperação da tendência histórica: se equivocaram o governo, o próprio MDB e os analistas políticos, acadêmicos ou jornalistas. Como exemplo, ele lembra que a "coluna do Castelo" de dois ou três dias antes das eleições considerava otimista a previsão de certos emedebistas de vitória em quatro ou cinco Estados. E o que explicaria esse erro? Fábio sugere, ironicamente, que talvez todas essas pessoas teriam igualmente "uma visão elitista do eleitorado". Quanto à campanha, esta se desenrolou como um jogo de futebol decisivo, em que os times se estudam mutuamente para depois definir a tática a ser usada. Começou meio fria a campanha, despertando por isso pouco interesse; só foi esquentando à medida que se aproximava o dia "D", porque o MDB começou a assumir bandeiras populares (modelados como Tancredo chegaram a "radicalizar") e os arenistas se viram relegados a manipular temas desgastadíssimos como as "fabulosas realizações da Revolução", tipo ponto Rio-Niterói e Transamazônica. Um detalhe interessante, diz Fábio, é que o eleitor das camadas populares não é dominado pela propaganda governamental, como alguns sugerem: gente que verbaliza

slogans como "Brasil Grande", "Ame-o ou Deixe-o" etc, vota no MDB por identificar nele o "partido do povo" ou "dos pobres". Aliás, acrescenta Fábio, embora o determinante do voto seja esse, outros fatores conjunturais, pelo menos a nível do comportamento eleitoral nos municípios, consolidam a tendência histórica. Por exemplo, em Juiz de Fora, nas eleições de 1974, as precárias condições de assistência médica foram muito invocadas para explicar o voto no MDB. A coisa aconteceu mais ou menos na época da epidemia de meningite. Apesar de afirmar isso, e de dar esse exemplo, o professor diz que "a decisão de voto popular está mais vinculada a uma imagem que contrapõe elitismo popular, independentemente de conotações sócio-econômicas mais evidentes". Onde, segundo ele, a necessidade de se estar atento ao fato de que os "critérios de coerência no voto popular são distintos dos de outras camadas sociais".

Perspectivas para 1978 - A tendência histórica deve ser outra vez confirmada. O tema corrupção talvez carregue para o MDB camadas médias cujo comportamento eleitoral é oscilante. Na reorganização partidária que se anuncia a tendência histórica se afirmará se surgirem agremiações políticas definidas e a conjuntura for de fato mais aberta. Caso não ocorram essas duas variáveis, provavelmente se repita nestas eleições o que ocorreu em 1966, ou seja, um "momento de desarumação", até que o eleitorado consiga identificar um novo "partido dos pobres". (Sucursal de Belo Horizonte)

Queda do dólar: uma válvula de escape do imperialismo

Na última semana de outubro, o dólar sofreu mais uma violenta queda na sua cotação internacional. É o preço que o imperialismo vem pagando desde o pós-guerra para financiar ditaduras, guerras de ocupação colonial, a decadente indústria americana, e mais recentemente para segurar as pontas da crise econômica mundial.



O dólar, que já vinha caindo pelas tabelas há muito tempo, sofreu na última semana de outubro mais uma violenta desvalorização. Apenas durante este ano, de janeiro a outubro, já se desvalorizou em 25% em relação ao ien japonês e em 17% em relação ao marco alemão. Esta corrida contra o dólar em todos os mercados de câmbio da Europa e Japão acabou forçando o governo Carter a adotar medidas drásticas visando sustentar o valor da moeda americana.

Para entender o que está acontecendo com o dólar, precisamos voltar um pouco atrás, ao fim da última guerra mundial, quando o sistema monetário e financeiro internacional foi reorganizado sob a égide dos Estados Unidos.

Em 1944, próximo o fim da guerra, reuniu-se a conferência de Bretton Woods, que lançaria as bases de uma reordenação do sistema monetário e financeiro mundial. Os Estados Unidos, que saíam da guerra como a mais poderosa nação capitalista, frente a uma Europa e Japão arruinados, ditam as regras. Pelo Acordo de Bretton Woods, o dólar foi transformado em meio de pagamento e moeda-reserva internacional, equiparado ao ouro. Os países signatários concordavam em efetuar seus pagamentos e recebimentos do exterior em dólares e a constituir em dólares suas reservas. Em contrapartida, os Estados Unidos se comprometiam a converter, quando solicitados a fazê-lo, esses dólares em ouro, à razão de 35 dólares a onça. O dólar passava a ser a moeda internacional.

As implicações disso poderia ter é fácil entender. Um país qualquer, digamos, o Brasil, para pagar suas importações, os juros de sua dívida externa ou para transferir para o exterior os lucros que as empresas estrangeiras obtêm operando dentro de suas fronteiras, deve ter dólares. Uma das formas de obtê-los é a exportação; outra, se as exportações são insuficientes, é o endividamento externo. Com os Estados Unidos, cuja moeda é o meio de pagamento e de reserva internacional, a coisa é diferente: para cobrir o excesso de suas despesas sobre as receitas em suas relações com o exterior uma impressora de papel-moeda é suficiente.

Se o Balanço de Pagamentos americano se mantivesse equilibrado ou superavitário, o dólar não correria o risco de se desvalorizar. Pelo contrário, nesse caso, todos os dólares utilizados pelos Estados Unidos para cobrir seus gastos no exterior retornariam aos Estados Unidos como receita por suas transações com outros países. Se isso acontecesse, haveria uma escassez de dólares no mercado internacional e o valor do dólar subiria em relação ao das outras moedas. Foi o que aconteceu até 1949.

O imperialismo deficitário

Mas a partir de 1950, o balanço de pagamentos americano começou a apresentar deficits seguidos e crescentes.

O balanço de pagamentos registra as transações de um país com o exterior. Nele são computadas as receitas que o país obtém nessas transações (pagamentos recebidos por exportações, lucros remetidos por filiais de empresas nacionais operando em outros países, juros sobre empréstimos ao estrangeiro, ganhos com o turismo, entrada de capital estrangeiro, para investimento no país, empréstimos obtidos no exterior, donativos recebidos de governos estrangeiros etc.). Da mesma forma, as despesas no exterior são computadas com sinal negativo no balanço de pagamentos (importações, pagamento de juros, remessa de lucros ao exterior, investimento de firmas nacionais no estrangeiro, empréstimos concedidos a outros países, gastos militares no exterior, donativos concedidos a governos estrangeiros, etc.).

Pois bem. De 1950 a 1971, e esta última data, como já veremos, é importante, o balanço de pagamentos americano só apresentou superávits em 1957 e 1968-9.

Como explicar este deficit crônico das contas externas dos Estados Unidos?

De saída, podemos descartar a hipótese de que o saldo negativo se deva aos investimentos de firmas americanas no exterior. Entre 1950 e 1971 os investimentos diretos de capital americano no estrangeiro somaram 46,3 bilhões de dólares, enquanto o rendimento desses investimentos (a soma dos lucros remetidos pelas filiais

de empresas americanas instaladas no exterior) se elevou a 88,4 bilhões de dólares, o excesso de entradas sobre saídas sendo, portanto, de 42,1 bilhões de dólares. Assim, os investimentos no estrangeiro não foram a causa do deficit nas contas externas, tendo, pelo contrário, pelos rendimentos que proporcionaram, contribuindo para reduzir o saldo negativo do balanço de pagamentos americano.

Na origem do déficit o que vamos encontrar são, em primeiro lugar os custos de manutenção do império: financiar ditaduras fascistoídes pelo mundo afora, empenhar-se em guerras localizadas tipo Coreia e Vietnã, manter tropas estacionadas na Europa, armar os países "amigos", tudo isso custa dinheiro, dólares. As impressoras de papel moeda foram postas a trabalhar esses anos todos, sem descanso, para que os custos da política imperialista pudessem ser cobertos.

A esses gastos vieram se somar as despesas crescentes com importações. Dois dados dão uma boa idéia do que se passou. No começo da década de 60, do total de automóveis vendidos nos Estados Unidos, apenas 6%, eram importados; no final dessa década essa percentagem já se elevava a 17%. Entre 64 e 70, as importações americanas de manufaturados cresceram em 140%. Ao mesmo tempo, a inflação interna encarecia as exportações americanas, que, além disso, passavam a enfrentar a concorrência, no mercado externo, da produção japonesa e europeia. O resultado foi que a balança comercial (exportações menos importações), tradicionalmente superavitária, apresentou, pela primeira vez no século XX, um saldo negativo.

1971: O dólar já não vale ouro.

O deficit no balanço de pagamentos deu um salto: passou de 9,8 bilhões de dólares em 1970 e 29,8 bilhões de dólares em 1971.

Esse deficit era coberto simplesmente pela emissão de dólares. Isso resultou um excesso de dólares em circulação fora dos Estados Unidos, a um ponto tal que o volume de dólares que circulava no exterior não tinha mais nenhuma correspondência com o volume de reservas em ouro de que os Estados Unidos dispunham. Em 1971, havia 53,5 bilhões de dólares no Exterior contra reservas de apenas 10,5 bilhões de dólares em ouro nos Estados Unidos.

O Governo Nixon, diante disso, suspendeu, em agosto de 1971, a conversibilidade do dólar em ouro, ou seja, simplesmente comunicou a seus parceiros do mundo capitalista que os Estados Unidos não cumpriram mais o compromisso assumido em Bretton Woods de converter em ouro os dólares em poder dos países estrangeiros quando solicitados a fazê-lo.

A partir daí, e com frequência cada vez maior, a moeda americana sofreu desvalorizações sucessivas. A última corrida contra o dólar é apenas a repetição de algo que se tornou comum nos últimos anos.

A desmoralização crescente do dólar caminha junto com a crise econômica do mundo capitalista e, na verdade, é um sintoma e um resultado dessa crise. A partir do final dos anos sessenta, à medida que a crise econômica se avizinhava, as perturbações nos mercados cambial e financeiro passaram a ser mais frequentes e todo o esquema montado no pós-guerra começou a ruir.

A inflação segurando as pontas da crise econômica

O fato é que, incapazes de romper por completo com o padrão anterior, as economias capitalistas passaram a depender dos deficits gigantescos do balanço de pagamentos americano. Para evitar a recessão em escala internacional, a economia capitalista líder, os Estados Unidos, expande artificialmente o seu produto e suas importações, incrementando o preservando dessa forma, o nível da atividade econômica nos demais países capitalistas.

Mas isto gera distorções. Acelera-se, assim, a inflação americana, ao mesmo tempo que se elva o deficit no balanço de pagamentos (a inflação prevista para este ano, nos Estados Unidos, é de mais de 10% e o BP americano já alcançou, até setembro, um deficit de 22,6 bilhões de dólares). O resultado de tudo isso são as quedas violentas na cotação do dólar e uma desorganização ainda maior do sistema monetário mundial.

(Afonso Borges)

O jurista Evaristo de Moraes Filho, um dos primeiros a denunciar as origens fascistas da estrutura sindical brasileira, na década de 40, volta a acusar:

MUDANÇA DO GOVERNO NAS LEIS SINDICAIS É PURA TAPEAÇÃO

Depoimento a Álvaro Caldas.

“Tudo o que aí está é água suja e tem que ser jogada fora. Na estrutura que existe atualmente um projeto de reorganização sindical talvez só aproveite mesmo as denominações neutras e comuns a todos os regimes, como sindicato, federação, confederação e nada mais”.

As palavras são do jurista e professor do Direito do Trabalho Evaristo de Moraes Filho, para quem chegou o momento de se fazer a revisão completa da organização sindical brasileira, mas não esta que foi proposta pelo governo, “que é pura tapeação”.

Dos primeiros a denunciar as origens corporativo-fascistas de todo o capítulo referente à Ordem Econômica da Constituição de 1937 mantida até hoje, cópia fiel da Carta Del Lavoro, de abril de 1927, documento fundamental do regime fascista de Benito Mussolini, Evaristo de Moraes Filho diz que o sindicato brasileiro foi criado obedecendo a uma estrutura vertical e corporativa exatamente para impedir a luta de classes.

“Mas chegou o momento de se lutar pela sua derrubada e os trabalhadores estão conscientes disso. A revisão que não foi feita em 46 pode ser feita agora e com maior profundidade. Agindo como grupo de pressão os trabalhadores estão ganhando terreno e se impondo à opinião pública. Os sindicatos estão conquistando coisas novas à margem da lei como as negociações diretas, o direito de greve, as comissões de fábrica, que antes eram chamadas de sovietes.”

Segundo o especialista em direito do Trabalho, em 1946 o que se viu foi um acordo secreto em que Getúlio deu seu apoio à eleição de Dutra com a condição de que não se mexesse na legislação trabalhista. Em consequência, “esta portaria sindical fascista, que vinha do Estado Novo, passou os 18 anos que vão de 46 a 1964 sem ser alterada, embora fosse incompatível com a Carta de 1946. Depois

veio este regime, que é da mesma natureza do Estado Novo, autoritário e corporativo, e absorveu tudo.”

Preso em junho de 69 na operação limpeza feita pelos órgãos de repressão antes da visita ao Brasil do banqueiro norte-americano Nelson Rockefeller – “estava aqui em casa dormindo quando vieram três sujeitos do I Exército e me levaram. Lá fui tratado com supremo desprezo, porque não fui torturado, nem ouvido nem fchado” – o professor Evaristo foi aposentado pelo AI-5 três meses depois, a 1º de setembro de 69.

Quando foi aposentado e em seguida proibido pelo Ato Complementar 75, juntamente com os demais professores atingidos, de exercer qualquer atividade profissional, inclusive conferências e debates, o professor era bicatedrático, de Sociologia e Direito do Trabalho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Seu livro o *Problema do Sindicato Único no Brasil*, lançado em 1952, está para sair em segunda edição, editado pela Alfa Omega, com prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, da Unicamp. Nesta entrevista ao EM TEMPO ele aprofunda o debate sobre a reformulação da estrutura sindical brasileira, dá seu apoio à carta sindical aprovada pelo congresso dos metalúrgicos de São Bernardo, no Guarujá – “muita coisa que eles botaram lá eu já venho defendendo há muito tempo” – e lembra os tempos heróicos do sindicalismo, antes de 1930.

– Era um sindicalismo anárquico, mas o pessoal brigava, se constituía em grupos de pressão e conseguia suas vitórias. E havia também muita porrada. Depois veio o Estado e sua intervenção, com o atestado de ideologia, era o “paizinho” tomando conta dos sindicatos. E continua assim: quando os trabalhadores mordem a mão do “paizinho protetor”, volta a porrada de novo. A seguir, seu depoimento sobre as mudanças na estrutura sindical.

“Não há democracia sem liberdade sindical”

NADIR



“ Não caminhamos um passo, desde a queda do Estado Novo, no sentido da liberdade e autonomia sindical.

Mantidos o enquadramento sindical prévio: a contribuição sindical compulsória, o sindicato único, os controles administrativos de toda ordem, inclusive a intervenção por tempo indeterminado, com destituição da diretoria e cassação da carta sindical, não há como falar em resquício sequer de liberdade sindical. O sindicato é meramente consentido, fiscalizado, vigiado, mantido por beneplácito do Estado, como órgão seu, quase como serviço público descentralizado ou funcional.

Assim burocratizado, controlado, transformaram os sindicatos em meras associações recreativas, beneficentes e assistenciais. Agora estamos assistindo ao despertar das entidades sindicais, que se lançam à greve, à reivindicação, rompendo o silêncio de uma década, mas ao mesmo tempo em que isto acontece vemos crescer cada vez mais a revoadas de dirigentes sindicais a Brasília, hipotecando solidariedade ao chefe do governo, a ele e ao regime, sempre na ostensiva e vigilante presença do ministro do Trabalho. Tudo isto nos faz recordar as antigas “manifestações espontâneas” do Estado Novo, planejadas e realizadas sob a égide do ministério, com oradores escolhidos e discursos censurados. E sempre à custa do imposto sindical.

Coincisa curiosa é que o movimento de 64, aparentemente tão antipolista e anti-Vargas, é o seu continuador, seu herdeiro ideológico, devendo-lhe esta herança inestimável, que é a organização corporativa do movimento social brasileiro. Voltam os andames do edifício corporativo a ser plenamente aproveitados pelos arquitetos da nova ordem, segundo o modelo político-social de um corporativismo autoritário, que procura, na palavra de um dos seus autores, “uma sociedade harmoniosa e sem conflitos, ancorada em princípios morais e em normas bem definidas, baixadas pelo Estado.”

Ao contrário dos princípios clássicos da democracia, não são a sociedade e seus grupos que legitimam o poder do Estado – este é que os consente, organiza e lhes dá legitimidade. Que fazer com o Título V da CLT numa possível reforma democrática? Revogá-lo todo e começar tudo de novo, como aconteceu em países com a Itália,

Espanha, Portugal, França, porque não existe um regime verdadeiramente democrático sem liberdade sindical.

Uma inquietação inesperada

Não acredito nesta revisão da CLT que foi feita por uma comissão designada pelo governo. Acredito nesta inquietação dos trabalhadores que é uma coisa com a qual os donos do regime não contavam. O projeto de revisão mantém os pontos principais da Consolidação, e a única mudança maior que pretendem fazer, que era a fusão do Fundo de Garantia com o regime da estabilidade, foi vetada diretamente pelo Palácio do Planalto.

Mas a vida já superou muita coisa do que está aí. Já são conquistas incorporadas as comissões de fábrica, o direito de greve, a substituição do trabalhador demitido por outro com salário igual, a estabilidade da parturiente, as horas extras, a contagem como tempo efetivo de serviço do período de mandato sindical, a comunicação escrita aos trabalhadores demitidos, tudo isto obtido por pressão dentro mesmo dos dissídios coletivos e nas decisões da justiça do trabalho. Numa etapa mais avançada, que já começa a se manifestar, a briga será por convenções e acordos coletivos.

Em verdade, desde 1931, se instalou o regime corporativo no Brasil, contra as tensões e as lutas sociais, e é fácil ver que a classe protegida em todo este processo foi a patronal. Com o breve intervalo da Constituição de 1934, pregando a liberdade, a pluralidade e a autonomia sindical – mas que nem chegou a ser verdadeiramente aplicada – foi outorgada a Carta de novembro de 37, mais do que nunca com uma coloração fascista. Dois instrumentos, ainda em vigor, representam a cristalização daquele regime: o Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 39 e a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, que o incorporou ao seu texto.

O regime seria corporativo, com as corporações como órgãos de Estado. Nelas desembocariam os representantes, dois a dois, das diversas confederações nacionais. Para o completo de-

sempenho deste sindicalismo vertical controlado pelo Estado, era preciso inicialmente organizar-se as atividades econômicas e as profissões, sempre simetricamente, duas a duas, mediante um enquadramento sindical horizontal, ainda em vigor. Coube a Oliveira Viana montar toda a estrutura trabalhista da Carta de 37, ajudado por Chico Campos.

Manteve-se o sindicato único, criado em 1931, e era ele fortalecido pela contribuição sindical obrigatória, criando-se assim a engrenagem para o surgimento do peleguismo. Dai vieram as sedes de concreto, os dirigentes sindicais frequentando os corredores dos palácios e ministérios, de automóvel e amante, são os pelegos. Enquanto existir esta contribuição obrigatória, que o Estado fixa e ainda fica com 20%, não haverá autonomia. Antes de 64, o imposto sindical era dividido em 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para o Fundo Social Sindical (FSS), do ministério do Trabalho. Depois de 64 só mudou o nome da conta, ao invés de ir para o FSS, os 20% recolhidos pelo Estado vão para a conta especial de emprego e salário, na Caixa Econômica.

A contribuição sindical compulsória foi mantida na Carta de 67. O Brasil até hoje não pode ratificar a convenção internacional nº 87 da OIT porque não dispõe de um mínimo de liberdade sindical. O enquadramento corporativo, o sindicato único, a intervenção ministerial, o decreto proibindo greve nas atividades essenciais, definidas segundo a vontade do governo, o atestado negativo, o direito de voto, a dissolução da entidade por decisão meramente administrativa, tudo isto impede o caminho da verdadeira liberdade e autonomia sindical.

Nun quadro em que a realidade já começa a mudar é preciso que, pelo menos como medida urgente, se restituam os instrumentos de barganha de que possa dispor o proletariado a fim de lutar por seus direitos e obter um maior quinhão do produto nacional. Com a proibição das greves, licaram os trabalhadores algemados e sufocados, sem os legítimos instrumentos de negociação e pressão, submetidos a um salário de fome cada vez menor. Devemos começar vida nova com a revogação da legislação sindical. Épocas de mudanças não podem ser épocas de remendos.”

Fernando Henrique

“O POVO NÃO QUER MAIS CACIQUE”

O dia 15 de Fernando Henrique, na busca da “democracia para mudar”. Comentário do candidato na boca-de-urna: “Nossa campanha teve um sentido renovador; ela está do lado do coração e do estômago do povo.”

A gente não quer mais cacique
A gente não quer mais feitor
A gente agora está no pique
Fernando Henrique pra Senador

(esta letra de Chico Buarque, adaptada à música de “Acorda Maria Bonita”, pegou firme como o hino-de-campanha de Fernando Henrique)

- Hoje cada minuto será decisivo. Este é o dia “D”. Vamos lá! Vamos lá! O comitê se agita para a arrancada final. Maria Helena e Plínio Sampaio examinam pela última vez o mapa de todas as seções eleitorais, conferem os nomes para o trabalho na boca-de-urna. “Tá tudo amarrado” - garante Plínio, político experiente, ex-deputado cassado. Noutra sala, um grupo empacota cédulas e panfletos, enquanto alguém atende ao telefone. Lá fora os carros embandeirados começam a chegar, já disputando um lugar de parar na Avenida Sena Madureira, na Vila Mariana.

Daqui, dentro de meia hora, partirá a caravana da “Democracia Para Mudar”, que percorrerá vários postos eleitorais da cidade de São Paulo, tendo à frente o candidato a senador Fernando Henrique Cardoso.

- Quantos votos ele conseguirá? - Acho que dois milhões mais ou menos cem mil, quer dizer, além de um milhão e novecentos e abaixo de dois milhões e cem - prevê o professor e ex-presidente da UNE, José Serra. Mas Ayrton, assessor de imprensa do comitê, prefere ficar na casa de um milhão e oitocentos mil - “que já seria bastante bom, né?”.

De repente, Ayrton interrompe o papo para anunciar: “Lá vem o Fernando!”.

São 7 horas e 35 minutos desta fria manhã paulista. Apesar da resaca geral de 90 dias de campanha, Fernando parece bem disposto, animado, vibrante. “Olê-Olá! Tudo OK no alto comando!” Sorriente, gozador, paletó de veludo marrom, camisa e calças cinzas, ele convoca a turma para as ruas. Tudo OK: Fernando trepa no gipe sem capota. Motores e buzinas são acionados para o desfile inicial de uns 30 carros, que - no trajeto - arrastarão outros tantos, formando uma imponente caravana.

Vontade de mudar

Primeira parada: Escola Estadual Visconde de Itaipua, no Ipiranga. Do jipe aberto, de pé, o candidato acena ao povo e se aproxima do portão de entrada no posto eleitoral. O funcionário do TRE, Jaime Alkmin, se assusta com a movimentação e fala ao ouvido do soldado PM, Assis, ali de plantão. Fernando e seu time atraem as atenções. Caminhando e cantando - “A gente não quer mais cacique/ A gente...” - eles penetram no pátio da Escola, distribuindo cédulas e puxando conversa com os eleitores e cabos-eleitorais de outros candidatos. Fernando se aproxima de um grupo de mocinhas uniformizadas e assalariadas por Caio de Toledo, candidato da Arena à Câmara Federal. Elas contam que vão receber Cr\$ 200 para trabalhar de 8 às 12 horas para o Dr. Caio, mas confessam que são mesmo MDB. Ai entra um rapaz: “então vote no Fernando Henrique pro Senado, ô ele aqui, pois o Montoro já tá eleito e precisamos mais força pra oposição!”. Corre solta a panfletagem, a tal ponto que o funcionário do TRE já conformou: “Pela Lei só pode propaganda depois de cem metros do local de votação, mas tá tudo calmo, normal; então não vamos criar caso, né?”.

Segunda parada: Escola Estadual Firmino de Proença, na Mooca. Aqui

votará Fernando Henrique. Sua comitiva era esperada por grande número de jornalistas e artistas que o apoiam. Aqui o ponto principal do roteiro do dia “D”. O jipe da caravana, nem bem estaciona, é logo cercado por populares e pelo pessoal de rádio e TV que pede entrevistas.

Meio emocionado, meio sem jeito no meio do cerco, mas sempre sorridente, o candidato solta seu recado: - Tivemos uma campanha memorável, que hoje se conclui num misto de luta e festa, pois o povo entrou em cena para manifestar o desejo de mudança, de coisa nova. Nossa candidatura teve um sentido renovador; ela está do lado do coração e do estômago do povo: foi fruto de um trabalho contra tudo e contra todos que se opõem aos direitos e interesses populares. Reclamamos liberdade e dignas condições de vida e trabalho para a grande massa explorada e oprimida pelo regime autoritário. Esta a nossa briga. Esta eleição não foi livre, pois o governo boicotou o debate e propaganda pelo rádio e pela TV, mas - ainda assim - vencendo obstáculos, furando os bloqueios, realizamos uma campanha da maior importância, algo que significa um passo adiante.

O senhor crê em vitória? Tudo indica que Montoro vai ganhar?

- Se ele ganhar, ganhamos nós também, ganha o MDB. Será uma vitória da oposição contra o regime ditatorial, pela democracia! Seja como for, nossa campanha deixará um marco de vontade de renovação, inclusive de renovação de lideranças no sentido de quem de fato se compromete na luta pela liberdade, pela igualdade social, pela democracia pra valer e pra mudar!

O senhor é um intelectual, um professor, que de repente se lança na política. Como foi a experiência, o problema do intelectual ter que chegar ao povo?

Veja: intelectual também é trabalhador, é povo. Elite são eles, são os homens do governo, dos grupos dominantes. Operários, estudantes, assalariados de classe média, as mulheres que lutam por seus direitos, os jornalistas - como você - somos todos oposição e assim nos identificamos, não acha? A repressão destes 14 anos, a dificuldade da vida e do trabalho, atingem a imensa maioria que vai agora protestar e exigir mudança.

E daqui para frente? Aonde vamos?

- Essa eleição vai deixar uma marca, uma perspectiva nova que vai crescer e impor transformações políticas e sociais...

Fotografado de vários cantos, filmado por emissoras de TV, um tanto espremido no meio da massa, Fernando Henrique não tem chance de concluir a declaração e nem a repórter tem chance de insistir. Rodeiam-lhe vários candidatos oposicionistas (Antônio Angarita, Fernando Moraes, Eduardo Suplicy, Audálio Dantas, Flávio Biermeback), além dos artistas que lhe dão força (Eva Vilma, Guarnieri, Carlos Riccelli, depois Bruna Lombardi, Débora Duarte, Antônio Marcos).

A atriz Eva Vilma explica sua opção política:

- Sob censura, sem liberdade sindical, debaixo de um regime impopular, a classe artística encontrou em Fernando Henrique um meio para se unir e levar uma campanha maior pela liberdade e justiça social.

Abrindo caminho

Agora, de novo cantando, alguns gritando “A gente não quer mais cacique!”, o grupão fernandista segue o candidato que parte pra depositar em urna o seu próprio voto. Fernando é



Fernando chega ao seu local de votação na Mooca...

José Nascimento

eleitor da 19ª seção da 4ª Zona Eleitoral, fixada ali no segundo andar da Escola Estadual Firmino de Proença. Os mesários, assentados, recebem os cumprimentos do eleitor-candidato, que também lhes apresenta os seus acompanhantes famosos e pede desculpas pela movimentação e pelas cantorias. Há um acotovelamento geral, lota-se a sala da 19ª seção, até que Fernando recebe a cédula rubricada para o “sagrado dever”. Fotografos e cinegrafistas solicitam reprises de poses e cenas, principalmente da mão do candidato e seu voto no buraco da urna. Pronto: o homem votou!

Na cola, o repórter da TV Globo é o primeiro a entrevistá-lo após o ato. O candidato repete coisas ditas há poucos minutos, juntando um agradecimento a todos quantos o apoiaram. Menciona as lideranças sindicais, os estudantes, os artistas, a imprensa. E enfatiza: “Todos os que trabalharam comigo atuaram na base do voluntariado, na base da consciência. Não gastei um tostão com o dito esquema de boca-de-urna, com cabos-eleitorais. Sou o único que pode afirmar isso e desafiar a quem provem o contrário”.

A seguir entra a repórter da TV-Bandeirantes:

- Se abrir o leque partidário onde o senhor ficará?

- Criaremos um outro MDB, um MDB sem os vacilantes. Um partido novo, mais comprometido com os interesses populares.

São 10 horas e 35 minutos. Fernando se desocupa desta parada e, à frente de uma quase passeata que faz congestionar o trânsito da rua da Mooca, confirma seus próximos pontos: Tatuapé, Vila Maria, Casa Verde, Bairro do Limão, Perdizes e avenida Paulista. Nas ruas, um sol quente de pipocar, a suor já escorrendo, Fernando tira o paletó, toma um café no boteco da esquina, despede-se dos artistas e amigos que vão atuar noutros pedaços e retorna ao jipe aberto - desta feita acompanhado por Bruna Lombardi, Eva Vilma e a fotógrafa Sônia.

Atrás a caravana de dezenas de carros embandeirados, que vão abrindo caminho. No meio do trajeto para Tatuapé, um galho: o jipe tem de parar por conta de um defeito no cabo do acelerador. Bruna se agita: “Póxa! Cada minuto vale ouro”. Francisco, o motorista, quebra o galho e prossegue o cortejo.

Tatuapé, depois Vila Maria. Eva Vilma e Bruna dão autógrafos na concentração de eleitores, sempre pedindo votos por Fernando Henrique. Eva leva um papo com um cabo-eleitoral da Arena, parece conquista-lo. Daí comenta: “A gente tá igual a camelo, né? Mas é o jeito, é o jogo, a gente precisa vencer pra mudar essa transa toda, né?”. Na casa Verde, após ver e ouvir Bruna Lombardi, um rapazinho joga pro ar as cédulas de Ademair de Barros Filho (Arena) que tinha nas mãos, e pega um pacote das de Fernando Henrique. E o próprio Fernando

convence um grupo de uniformizadas de outro arenista a distribuir também seu material (“Não deixe de receber de quem as contratou, mas ajude-me e vote comigo, no MDB”).

Agora Perdizes, posto da Universidade Católica - a PUC. O povo-eleitor aplaude a caravana que chega e canta em coro o hino de Chico Buarque para Fernando Henrique. Já são 15 horas e 35 minutos, cerca de 60 a 70% do eleitorado já votou em São Paulo. As calçadas já estão inundadas de milha-

O papel do MDB é ser uma espécie de lança

- As pressões sociais estão crescendo. As greves são um exemplo. Isso era previsível para o cientista social?

- O que importa é que as greves provocaram uma grande surpresa para a sociedade: foi a constatação de que existe alguma coisa além do Estado, existem grupos sociais - não só empresários, mas também trabalhadores preocupados com a distribuição da renda neste país. Porém, o fato mais auspicioso e salutar é que se começa a reconhecer que esses grupos existem completamente desligados do Estado, o que significa uma independência relativa das classes. Hoje, é possível fazer negociações com os empresários. Porém, o mais importante é o fato de que, na prática, certas regras muito rígidas - e essa rigidez é anterior a 64, vem dos tempos do Getúlio Vargas - e certas formas que regem os conflitos entre classes são postas em dúvida, e até certo ponto a greve é aceita como legítima pelos empresários. A greve é ilegal segundo a legislação. Mas a prática nos levou a concluir que a lei é imoral.

Creio que as negociações entre trabalhadores e empresários passarão a ser vistas como uma relação democrática, o começo da legitimação dos conflitos, pois não existe democracia sem uma legitimação dos conflitos existentes entre as classes que compõem o universo produtivo. A grande surpresa foi que o empresário não apertou um botão e chamou a polícia, o que nos leva a concluir que o que está acontecendo agora é um avanço.

- As lideranças trabalhadoras estariam convencidas desta mudança?

- Melhor é citar o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, num debate recente em que ambos participamos e, o que é mais significativo, juntamente com empresários. Ele disse que



ENNIO BRAUNS

res de cédulas e folhetins; outras tantas peças de propaganda são lançadas ao ar numa chuva de papéis.

No meio da massa, saudando Fernando, o ex-boxeador Eder Jofre, e - curioso - até o Secretário de Planejamento do Estado, Jorge Wilhelm. “E a terra em transe” - diz o suado Fernando. Na PUC, como em todos os locais antes percorridos, aquela mesma constatação: impressionante, este ano, o número de eleitores indecisos até o último momento, sobretudo na escolha

de deputados estaduais e federais, apesar da simpatia generalizada pelo MDB. “Se tivéssemos mais um mês de campanha, isso tudo ia ser bem diferente, muito; até poderíamos ganhar” - conclui o derrotado-vitioso Fernando Henrique. Derrotado: na quantidade de votos.

Vitoriosos: enquanto candidatura que, apesar dos limites, tentou se constituir numa alternativa oposicionista, xecando o caciquismo ditatorial, abrindo algum lugar para o que vem de baixo. (Jorge Baptista)

precisamos organizar forças políticas populares poderosas.

- E pra isto onde estão as lideranças?

- Esse operariado que está se movendo não é o das greves dos anos 50 nem o das do início da década de 60, principalmente ligados as grandes empresas estatais - portuárias, ferroviárias etc. É o operariado ligado à grande indústria moderna. É outra classe operária que está se mexendo, que tem outras demandas e que quer um tipo de liderança mais aberta, para entender que o problema é de salário, sim, mas não é só de salário. É de relacionamento com os patrões, contrato coletivo etc. O Lula representa o que há de novo, ele é uma espécie de força da natureza, mas ele é tudo isso porque representa condições novas.

- Estas condições novas iriam até à organização de um partido dos trabalhadores?

Não é bem isso. Eu acho que, por razões históricas e estruturais, as tendências favoráveis à formação de partidos estritamente operários no Brasil têm fracassado. Não é porque inexistam grupos e pessoas com vontade de fazê-los, especialmente entre intelectuais e nas classes médias. Ocorre, entretanto, que a industrialização brasileira e a formação da classe operária dão-se entre nós sob a égide do capitalismo oligopólico. Este cria trabalhadores e cria um mercado de consumo de massas ao mesmo tempo. Até a década de 50-60 ainda se poderia imaginar que a história da classe operária brasileira repetiria a da França ou mesmo a do Chile. Hoje, só quem não está atento às transformações do mundo pensa assim. (Trechos de recentes entrevistas de Fernando Henrique, publicadas agora no livro “Democracia para Mudar” - Ed. Paz e Terra)

Jarbas Vasconcelos



Jarbas Vasconcelos, aos 36 anos, advogado, ex-deputado estadual e atual deputado federal pelo MDB pernambucano, é uma das principais lideranças políticas do Nordeste. Com 27 anos, quando da cassação de uma grande parte da oposição pernambucana, foi levado a ocupar o cargo de secretário geral do MDB, assumindo depois a presidência do diretório regional do partido.

Seu primeiro mandato como deputado estadual foi de 1970 a 1974, numa gestão muito agitada, onde acabou realizando uma série de denúncias contra todos os atos de corrupção e violações aos direitos humanos. Em 1974 elegeu-se deputado federal com 70 mil votos, sendo o mais votado da história política de Pernambuco. Na Câmara Federal continuou as denúncias contra os políticos que saíram do MDB, veio forte nos debates dos candidatos populares de Pernambuco.

Aqui, Jarbas Vasconcelos fala a EM TEMPO:

“Eu advogo uma solução urgente”

Em Pernambuco, o candidato oposicionista ao Senado, enfrentando dois adversários da Arena - Cid Sampaio e Nilo Coelho - afirmou durante a campanha que os problemas de seu Estado não permitem mais embromação. “A Zona da Mata ilustra bem a miséria, a humilhação em que vive a classe trabalhadora pernambucana”.

- Na sua opinião, o que deveria necessariamente conter um programa democrático?

- Defendo um programa por liberdades democráticas e a Assembleia Nacional Constituinte. A história mostra que a verdadeira Constituinte tem que ter anistia. O Congresso que aí está não tem representatividade. Tem que ser dissolvido. As eleições livres devem ser convocadas o mais rápido possível. Uma Assembleia Nacional Constituinte tem que ter todos esses pontos para ser verdadeira, sem qualquer um desses pressupostos fica aleijada. Sem eleições diretas não há Constituinte.

- E a liberdade político-partidária seria um dos pressupostos?

- Lógico. Tem-se primeiro que construir e depois fundar os partidos políticos. Na Espanha concorreram mais de

soas que querem uma Assembleia Nacional Constituinte têm o objetivo de sair da ditadura para o Estado de Direito, a chamada legalidade democrá-

tica, onde se têm as condições de organização. Estou com o decálogo do MDB. O decálogo aprovado na Convenção Nacional do Partido une tudo. Ali não está, na verdade, o problema social, o econômico, não está o problema do trabalhador. Mas estão os pontos básicos para se voltar ao Estado de Direito.

- Dentro dessa linha de raciocínio, com incorporar os trabalhadores a esse programa, como acenar a eles, sem levantar algumas questões políticas básicas, fundamentais para o movimento operário, tais como a liberdade sindical, o direito de greve, o fim do arrocho salarial. Como, num programa que se restringe ao Estado de Direito e à Constituinte, ir do encontro dos setores populares?

- Os mais prejudicados nestes últi-

mos tempos são os trabalhadores. A verdade é que a mass trabalhadora está à margem de tudo nesse país, exatamente porque vivemos sob um regime ditatorial. Falar dentro de uma ditadu-

ra em organizac o povo, acho muito bonito apenas na expressão do papel. Num país subdesenvolvido como o Brasil, acredito que cabe aos setores mais esclarecidos da população a luta para se chegar à democratização. Com ou sem a ajuda dos trabalhadores. Porque a participação deles será decisiva no momento em que você puder conscientizá-los. Me parece muito mais fácil você esclarecer o trabalhador sobre os diversos graus e níveis de exploração a que são submetidos dentro de um regime de legalidade do que dentro de um regime repressivo.

Na ditadura você não tem como, em primeiro lugar os órgãos de classe, na sua grande maioria, estão subordinados ao Estado, ao governo, as delegacias e ao Ministério do Trabalho. Essa grande maioria está completamente castrada. Hoje, é difícil chegar à massa trabalhadora. Cabe a nós tirarmos o país do impasse em que se encontra, que é principalmente político. Uma vez resolvida a crise política as outras se resolvem como consequência. A classe trabalhadora está toda marginalizada. Agora, aos poucos, é que alguns setores estão começando a se organizar.

- Como você vê a dependência do Nordeste em relação ao Centro-Sul?

Acho que deve ser denunciado que a política do sistema no campo econômi-

co tem sido a de transformar o Nordeste em mercado consumidor dos produtos industrializados da região Sul. A mão-de-obra nordestina é altamente explorada pelo próprio salário mínimo, sempre com um menor índice para o Nordeste. Quem mais está sofrendo na pele o problema da agroindústria canieira em Pernambuco são os trabalhadores do campo, das usinas, nas oficinas e no campo. Vem daí o problema da alimentação, habitação, escolas etc., mas tem também o problema do plantador. O problema não é só aquela imagem da chibata na mão. O plantador também é o lascarado, que está sendo esmagado pela usina. Não recebe dinheiro, não tem terra porque ele a arrenda de algum proprietário ou da própria usina. Para se defender uma economia dessas faz-se necessário o aprofundamento das questões, é necessário uma análise global. Para se entender a exploração das massas trabalhadoras, que é muito maior aqui do que lá fora, precisamos defender, em termos de economia nordestina, uma solução global para os nossos problemas.

- Que solução imediata você defenderia para a crise econômica canieira, algo como a cooperativa das usinas, como a reforma agrária?

- O problema da reforma agrária no Brasil não pode ser mais tratado como era antes. Hoje a reforma agrária ho-

nesta é muito mais necessária tanto a nível do Nordeste, como a nível do sul do país. Quero dizer, em determinadas regiões do sul do país. Aqui no Nordeste a sua implantação é urgentíssima, ela é mais necessária em Pernambuco do que no Estado do Paraná, ou Santa Catarina, onde a terra está melhor distribuída. Um dos principais problemas do Nordeste é a distribuição de terras.

Se não se partir para uma reforma agrária realmente profunda e que mexa com toda a estrutura agrária e latifundiária nossa situação irá piorar a tal ponto que o Nordeste passará a ser um problema maior ainda do que já é, com suas populações largadas à exploração cada vez mais crescente dos poderosos, dos donos do dinheiro, dos que visam o lucro puro e simples para si. A época em que o trabalhador teve uma maior participação, uma perspectiva melhor de vida, foi no governo de Miguel Arraes. Pernambuco serve de laboratório para muitas coisas, a Zona da Mata ilustra bem a miséria, a humilhação em que vive a classe trabalhadora. Eu advogo uma solução urgente.

É inconcebível que se viva no estado de coisas que se vê hoje na Zona da Mata, onde a mortalidade infantil atinge índices alarmantes e os usineiros enriquecem a cada dia que passa.

(Sucursal do Recife)

A grana contra a garra

A corrupção eleitoral da Arena saltou aos olhos de todo mundo na reta final. No dia 15, em São Paulo, como também no resto do país, arenistas e “arenosos” lançaram às ruas um batalhão de assalariados na tentativa de capturar o voto dos indecisos.

Marcos Faerman

A mancada do Caio

Mas logo o senhor, hem seu Caio Pompeu de Toledo! Logo o senhor! (Ou alguém que o apoia com suficiente entusiasmo e intimidade para mandar fazer propaganda eleitoral. Alguém disposto a queimar uma boa gracinha para mandar imprimir folheto com o seu nome... Esta não, seu Caio. Numa boa, o senhor sai por aí violando todas as normas, formas e decências da campanha, e a sua turma distribui um planfletinho recomendando o seu nome e o do compadre Armando Simões Netto... e mandando o Zé Povo votar em dois candidatos para Senador! Mas assim, seu Caio, o voto do Zé Povo é anulado... prá senador. Isto é sacanagem, seu Caio, sacanagem grossa.

O grande esportista

Tem gente aí do Brasil afora que não sabe bem quem é o senhor, seu Caio. Vamos dar a ficha de seu trabalho numa Secretaria da Prefeitura Paulista. São Paulo é uma cidade chatíssima. Os poucos campos de futebol foram destruídos pela especulação imobiliária. Arvore que é bom não tem nem prá remédio. O povão foge de São Paulo quando pode - se com a grande curta, é difícil até fugir da cidade. Então, este moço, seu Caio, com sorriso de ator de Hollywood, inventou mil coisas: fantásticos campeonatos de futebol prá moçada da várzea, caminhadas a mais caminhadas a pé (imaginem só!), jornadas de bicicleta, e uma maratona de natação em que tanta gente nadou, que um carinha, coitado, morreu afogado, e ninguém percebeu. Foi em cima de tudo isto que o Caio Pompeu de Toledo conseguiu votos - e, também, de uma campanha caríssima, cartazes enormes, coloridos. Uma campanha que só perdeu, em matéria de tutu, para a do Coronel Erasmo (desta peça a gente fala logo). Este moço promoveu "esportes" de montão, mas pelo jeito é mau esportista. Afinal de contas, ninguém tem culpa do pessoal por aí não suportar a Arena... partidinho ruim de voto está aí.

Erasmo não tem jeito

O coronel Erasmo botou prá quebrar nestas eleições. Há uns dias atrás, mostrou plenamente esta vontade de botar prá quebrar. Um grupo de jornalistas saía de um restaurante do centro de São Paulo. Na hora de se despedir, um deles disse para os outros amigos (todos são da revista Veja): "Pessoal, não se esqueçam de votar no MDB, hem?". Foi o que bastou. O homem Erasmo estava ali por perto, no volante de um carro. Desceu com uma pistola na mão. (Ele carrega sempre uma pistola numa maletinha James Bond, ao lado da Bíblia e de uma bomba de gaz lacrimogênio - pelo menos carregava no tempo em que era "Secretário da Segurança, em SP"). Apontou a arma bem na cara dos jornalistas e disse que não aguentava brincadeira. Quem falasse, morria. A turma ficou quieta. Ainda mais que, segundo eles, o homem estava de porre. O coronel ficou chateado, sem saber o que fazer. Baixou a crista e foi embora. Imaginem qual é o slogan do coronel? "Segurança". Isto mesmo: "Vote em segurança."

Muita grana rolou

A campanha do homem foi caríssima. Eram uns cartazes gigantescos, coloridos, era um cartaz de metro e tanto pregado em tudo que é canto. O homem ali, de cara feia, a mão quase levantando, que nem o personagem de um velho filme americano, "O Doutor Fantástico", que tinha que segurar a mão direita, se não ela saltava e ficava armada na saudação nazista. "Vote em Segurança?" Foi armado um esquema de pressão jogando com gente das delegacias, da Secretaria de Segurança, que irritou até policiais. No dia da eleição, centenas e centenas de gente ganhando de 150 a 200 cruzeiros por cabeça foram atirados na batalha da boca-de-urna. Foi o lance mais divertido: a turma dos candidatos populares batalhando votos com os Erasmo's Boys e as Erasmo's Girls. A diferença que é os erasmetes e as erasmetes estavam faturando uma notinha, não é?

Os lances da briga

Uma histórinha acontecida na Vila Brasilândia, na Zona Leste, onde vive trabalhador, gente sofrida, gente do salário mínimo. É claro que tem muito nego lá da Brasilândia para quem o tutu do Erasmo vinha bem. Não é sempre que num feriado vem a chance de ganhar 150, 200 paus. Por isso os homens de cara fechada que chegaram na Brasilândia cedinho, na quarta-feira logo conseguiram recrutar uns negos prá batalhar na boca-da-urna. Os homens de cara feia ficaram lá na deles, dentro do carrão, dorminhando. É aquela gente fatiada de fás do Erasmo foi brigar com a turma do MDB e

com outros caras da Arena. Ai é que vem esta excelente história. Um senhor negro, de uns 50 anos, e uma cara de sabão estava lá, batalhando numa de ideal mesmo, pelo Goldman e pelo Resk, dois candidatos populares. O senhor viu uma garota com a camisa do Erasmo. Chamou a menina e lhe disse, botando a mão no ombro dela, como se fosse um pai: "Minha filha, você pode vestir esta camisa, eu sei que você vestiu porque precisava de dinheiro, mas, pelo amor de Deus, o teu coração não pode estar com este homem, que é contra nós, gente do povo. Olha, joga fora os papeizinhos dele, e trabalha pelo Goldman e pelo Resk. Você sabe que o Goldman foi sempre muito perseguido por defender os trabalhadores?" A menina ouviu com atenção. Depois, jogou fora os papeizinhos do Erasmo e continuou na função. Agora, com propaganda do Goldman e do Resk! Ali perto, um padre da região, de sandália e rancheira, comandava uma turma de rapazes e moças da Brasilândia, dizendo, com entusiasmo: "Vamos derrubar o Figueiredo do cavalo... Vamos, gente! Vamos de MDB!"

“Arena...Quem...eu...”

Era até gozado de se ver. Os cabos eleitorais da Arena faziam de tudo o que podiam, para não falar na Arena. Falavam, falavam, falavam, de tudo, menos da maldita Arena. Porque o povão, daqui e dali, era só falar em Arena, para fazer cara feia. "Votem no homem e não no Partido", gritava um crioulo simpático, que trabalhava para Caio Pompeu, com um chapéuzinho que lembrava os chapéuzinhos das campanhas eleitorais norte-americanas. Aliás, ali perto da Ponte da Casa Verde tem um muro pichado com esta frase: "Tio Sam apoia Caio". Ué!!! Esta já é demais. Os arenosos - produzindo por grana, como se viu - ficavam de saco cheio com a reação popular. Um motorista de ônibus quase bateu, no bairro do Limão, num cabo-eleitoral da Arena que queria enfiar em suas mãos propaganda do Cantídio Sampaio. "Da Arena, meu... eu com a família passando necessidade por causa deste governo e você quer que eu vote neste Partido de m..." Tiveram que segurar o motorista!

Atira este papel longe!

Então, foi assim, no começo, o pessoal que trabalhava prá Arena ainda tentou remar contra a maré. Vinham, falavam, despejavam o latim prá cima dos eleitores. Com o tempo, foram cansando, desistindo, e até confessando que eles também eram favoráveis ao MDB. Se estavam do outro lado é porque precisavam de dinheiro, coisas assim. Cansados de tanto ouvir "não", daqui e dali, terminaram jogando os papéis na cara dos eleitores, enfiando por carro e dentro, atirando como se fosse confeti.

Arenista e Arenosos

Quem inventou esta de "arenoso" foi Fernando Henrique. Arenoso é um emedebista louco pra aderir. Ou aderindo disfarçadamente. Pois alguns emedebistas com pinta de arenosos andaram, também, utilizando trabalho mercenário nas eleições. Já os candidatos populares, não. Era na base da garra, da luta, do coração. Já é do mundo do futebol, quem joga com o coração, se empenha mais, não é? Por isso, e alguns lugares da cidade, um cabo-eleitoral popular conseguia mais do que 20 arenistas e arenosos!

Grana: 200. Ideal: 0

Os Cabos da Arena, tendo pouco o que dizer, faziam piadinha. As vezes até contra os próprios candidatos. Numa urna de Santo Amaro, ganhando 200 cruzeiros por cabeça, diziam certos cabos eleitorais do indefectível Erasmo, que o homem não ia se eleger porque tinha prendido muito ladrão... "e tem mais ladrão do que gente neste país." Estes aí, confessaram para um repórter do Em Tempo que... iam votar no Fernando Henrique! Que confusão, hem?

Os John Travolta de Santo Amaro

A gente viu lá em Santo Amaro umas outras peças raríssimas. Eram uns secundaristas de fitinhas-amarela na cabeça. Que trabalhavam para Ademar de Barros Filho em troca de uma carteirinha de discoteca. E disputando um prêmio de Cr\$ 3 mil para a turma que trabalhou na urna mais votada. Os meninos gritavam: "Vote em Ademar". Ao que outro deles gritou: "É vigarista!" Como nossa reportagem notou, a gente expressou, o garoto veio falar com ela: "É brincadeira, moça". Brincadeira? Já o Cantídio Sampaio, arenista pantanoso, brigão, ultra-

reacionário, distribuía uma caixinha de fosforo, contendo: dois botões brancos, duas agulhas e um pedacinho de linha. O repórter de "Em Tempo" confessa não ter percebido o significado simbólico de tais coisas. E considera que ou ele, o repórter, ou o gênio que bolou tal brinde deveria procurar, imediatamente um psiquiatra.

Cabos infantis

Também foram muito utilizados pelos arenistas e pelps não autênticos do MDB muitas crianças, de 12, 13, 14 anos. Naturalmente que não sabiam dizer nada. E que era até triste ver alguns meninos e meninas repetindo frases feitas que tinham enfiado na cabeça delas. Os candidatos populares não usaram este tipo de expediente, em lugar algum.

Cena rápida

E vem uma garota cheia de propaganda do Ademar de Barros Filho. Entrega para um cidadão. E lhe fala, baixinho:

- Não vota nele, não. Vota no MDB!

Preto vota em preto!

Um preto negro vai chegando perto do local de votação. Um monte de gente pula em cima dele, com os "santinhos". Ele pula debanda e diz: "Nem vem, meu. Olha aqui, já tenho o meu. Só voto em preto."

Dona Madalena disse:

Dona Madalena é de Imirim. Ela diz: "Olha, a gente não sabe mais de quem é o Brasil. Dos pobres é que não é, porque eles não têm direito a nada. "Ai ela olha de cara feia para um cabo



eleitoral da Arena: "Não adianta a Arena olhar prá mim. Eu não ganho um tostão para trabalhar na eleição. Trabalho porque estou cansada de ver gente passar fome. Tenho quatro filhos, só um conseguiu estudar, mesmo assim em curso técnico. Faculdade é só para filho de rico". O Arenista ficou quieto.

Partido Trabalhista

Vivaldo dá duro como azulista. "Voto no MDB porque é um partido trabalhista. Acho que ele luta mais pelos trabalhadores. Só votaria noutro partido, se fosse mais pelos trabalhadores do que o MDB".

O homem é Brizola

Quem disse isto foi um cidadão numa Vila. Quer votar em Brizola para presidente, quando o Brizola voltar.

O mecânico falou:

"A gente deveria votar para presidente. Ai a gente acompanhava mais as necessidades. Antigamente, o custo de vida era mais fácil. Acho que é porque o povo não elege o presidente." (Vivaldo, 40 anos).

E o pedreiro falou:

"Voto no MDB porque estou puxando ao meu pai. É melhor para os trabalhadores. Mas não adianta os deputados ser do MDB e o presidente da Arena." (J.R., pedreiro, 26 anos.)

(Cobertura de Fátima Barbosa, Maria Cândida, Antonina Silveira, Samira Zaidar e Milton Pinheiro)

A garra contra a grana

Aqui e acolá, o trabalho diferente dos “cabos eleitorais” dos candidatos populares. Alteração na forma e no sentido da propaganda da última hora. Outro papo: vontade de vencer e também de convencer o povo-eleitor. Muita garra contra a grana.

1 - São Paulo

uma atividade que acaba ganhando características eleitorais, é fácil distinguir quem está ligado aos candidatos populares de quem é cabo eleitoral sem muita convicção, de quem defende mais o nome do candidato do que um programa de ação, de quem é mero “mercenário” de fim de campanha.

Em qualquer região de São Paulo, na periferia da Zona Sul à da zona Norte, Leste ou Oeste, era fácil observar a diferença entre o trabalho de abordagem dos eleitores feito pelos voluntários dos candidatos populares daquele que era praticado pelos cabos eleitorais pagos, que recebiam “cachês” de 50, 100, 200, 300 e até 500 cruzeiros dos comitês eleitorais e candidatos viciados nos velhos processos demagógicos.

Os “mercenários”, com ou sem muita gritaria, esforçavam-se apenas em atirar sua propaganda sobre os eleito-

res, que acabavam irritados com a abordagem cansativa e repetitiva. Ou passavam ao largo, vendo um sem número de crianças, vestidas com camisinhas pintadas com o nome do candidato, jogando folhetos para o alto, desperdiçando propaganda e cobrando, zangados, as promessas de lanches e refrigerantes, que até as duas horas da tarde ainda não tinham sido cumpridas.

“Panela vazia”

Enquanto os cabos eleitorais, que trabalhavam porque acreditam nos programas e nos seus candidatos, faziam sempre um apelo maior e mais convincente. Em frente à Escola Municipal de 1º Grau Monteiro Lobato, em Pirituba, onde se instalou desde às 6 horas da manhã, o cabo eleitoral de Aurélio Peres e Sérgio dos Santos, por exemplo, não se cansava de repetir: “Sem direitos e sem feijão, unidos na oposição”. Ou: “Luta da panela vazia do povo contra a panelinha dos tubarões”. Ou ainda: “Vote contra a carestia, vote contra a panela vazia”.

Em todas as equipes de candidatos da Arena, havia eleitores confessos do MDB. Simar, que trabalhou para “Turner e Curiati”, confessou que havia votado no partido da oposição. E Maria Lucia, contratada pelo comitê de Cunha Bueno para trabalhar em Itaquera, ainda foi mais explícita: “Eu votei no MDB. Só estou aqui por causa do dinheiro. Eu não insisto com os eleitores. Apenas dou o papel. Não tem nem argumento prá fazer as pessoas votarem na Arena”. Essa situação ajudava a destacar mais ainda os voluntários dos candidatos populares. Um cabo do Geraldinho, completamente rouco e cheio de entusiasmo, gritava no final da tarde de quarta-feira: “Tô casando quanto q... eu quiser - Geraldinho está eleito”. O pessoal olhava, sorria, mas não era o caso de se fazer aposta.

Discursos e pressões

Alguns cabos eleitorais de candidatos populares, quando tinham oportunidade de falar para dois ou três eleitores, abordados a uma razoável distância do local da votação, aproveitavam para fazer verdadeiros discursos, propondo questões, tentando debater com os votantes, no caso de a receptividade ser boa. Falavam das bases sociais do regime, da exploração dos trabalhadores, da necessidade de se lutar para a construção de uma sociedade justa, onde a maioria trabalhadora do povo tivesse o poder de fato. Muitos argumentos também sobre a crise da ditadura e os inúmeros casos de corrupção. Inclusive, a corrupção eleitoral, que era fácil de mostrar, bem ali em frente.

Em alguns casos, essa atividade mais agressiva provocou a reação de situacionistas, que chegaram a chamar a polícia ou a agredir os cabos eleitorais dos populares. Houve prisões, como a de um voluntário do jornalista e candidato a deputado estadual Fernando Moraes, que foi levado para o 14º Distrito Policial e logo liberado. Um dos 400 colaboradores de Audálio Dantas, Edson das Graças Silveiro, foi agredido por elementos filiados à candidatura de Erasmo Dias, o que foi testemunhado pela enfermeira Rosa Torralzo de Freitas.

boqueiro popular, só mesmo por ser boqueiro popular.

Enfrentamento político

Além disso, esses capangas e até mesmo alguns fiscais de candidatos sobretudo na periferia, investiam sobre as pessoas já nas filas de votação tomando de suas mãos os “santinhos” dos candidatos populares.

O trabalho de... foi assim, não apenas válido eleitoralmente como uma importante experiência de enfrentamento político. Isto é explicável. A inclinação geral dos belorizontinos nas eleições era a de voto na oposição. Em especial, já vinham com clareza de votar em Tancredino para o senado, e muitas vezes indefinidos em relação a deputado estadual e federal. As ilusões no MDB enquanto alternativa são mínimas. Em geral o voto é de protesto mesmo. Assim é que os arenistas, via de regra, escondiam a sigla de seu partido e enfatizavam o nome e as realizações públicas do candidato.

Neste contexto de protesto, o campo foi fértil para a atuação dos “boqueiros” populares, que inscrevendo-se no MDB enquanto oposição, foram além do MDB apresentando um conteúdo novo e mais agressivo.

Se o trabalho não alcança um nível quantitativo maior, isto se deve em primeiro lugar ao pequeno número de candidatos populares (sete em Minas) e à desigualdade econômica patente na boca da urna.

(Sucursal de Belo Horizonte)

“Meu companheiro, o senhor vai votar?” (A pergunta parecia óbvia numa boca de urna qualquer, mas naquela, entre duas seções eleitorais, no Jardim Bela Vista, em Osasco, o eleitor tanto poderia estar indo para votar em uma, como voltando, após ter votado, da outra). “Vou, sim”, responde o senhor de meia-idade, moreno, com cara de operário. “Por favor, considere essa trínca de candidatos”, diz o cabo eleitoral, que tem um cartaz de Antonio Funari, concorrente a deputado estadual, colado em suas costas. “Esses candidatos - insiste o cabo, entregando o “santinho” - são candidatos de oposição, de oposição popular; se eleitos, eles vão dedicar o mandato à continuação da luta e da organização do povo contra a ditadura; vão usar o Parlamento como uma tribuna para a voz da oposição popular”.

No comitê eleitoral de Funari, soube-se que foram 700 os colaboradores que fizeram o trabalho de boca de urna; no de Geraldo Siqueira, o Geraldinho, também candidato a deputado estadual, o número subiu a mil; no de Aurélio Peres, outro candidato popular à mesma Assembleia, chegou a 2.800. E assim por diante, nos comitês de Marco Aurélio Ribeiro, Antonio Rezak, Irma Passoni, Mario Renato Jaú; nos dos candidatos a deputado federal, Airtton Soares, Darci Passos, Audálio Dantas, Alberto Goldman; ou no do candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Voluntários

Mesmo no trabalho de boca de urna, por meio do qual se joga tudo na última hora, tentando ganhar a todo custo o voto dos indecisos, nos marcos de

2 - Belo Horizonte

daturas populares. Tanto a Arena como o MDB convencional usaram e abusaram de tais expedientes. Diretores de colégios onde as votações se realizavam, junto com os comitês dos próprios candidatos, alugavam a rodo o trabalho de meninos e entre eles até mesmo pivetes ao preço de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 200,00 a diária.

Nisso também, os “boqueiros” populares se diferenciaram claramente e o eleitor indeciso ficava sensibilizado por ser abordado por um adulto, jovem ou não, que vinha com uma conversa séria ainda que ligeira, ao contrário de ser aporinhado por um monte de meninos e uma torrente de papéis.

Era mais ou menos óbvio que não ocorreria propriamente repressão policial ao longo do dia, porque isso poderia fazer propaganda extra para o MDB. Entretanto, capangas de políticos convencionais, sentindo seus curtos meninos, passaram a filar tais palavras de ordem para seus próprios candidatos, num evidente contrassenso para qualquer um mais informado.

Repressão arenista

Mas, de qualquer modo, o aparato dos candidatos convencionais, tanto da Arena como do MDB, obscurcia o trabalho voluntário e “amador” das candidaturas populares. A enxurrada de papéis, “santinhos” brindes, numa dimensão inédita comparativamente a outros pleitos, praticamente quase anulou a modesta presença da candi-

NICARÁGUA

Aperta o cerco à ditadura

A insurreição popular de setembro, dirigida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, destruiu as condições de sobrevivência da ditadura da Anastásio Somoza na Nicarágua. De lá para cá, o que se vê é um regime agonizante, estrebuchando. As "sete vidas" do velho ditador esgotaram-se. Até o imperialismo, hoje conduzido por Carter, aparentemente já se decidiu pelo afastamento de Somoza, embora deseje que, com nova roupagem, o somozismo seja assumido, agora, pela burguesia conservadora. Mantendo-se, inclusive, a Guarda Nacional.

Num momento em que porta-vozes dos sandinistas e da própria Frente Ampla de Oposição (FAO) garantem que Somoza não passa do fim do ano, isto é, não emplaca 79 no poder, apresentamos aqui um quadro amplo da situação no país. Entrevistas exclusivas com Ernesto Cardenal e Maurício, representantes da FSLN, que estiveram há poucos dias em Lima, onde foram ouvidos por nosso correspondente peruano, Ma-

nuel Manrique; a história do novo exército dos guerrilheiros, organizado dentro da Nicarágua, cujo comando foi entregue a Eden Pastora, o conhecido comandante "Zero", que liderou a ocupação do Palácio Nacional de Manágua, em agosto, dando início ao processo insurrecional; a Frente Sandinista vista por dentro, à luz das posições da Tendência Proletária, reveladas numa entrevista feita em meio a uma greve de fome, ocorrida na Alemanha, da qual participavam o entrevistado e o entrevistador, este último um brasileiro; a radiografia das classes dominantes nicaraguen- ses, realizada por um estudioso do problema, o soció- logo guatemalteco Edelberto Rivas Torres, que ensina na Universidade da Costa Rica, e que foi ouvido, aqui no Brasil, pela sucursal de Minas, por João Batista Ma- res Guia e Sandra Starling, e as sínteses dos programas de governo provisório da Frente Sandinista e da Frente Ampla de Oposição, que nos foram cedidas por Torres Garcia.

À beira da nova ofensiva

Poderia falar sobre a tática militar usada pela Frente Sandinista na última ofensiva de agosto-setembro e a sua eficácia?

Dei-me conta que a imprensa internacional disse que a Frente Sandinista de Libertação Nacional sofreu grande derrota em setembro e que Somoza obteve uma vitória e tem se fortalecido. Foi o contrário. A Frente teve uma grande vitória e Somoza uma der- rota moral e material. Libertamos as princi- pais cidades do País e muitos guardas foram mortos, uns 1.500, fora as deserções. Morre- ram oficiais de alta graduação, enquanto a Frente teve pou- baixas, umas 40. O exér- cito não podia entrar nas cidades liberta- das, pois toda a população tinha tomado as cidades. Em alguns lugares não tomaram os quartéis porque não quiseram. Por exem- plo: nas cidades de Leon e Esteli, a Guarda Nacional mantinha os presos políticos nos quartéis como reféns. Para preservar suas vi- das, a população decidiu não atacá-los, mas os quartéis foram cercados, não deixan- do os policiais saírem. Assim estavam as ci- dades e Somoza teve de fazer o que nenhum tirano do mundo ousou fazer: destruir as cidades com a Força Aérea. Antes disso, a Frente já deixara as cidades. Quando as ci- dades estavam reduzidas a escombros é que entrou a Guarda Nacional. A partir deste momento, quando se intensificou a matança da população civil, já não havia combates, eram estrangeiros que davam ordens em in- glês, matando principalmente jovens, qual- quer maior de 12 anos era suspeito, isso fez com que a população se revoltasse. Os que não queriam combater, agora estão dispostos à luta e são quantidades enormes de jovens que pedem o ingresso na Frente.

Queria reforçar as palavras do companhei- ro Cardenal e explicar mais concretamente o que é Somoza e o somozismo. Somoza é uma instituição de 1 bilhão de dólares. Em 1974, depois do terremoto, Nicarágua conseguiu

empréstimos de um bilhão de dólares, dos quais o somozismo, seus generais, seus principais assessores, levaram mais de 500 mi- lhões para os seus negócios particulares. A burguesia militar, junto com Somoza é mais forte que toda a burguesia tradicional, por isso é que a greve geral não conseguiu derru- bar Somoza. Somoza tem um embaixador em Washington há 35 anos (um bolsista no servi- ço diplomático) e é um homem que gasta mais de 1,5 milhão de dólares por ano em festas. É amigo pessoal de David Rockefeller, é dono das ferrovias da Guatemala, das companhias hoteleiras mais fortes da América Central. Foi o homem mimado do Pentágono até 64. De- terminava os presidentes do resto da América Central. De 100 deputados, ele dá à bur- guesia 40 para aparentar sempre eleições lim- pas.

Luta comum

Nós temos visto que toda as pavas da América são sandinistas e por isso estamos aqui para dizer que a luta contra Somoza não pode ser feita só pela Frente Sandinista, mas pela conjunta de todos nós e que tem que haver uma solidariedade moral. Hoje estamos pedindo também ajuda material. Isso, por causa da força de Somoza e da ajuda que lhe dá o imperialismo para que ele possa comprar 5.000 rifles M-16, 2.000 metralhadoras israelitas, 20 helicópteros. As vezes o mundo pergunta como é possível que Somoza não tenha caído ainda. Mas nós perguntamos como é possível que um tipo tão criminoso, que bombardeou 4 cidades até com napalm, com fósforo branco, não tenha sido pressionado de fato pela política de direitos humanos de Carter. Como é possível que Somoza tenha dito a Carter - "Se quiser me tirar, venha me tirar", e ainda esteja lá. A Frente está se preparando para ofensiva muito maior. Até com aviões, se for possível, para derrubar a ditadura de So- moza.

Comitês de solidariedade



C.R. Maurício e Manrique, nosso correspondente, em Lima.

Mensagem da Frente Sandinista de Libertação Nacional

Consideramos que diante do repúdio mundial à ditadura de Anastásio Somoza, o povo do Brasil saberá expressar também sua solidariedade ao povo da Nicarágua e a sua vanguarda, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Hoje em dia existem mais de 45 Comitês de Solidariedade na Europa, América Latina e Canadá. Todos contribuem com a nossa tarefa histórica. Seria alta- mente positivo, e o desejamos de mane- ira particular, que os brasileiros possam formar Comitês de Solidariedade ao povo que luta por uma libertação, ten- do à frente os ideais do General Sandi- no.

Reconhecemos que é em parte res- ponsabilidade nossa que não tenha sur- gido ainda um comitê no Brasil, mas te- mos vontade de fazer tudo que esteja dentro do nosso alcance para que esta intenção se faça realidade.

Nossa luta é permanentemente dis- torcida pelos meios de comunicações que estão em mãos das agências inter- nacionais; mas apreciamos de maneira muito especial os meios de comunica- ções que dão conta dos fatos tais quais eles são e nos dão seu apoio. Sabemos que EM TEMPO está nesta linha, junta- mente com outros órgãos de imprensa, e por isso valorizamos sua solidarieda- de e apoio.

(Mensagem recebida por Manoel- Manrique Castro, em Lima, Peru, no dia 29 de outubro de 1978, quando da visita organizada pelo Comitê de Soli- dardiedade ao Povo da Nicarágua. Na delegação Sandinista estava o poeta Ernesto Cardenal e C.R. Maurício, Maurício, quem envia a mensagem, é membro da Comissão Política do Exte- rior da FSLN e responsável pela orga- nização dos Comitês de Apoio a nível mundial).

Há um novo prazo fatal para Somoza, dia 22 de novembro, dado pela Frente Ampla de Oposição (FAO). Nes- se dia, o ditador já deve ter renunciado e deixado a Nicarágua, segundo prevê Rafael Cordova Rivas, um dos três mais importantes dirigentes da frente oposi- cionista.

Não é, porém, o que denunciou na última terça-feira a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), por meio de um comunicado divulgada em Manágua. Para os porta-vozes dos san- dinistas, há um golpe de Estado em marcha, planejado justamente para q noite de 21 para 22 deste mês, coinci- dindo com o prazo final dado pela FAO para a renúncia de Somoza. Esse golpe contaria com o apoio de setores bur- gueses desesperados com a situação caótica do país e descrentes das possibili- dades de manterem sua dominação após a derrubada da ditadura. Os chamados setores mais duros da Guarda Nacional assumiram de frente a condução do go- verno. Os dirigentes sandinistas, contu- do, deixaram claro, mais uma vez, que uma nova ofensiva militar contra a dita- dora está sendo preparada, contando dessa vez com recursos superiores ao da anterior, inclusive com novo exército re- gular da FSLN, cuja direção foi entre- gue ao comandante "Zero". (ver maté- ria nesta página).

Plebiscito?

Os rumores sobre a iminente queda de Somoza, bem como sobre a perpe- tuação militar do somozismo via golpe

de Estado, começaram a se intensificar quando o ditador, na semana passada, lançou uma jogada de desespero para a comissão de mediadores, formada por representantes dos Estados Unidos, Guatemala e República Dominicana: um plebiscito nacional - honesto, é cla- ro - em que cada organização teria que re- correr isoladamente (e não em frente com outras; mesmo a FAO teria que se decompor em suas 16 integrantes) e as mais votadas poderiam, então, passar a dividir com o ditador o poder até o final do seu mandato, em 1981.

Quando fez a proposta, em nome do Partido Liberal (do governo), Somoza aproveitou para denunciar que os Esta- dos Unidos estavam querendo derrubá- lo, na medida em que estavam dando força às exigências da FAO, sendo que a principal delas é a de que renuncie imediatamente. O próprio Carter che- gou a dizer que "os Estados Unidos pro- curam uma solução que permita resolver a crise e criar um governo que conte com o apoio de todos os nicaraguen- ses". Qualquer criança entende que um governo com essa característica pode não ser bom, mas, sem dúvida, é um go- verno sem Somoza.

A oposição, que já vinha sofrendo defecções nas negociações não só da parte do Grupo dos 12, mas também de duas centrais sindicais, recusou como "absurdas" as propostas de Somoza e deu o ultimato.

Após a insurreição de setembro e às vésperas de nova ofensiva militar, aberta-se o cerco à ditadura, aparente- mente de modo definitivo. (C.T.)

Cardenal, padre, poeta e sandinista.



Cardenal sendo ouvido por Manrique, em Lima

Ernesto Cardenal, em Lima:

A Comissão negociadora está tentando que a oposição negocie com o somozismo na base da saída real ou aparente de Somoza, mas para manter o somozismo, um somozis- mo sem Somoza. O grupo dos 12 tem recha- çado esta manobra do imperialismo como uma traição ao povo, porque a luta é contra todo o somozismo.

Os representantes do grupo dos 12 asilaram-se na embaixada do México e a Frente Sandinista de Libertação Nacional respalda essa atitude. E considera alta trai- ção a posição de todo aquele que queira ape- nas a renúncia de Somoza na base de man- ter o somozismo, a posição de todo aquele que queira entrar no plano do imperialismo americano. Também quero informar-lhes que o coronel Gonzalo Evertz, que é o coman- dante da cidade de Rivas, perto da Costa Ri- ca, encomendou 40 lenços vermelhos e pre- tos, que são as cores da FSLN, a que signifi- ca que ele está planejando alguma ação macabra contra a população nicaraguense, ou contra a vizinha população da Costa Ri- ca, para fazer acreditar que foi uma ação dos sandinistas. Quero aproveitar a reu- nião de vocês para informar isto, para que se saiba desde já que qualquer ação atroz que aconteça lá deve-se a este Gonzalo Evertz, que é um dos militares mais crimino- sos e repressivos de Somoza. Também quero denunciar o que está acontecendo em Hon- duras, lá tem mais refugiados, gente que chegou a se refugiar por causa das lutas de setembro e estão sendo mantidos em con- dições sub-humanas, morrendo de fome, padecendo de todo tipo de doenças, ainda que endêmicas, sem ter serviço de atendimento médico, apesar de o presidente da Cruz Ver- melha de Honduras confessar ter recebido 70 mil dólares da Cruz Vermelha Internaci- onal para atendê-los e apesar de os organis- mos internacionais terem oferecido ajuda. Eles não a receberam para que não voltem à Nicarágua, para que tenham só duas alter- nativas: morrer em Honduras ou voltar para cair nas mãos de Somoza e sua vingança".

No caso de fracassarem as negociações poderia isso significar uma demonstra- ção de forças por parte do regime de So- moza? Quais as possibilidades reais de que o regime de Somoza se mantenha muito tempo? Qual o grau de apoio po- pular que tem atingido a Frente Sandi- nista e quais as perspectivas?

Somoza é louco

"Acho que não seria nenhuma demonstra- ção de força da parte de Somoza caso fra- cçassem as negociações, simplesmente é a demonstração daquilo que todos sabemos na Nicarágua, que Somoza é um louco, um doente mental e ave mesmo os Estados Uni-

dos não podem controlá-lo e se querem sair dessa, talvez tenham de assassiná-lo como aconteceu com Trujillo. Somoza não deixou ainda o poder simplesmente porque é um louco. Ele não tem nenhuma base popular no País. Sua única força são as armas, a re- pressão e o terror. A força popular está com a Frente Sandinista, atualmente pode-se di- zer que toda a Nicarágua é sandinista. Acontece que as armas de Somoza são supe- riores às da Frente e às do povo que está lu- tando com rifles 22, com espingardas, etc. Na cidade de Matagalpa apareceu um ga- rato na TV atacando um guarda com um taco de baseball e uma senhora de 40 anos disparando um rifle e se protegendo detrás de um armário. Nós não temos nem aviões, nem helicópteros, nem tanques, a luta em questão de armas é muito desigual, mas nós sabemos que o povo tem esse espírito de luta que é capaz de derrotar qualquer exército e acreditamos que a derrubada da ditadura será a curto prazo. Também estamos lutan- do contra mercenários norte-americanos e sul-vietnamitas que combatem drogados, por onde passam vão deixando seringas descartáveis e drogados metralham indiscri- minadamente a população, também tem soldados dos exércitos de El Salvador e Guate- mala e armas sofisticadas que Israel está dando a Somoza.

E a igreja?

Conhecemos e admiramos a sua poesia e sabemos que você também é sacerdote. Que atitudes concretas teve o setor ecle- siástico nicaraguense no que diz respeito à luta popular?

Os bispos da Nicarágua estão em oposi- ção a Somoza e alguns deles, segundo mi- nha impressão, simpatizam com a Frente. Segundo declarações deles a única via possí- vel agora na Nicarágua é o caminho arma- do, é absolutamente legítimo que o povo es- teja combatendo como está fazendo com ar- mas na mão. O arcebispo de Manágua acaba de escrever uma carta muito forte ao pre- sidente Carter dizendo que a nossa maior preocupação é que Somoza continue no po- der. Ele diz: Exigimos que esse governo cesse o mais rápida possível toda a ajuda ao go- verno de Somoza, inclusive aquela que apa- rece como ajuda para o desenvolvimento da educação e agricultura, porque todas as verbas estão sendo canalizadas para a re- pressão.

Que lealdade tem a Guarda Nacional para com Somoza?

Eles tiveram muitas baixas e isso tem desmo- talizado muito, tiveram também muitas de- serções e alguns passaram para a Frente, não massivamente, mgs têm passado. Não sabemos até quando vai durar a fidelidade monolítica da Guarda Nacional a Somoza. Em setembro parece que foram 700 as deser- ções.



Pastora comandante da Exército Sandinista, ensina a uso da bazuka.

Exclusivamente para a revista ALTERNATIVA, da Colômbia, editada por Gabriel Garcia Marquez, foi revelada a criação do Exército Sandinista, com uma estrutura totalmente militar e sob a chefia de Eden Pastora, o comandante "Zero". Juntamente com a infor- mação, o dirigente político da Frente Sandinista pas- sou à revista colombiana as fotos que se seguem, tira- das em algum lugar da Nicarágua."

A decisão de criar o Exército Sandi- nista foi tomada pela direção nacional da Frente, integrada por Víctor Tirado e Daniel e Humberto Ortega, juntamente com as frentes Norte, Central, Sul e Su- deste do movimento sandinista. O Exér- cito Sandinista, além da estrutura mili- tar, estará sob o comando político da FSLN. Sua criação se deveu, de um la- do, ao grande aumento dos contingen-

tes, devido à ofensiva de setembro, e, de outro, aos níveis e necessidades atuais da luta contra a tirania de Somoza.

O representante da Frente Sandinista confirmou que uma nova ofensiva está para ser desencadeada, inclusive devi- do ao fracasso da mediação internaci- onal - composta por diplomatas dos Esta- dos Unidos, República Dominicana e



Preparando a nova ofensiva.

Guatemala -, que vem provar, mais uma vez, que o ditador so será afasta- do do poder à força.

O membro da Comissão de Política Exterior dos sandinistas deixou claro que a FSLN fez o possível para evitar o banho de sangue, realizado em cima da população inocente, perpetrado pela Guarda Nacional do ditador, por mer- cenários e por tropas do CONDECA - Conselho de Defesa Centro-Americano.

Inclusive durante as negociações enca- minhadas com a FAO e o regime, via comissão mediadora, a FSLN absteve-se de realizar novos ataques contra a dita- dora. Tudo isso, contudo, não impediu nem diminuiu o ímpeto genocida de So- moza. Criticou também a passividade da OEA durante o massacre de civis e a destruição das cidades, deixando claro que a maior responsabilidade cabe aos Estados Unidos, que estavam interessa- dos na destruição de qualquer modo, dos sandinistas, a fim de tentar uma so- lução negociada com o regime.

Por fim, o membro da direção para o exterior dos sandinistas manifestou sua condenação enfática a qualquer inte- grante da oposição que ainda preten- da negociar com o regime, afirmando estar convicto de que, durante a próxima ofensiva, amplos setores da Guarda Nacional se unirão à luta antisomozista.



Coluna com luzes antitanques.



O padre e sandinista Gaspar Garcia (à esquerda).

Propostas da Tendência Proletária

Esta entrevista foi feita durante uma greve de fome, em Duesseldorf, na Alemanha Ocidental, por um brasileiro que também estava participando da ação de solidariedade ao povo nicaraguense. O entrevistado, Enrique Schmidt, é o representante, na Alemanha, da Frente Sandinista de Libertação Nacional. A greve durou cinco dias, após o que os manifestantes resolveram partir para outras formas de luta, passando a preparar um ato público em Bonn, sede do governo alemão. A greve de fome objetiva solicitar ao governo de Bonn o rompimento de relações diplomáticas com o governo ditatorial de Somoza e chamar a atenção para a possibilidade de uma invasão da Nicarágua por tropas do imperialismo norte-americano ou de países da América Central (possibilidade que acabou se concretizando por meio do Conselho de Defesa Centro-Americano — CONDECA — e de mercenários norte-americanos, que ajudaram a Guarda Nacional de Somoza a dar um bando de sangue ao povo nicaraguense). Tomaram parte na greve de fome alemães, nicaraguenses, chilenos, espanhóis e brasileiros. O Grupo Brasil, formado pelo Grupo Feminino e outros, enviou uma companhia e dois companheiros brasileiros para participarem do movimento de forma ilimitada. Vivendo o drama que toda greve de fome provoca, um dos companheiros entrevistou Schmidt.

Poderíamos conversar sobre o Frente Sandinista. Seria importante se você fizesse um breve histórico, e fosse apresentado as distintas tendências dentro do movimento, quando surgiram, e o projeto político que têm.

A FSLN surgiu em 1962, como a síntese das experiências vividas na Nicarágua, entre 58 a 62. Esse movimento é influenciado enormemente pela concepção político-estratégica chamada faguista, na qual geralmente se acreditava que o mero fato, de se iniciar um foco guerrilheiro encontraria, digamos, as condições subjetivas lícitas no país, para uma insurreição geral e uma tomada do poder.

A nível de direção a FSLN estava composta por estudante, em sua grande maioria, ou profissionais, sobretudo setores da pequena burguesia. O apoio maior que teve a FSLN nessa época foi da parte de camponeses, no setor norte do país, o que obedecia também, inicialmente, à estratégia da FSLN, de buscar o apoio em primeiro lugar do campesinato, sobretudo na zona norte onde o General Cesar Augusto Sandino havia tido sua base tradicional de apoio. Posteriormente a Frente sofre muitos revezes, é golpeada duramente e chegou um momento em que se teme francamente a sua desaparecimento, principalmente em 70-71, quando se dá toda uma série de detenções e onde é preso, com exceções de dois companheiros, toda a direção nacional da Frente Sandinista. No entanto, o trabalho segue, a FSLN entra em uma fase que nós chamamos fase de acumulação de forças, ou seja, entre os anos de 71 e 74 não se dá nenhuma atividade militar, mas sim, se trata, digamos, de semear um pouco a infraestrutura nas cidades, em especial apoio logístico, conseguir simpatias, dinheiro, autos, armas, e toda uma série de coisas, com a finalidade então de preparar o movimento para um enfrentamento final com a ditadura.

Pela época de 1970-71, teoricamente, se supera o foquismo e se estabelece uma nova estratégia chamada de guerra popular prolongada, mais ou menos produto, digamos, da influência da revolução vietnamita e da revolução na China, na qual se acreditava que a guerra já não era a curto mas sim a longo prazo, e na qual se acreditava também que o importante era a criação e a consolidação de um exército do povo, que tivesse capacidade, em uma época não muito distante, de enfrentar diretamente a ditadura somozista. E o que se fazia nessa época era uma espécie de tática insurrecional, se fazia certos encontros armados, mas não era, digamos, nenhuma ofensiva, mas sim a partir de uma posição defensiva.

Mudança de rótulo
— Sim, mas mesmo com uma concepção ou teoria de guerra popular prolongada, se pode ter uma prática faguista, não é mesmo? Ou seja, uma prática isolada das massas, com ações de pequenos grupos, isso se passou também nessa época?

— Exatamente. Quer dizer, a mudança de estratégia foi unicamente de nome. Ou seja, se concebeu uma estratégia chamada de guerra popular prolongada, mas de fato o que seguia persistindo na FSLN era uma teoria faguista. Isto é, um isolamento total



Um exemplo, apenas um, das vítimas da ditadura.

das massas no sentido organizativo, não na simpatia do povo, o povo sempre via a FSLN como uma organização heróica, de "muchachos" valentes, que lutavam contra o sistema, havia uma simpatia geral por parte da população, mas até aí somente... Ou seja, não havia nenhuma ligação orgânica, não havia nenhuma predisposição de passar mais além de uma simpatia passiva frente ao movimento.

Então, entre os anos 70 e 74, há certos setores da Frente que começam a refletir sobre essa estratégia de guerra popular prolongada, sobre o foquismo, e começam a dar-se conta de que era necessária a transformação ou a mudança para uma estratégia que permitisse fundamentalmente ligar-se às massas, que permitisse o trabalho político dentro dos setores operários, dos sindicatos do proletariado agrícola, que permitisse a fundação de organizações de massas, e sobretudo, que levasse à criação de um verdadeiro partido revolucionário, que tivesse capacidade de tomar o poder. Essas colocações, que foram feitas no seio da FSLN, não foram aceitas em sua maioria pelos membros da direção nacional. É preciso acrescentar que durante toda essa época o setorismo era um fenômeno bastante notório dentro da FSLN, fundamentalmente, digamos, pelo papel do militarismo dentro da Frente, ou seja, a hierarquia que existia entre os diferentes quadros, entre os diferentes mandos, que não permitia uma discussão sem um diálogo aberto, inclusive entre os próprios companheiros de base. Então isso conduz, em 75, à expulsão de todos aqueles companheiros da Frente que não compartilhavam da estratégia tradicional da Frente.

— Um momento. Como era a organização interna da Frente? Eram grupos que atuavam de forma autônoma e tinham uma coordenação nacional, ou era uma organização rigidamente militarizada?

Era uma organização militarizada, havia uma direção nacional composta por alguns companheiros — esses foram sempre diferentes, nos diferentes anos que se passaram (por aquela época estava composta por 6 ou 7 companheiros). Depois existia uma divisão em regionais, existiam nas diferentes províncias regionais do país...

— E havia documentos ou jornais internos, que circulavam entre os militantes?

— Por essa época não havia mais que os documentos oficiais, os aceitos pela direção nacional, e isso até os anos 74-75, em que começou a surgir então toda uma série de documentos, e se começou a distribuir entre as bases, documentos elaborados por certos setores intermediários dentro da Frente, que não estavam de acordo com a linha geral. Precisamente isso, a difusão desses documentos, que não tinham outra intenção que iniciar uma discussão sobre esses problemas, foi o que determinou a expulsão de todos esses companheiros.

Tendência Proletária
— Essa foi a tendência expulsa em 75?

— Exato. Que foi expulsa, e que tinha um apoio fundamentalmente grande entre os setores intelectuais da FSLN, ou seja, os setores politicamente mais preparados, e dentro dos setores das universidades. Esse foi o início da Tendência Proletária.

No entanto, a Tendência Proletária ini-

ciou rapidamente o contato com os setores operários, contatos com o setor do proletariado agrícola, podendo dizer-se agora que das 3 tendências — a terceira nos vamos defini-la depois — é a Tendência Proletária a que mais ligação orgânica tem com a massa do povo nicaraguense. Não é a tendência majoritária — depois vamos falar dos companheiros "Terceiristas" — mas é a que mais conseguiu organizar toda uma série de sindicatos, fomentar organizações de massas, mobilizar o proletariado agrícola, não tendo em vista somente, digamos, reivindicações de tipo geral, mas reivindicações de tipo econômico, que tendem já a dar a essas lutas um caráter de luta de classe. Ou seja, uma consciência de classe, tendente inclusive a enfrentar, diretamente, dentro das áreas de trabalho, a classe empresarial.

— Quais foram os pontos levantados pela Tendência Proletária, entre 70 e 74, que a levaram à expulsão?

— O que ela colocava, era: definição do caráter da Frente, como organização política, se era uma frente de massa ou se era uma frente de classes; se era um partido revolucionário, ou se era uma frente no sentido comumente conhecido, de agrupações de vários partidos políticos. Também, outro dos pontos que apresentava era dar maior importância ao trabalho político e menos importância ao trabalho militar; e o último ponto importante era o aspecto que se referia à democratização interna da Frente, ou seja, permitir as discussões livres, as novas colocações que estavam se dando, fazer uma eleição dos membros da direção baseada precisamente na eleição democrática de seus membros, e não meramente, digamos, na capacidade militar do companheiro, mas inclusive na sua preparação política. Esses 3 pontos foram os mais importantes que a Tendência Proletária colocou em seus inícios, e que tentou, por sua parte, depois da expulsão, desenvolver no País. Isso foi em 1975.

Terceiristas

No ano de 76, inclusive no final de 75, alguns companheiros que vinham de Cuba chegavam expondo uma nova situação no País, dizendo que a situação política e econômica, a crise na qual se encontrava o regime, ia conduzindo a um rechaço geral por parte de todas as classes existentes no País, e que se fazia necessária a elaboração de uma estratégia que permitisse a inclusão, na Frente Sandinista, de uma série de outros setores não necessariamente populares, como poderiam ser os setores da burguesia. Esses companheiros apresentavam inclusive a teoria de que se devia iniciar uma ofensiva insurrecional imediata, com ataques a quartéis, ataques a esbirros do regime, ataques a concentrações militares. Esses companheiros são conhecidos dentro da FSLN como a Tendência Terceirista, pela razão de que eles foram os terceiros a separar-se, foram a terceira fração que se separou.

Então a posição que os companheiros traziam era a de que — e nesse sentido tinham efetivamente muita razão — o movimento de massas na Nicarágua nessa época começava a iniciar-se, e que se poderia dizer inclusive que o movimento de massas estava chegando em uma etapa na qual não existia nenhuma direção capaz de dar-lhe uma alternativa política clara, e que inclusive poderia afirmar-se que o movimento de massas estava muito adiante das organizações políticas que existiam. Esses companheiros diziam nessa época que o que havia que ini-

Sandinista numa cidade ocupada:



ciar era uma série de encontros armados, que aprofundasse a crise na qual se encontrava o regime, que o agravasse ainda mais, e ao mesmo tempo diziam que era impossível instaurar na Nicarágua um governo socialista, se não existisse, pelo menos inicialmente, uma aliança com setores da burguesia. Sobre tudo porque ao imperialismo, isto é, aos Estados Unidos, não interessava de nenhum ponto de vista que em nosso país houvesse um governo desse tipo. Então eles iniciaram conversações com certos setores progressistas da burguesia, inclusive com alguns empresários, com algumas pessoas que posteriormente — no momento, digamos, dos ataques em outubro, da Frente Sandinista — lançaram uma declaração pedindo o diálogo com todas as organizações da oposição na Nicarágua, pedindo a demissão de Somoza, e exigindo que a Frente Sandinista como organização fosse considerada na formação de qualquer novo governo no País.

Depois, a FSLN, a Tendência Terceirista, inicia toda uma série de assaltos a quartéis durante o ano de 77, a partir de outubro. Isso se coordena com o comunicado dos "12", que são 12 personalidades da vida pública na Nicarágua, onde há empresários, há sacerdote, e há pessoas que pertenciam por assim dizer ao status quo ou ao establishment no país, e que se identificam não abertamente, mas deixam entrever que sua maior simpatia está com a Frente, quer dizer, com a Tendência Terceirista.

Agora, o grande problema da Tendência Terceirista é que eles iniciam suas operações desde o estrangeiro, sobretudo a partir da Costa Rica, e apesar de que eles conseguiram mobilizar — como se está demonstrando agora, agora mesmo na Nicarágua — grande parte da população não dispõem, no entanto, até o momento, de nenhuma ligação orgânica com as organizações econômicas, com os sindicatos, com as organizações de massa, mas sim que conseguiram, digamos, aproveitar essa conjuntura crítica que existe na Nicarágua, de protesto geral, conseguiram constituir-se no setor militarmente mais forte, sobretudo pelo apoio que recebem inclusive de setores da burguesia no País, e são os que neste momento estão levando a ofensiva e a direção da FSLN, praticamente.

Comando Geral

Pode-se dizer, apesar disso, que entre as 3 tendências da Frente existiram, desde a metade desse ano, junho de 78, conversações que levaram à formação de um Comando Geral, onde estão representadas as 3 tendências, quer dizer, há acordos quanto a algumas coisas que se estão fazendo, há unidade de ação em certas atividades políticas que estão sendo feitas. Ainda que as diferenças estratégicas permaneçam, naturalmente, e as 3 tendências estejam organizadas independentemente uma das outras.

Socialismo?

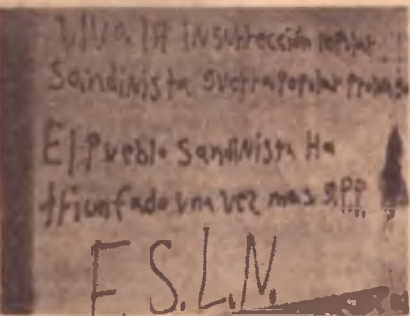
Nós poderíamos ver agora os projetos existentes dentro da Frente Sandinista em relação a um possível governo de transição e mesmo à construção do socialismo na Nicarágua?

O problema hoje não é o da disposição de luta das massas, mas o do seu nível de consciência, nível de consciência de classe que as leve a pensar muito mais além do que seria a simples destruição do regime de Somoza. E aqui é que entra a questão da aliança com a burguesia, desenvolvida pela Tendência Terceirista. Uma derrota militar de Somoza pode, sem dúvida, abrir espaço para que a Frente Sandinista — pois as três tendências estão na luta — avance em direção ao socialismo. Isso não é seguro, mas uma hegemonia dentro do governo provisório, por parte da FSLN certamente ajudaria nesse sentido. Contudo, se a derrota de Somoza vier a ser, digamos, negociada, deixando o ditador uma Guarda Nacional mais ou menos intacta, a aliança com a burguesia poderá levar a que, num momento conveniente, ela dê as costas ao povo e procure fortalecer o sistema capitalista no País, utilizando a Guarda de Somoza contra os revolucionários. Tudo isso ainda é muito complicado, mas acreditamos que as organizações de massa e a organização de um exército que garanta o programa sandinista são indispensáveis para garantir, em quaisquer circunstâncias, o avanço em direção ao socialismo.

Programas de governos FSLN

Plutarco Elías Hernández Sancho, um dos cinco membros da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), divulgou o programa de governo que orientará o futuro "Governo Sandinista Democrático Popular da Nicarágua", a partir do momento da derrubada da ditadura de Anastasio Somoza Debayle.

"Nós temos uma linha programática definida e conhecida pelo povo", disse o comandante Plutarco Hernández, e resumiu, da forma que segue, os pontos básicos do programa.



1. Recuperação de todas as propriedades da família Somoza. Expropriar e recuperar essas riquezas que pertencem aos nicaraguenses.
2. Criação de um novo Exército Patriótico Nacional, que defenda e sirva aos interesses do povo.
3. Realizar uma objetiva Reforma Agrária.
4. Modificar as condições de trabalho no campo de tal forma que os camponeses tenham trabalho durante todo o ano.
5. Modificar as condições de vida nas regiões mineiras.
6. Modificar as condições de trabalho na cidade. Os professores e empregados públicos terão um novo acordo de salários e de condições de trabalho, e sobretudo será abolida o pagamento forçado de 5% de seus salários para a Partida Liberal Somozaista.
7. Liberdade sindical para todos os trabalhadores.
8. Controle da custo de vida.
9. Elevar a eficiência dos serviços de transporte e estendê-los para todos os países.
10. Serviços eficientes de água e de luz para toda o país.
11. Realizar uma campanha de construção de moradias boas e seguras para os trabalhadores. Melhoramento dos bairros populares com a construção de praças, pavimentação, creches e erradicação completa das cordões de miséria.
12. A saúde e a bem-estar são direitos inalienáveis do povo. Haverá uma campanha para acabar com os alagados, as esgotos abertos e outras fontes de contaminação que geram graves males como a tuberculose e a mortalidade infantil causada por disenteria, que são muito frequentes na Nicarágua. Realizaremos a universalização dos serviços médicos.
13. Aplicaremos vastos programas de educação para toda o povo, destinados a erradicar o analfabetismo que assola os nicaraguenses e que alcança 75% da população.

FAO

Durante a greve geral passada, a Frente Ampla de Oposição (FAO), divulgou a sua proposta de um "Programa Imediato do Governo Nacional". A FAO está integrada pelas seguintes organizações:

União Democrática de Libertação (UDELI); Partida Liberal Independente (PLI); Partida Social Cristã (PSC); Partida Conservador (ANC); Partida Socialista Nicaraguense (PSN); Movimento Liberal Constitucionalista (MLC); Confederação Geral do Trabalho (CGT) independente; Central de Trabalhadores da Nicarágua (CTN); Conselho de Unificação Sindical (CUS); Partida Conservador Autêntico (PCA); Partida Conservador da Nicarágua (PCN); Movimento Democrático Nicaraguense (MDN); Movimento das Doze (no qual a Frente Sandinista de Libertação Nacional está representada); Partida Social Cristã Nicaraguense (PSCN).

O programa de 16 pontos da FAO se distingue do Programa de Governo em 4 aspectos fundamentais:

1) Os sandinistas pregam a necessidade da expropriação e recuperação das propriedades da família Somoza; "riquezas que pertencem aos nicaraguenses" (ponto 1 do Programa). A FAO é inteiramente omisso a esse respeito, pois dos setores da burguesia nicaraguense que estão na oposição contra Somoza, agrupados nas partidas Conservadoras e Liberal, rejeitam qualquer medida dessa natureza. Os setores oposicionistas da burguesia nicaraguense rejeitam também a inclusão no programa da FAO de qualquer medida de controle do sistema bancário. Na Nicarágua, cada uma das frações da burguesia possui o seu próprio sistema bancário. A FSLN prega a nacionalização dos bancos.

14. Incorporação à vida econômica social do país, da costa atlântica e da zona sul do rio San Juan. O governo sandinista estenderá os serviços de escola, moradia, saúde, e criará fontes permanentes de trabalho nestas regiões, em função de seus recursos naturais tais como a pesca, madeiras, minas e agricultura.

15. Defesa dos recursos naturais. Nacionalização das minas e da indústria da madeira. Desenvolvimento de um programa de reflorestamento intensivo. A pesca comercial nos mares será proibida às companhias e estrangeiras e esse direito será exclusivo para os nicaraguenses.

16. Nacionalização dos bancos.

17. Eliminação do crime organizado e da corrupção entre os quais se inclui o comércio de mulheres brancas, os prostíbulos, as crias de jogos, a suja negociação dos militares somocistas que vivem do chantagem e da perseguição. Combataremos os tráficos de drogas, os contrabandos e toda negociação ilícita que atualmente se realiza ao amparo da ditadura. Essas medidas serão alcançadas através da educação e da melhoria do nível de vida.

18. O novo governo sandinista será guardião das liberdades democráticas. Toda cidadão nicaraguense poderá expressar suas opiniões e ninguém será perseguido por suas ideias. Toda nicaraguense poderá pertencer livremente a sindicatos, cooperativas, e ninguém será perseguido por razão de credo religioso. A FSLN clamará todas essas grupos a colaborar nas tarefas de transformação do país. Também chamará as exiladas políticas e aqueles que emigraram em busca de melhores condições de vida, para que regressem e se integrem aos setores transformadores.

19. Acabar com a discriminação da mulher, que ocupará o mesmo plano que o homem na processo revolucionário.

20. Teremos relações livres e de interesse mútuo com todos os povos do mundo acabaremos com qualquer ingerência estrangeira nos assuntos políticos internos.

21. O governo Sandinista descançará todos os convênios assinados pela ditadura de Somoza, e mesmo os anteriores, que atentem contra a independência, a soberania e a dignidade nicaraguense.

22. O governo Sandinista destacará os heróis e martires que lutaram pela libertação da Nicarágua. De acordo com seus ensinamentos se educará o povo e as gerações vindouras, para que a memória deles seja perene. Tudo que o novo governo contrair levará seus nomes, e os filhos das mártires usufruirão da educação e moradia.

2) A FSLN propõe a "defesa dos recursos naturais", a se elevar através da "nacionalização das minas e da indústria da madeira" (ponto 15 do Programa). A FAO é inteiramente omisso também a esse respeito.

3) A FSLN propõe o fim de qualquer "ingerência estrangeira nos assuntos políticos internos" e "desconhecerá todos os convênios assinados pela ditadura de Somoza, e mesmo os anteriores, que atentem contra a independência, a soberania e a dignidade nicaraguense" (ponto 20 e 21 do Programa). Sobre isto o programa da FAO é inteiramente omisso.

4) A FAO se apresenta como alternativa imediata de poder a ditadura de Somoza e sugere de imediato "a instauração de uma nova ordem política que garanta um processo eleitoral verdadeiramente livre" (ponto 16 do Programa da FAO). A FSLN, por seu turno, apresenta um programa de Governo Sandinista e colabora com a FAO.

O "Programa Imediato do Governo Nacional" proposto pela Frente Ampla de Oposição contém 16 pontos que em linhas gerais propõem o seguinte:

Organização do exército nacional como uma entidade ao serviço da liberdade e dos interesses do povo. Criação de corpos de polícia separados do exército (ponto 1). Erradicação da corrupção (ponto 2). Abolição das leis de reparação política (ponto 3). Liberdade para os presos políticos (ponto 4). Liberdade de expressão, organização e manifestação (ponto 5 e 6). Reforma Agrária (ponto 7). Saúde e bem-estar, reforma urbana, transporte controle de preços, reforma fiscal (pontos 8 a 13). Reestruturação do Poder Judiciário, autonomia municipal e instauração de uma nova ordem política que garanta um processo eleitoral livre (pontos 14 a 16).

Quem são as classes dominantes?

A Nicarágua foi ocupada pelo imperialismo norte-americano de 1911 até 1932. A ocupação foi militar. Os "marines" invadiram o país e organizaram o Estado. Contra o imperialismo, lutava o exército camponês e popular liderado pelo general Augusto Cesar Sandino, "o general de homens livres". A favor do imperialismo estavam as oligarquias latifundiárias.

Os Estados Unidos, então, organizaram a Guarda Nacional e entregaram o comando dessa força repressiva para uma das oligarquias, sob a direção de Anastasio Somoza, o velho. A ditadura de Somoza é, portanto, a herdeira direta da intervenção norte-americana.

Desde que Somoza deu um golpe de Estado em 1937, através do qual alijou de qualquer participação política no Estado a oligarquia latifundiária ligada ao Partido Conservador, a ditadura tornou-se uma espécie de "empresa privada" da família Somoza.

Nicaragua é formalmente uma república, mas o poder é hereditário. A base do poder é a família Somoza, o latifúndio, a Guarda Nacional, a corrupção, o crime organizado e a repressão permanente. Os funcionários do Estado são, na realidade, favoritos do ditador e como tais recebem mordomias gordas, quase sempre controladas pelos generais e coronéis da Guarda Nacional. Os setores burgueses na oposição combatem Somoza porque a família do ditador controla quase toda a indústria, comércio, serviços, sistema financeiro e a Guarda Nacional.

Pode-se dizer que as classes dominantes na Nicarágua estão divididas entre conservadores, liberais e a ditadura? Essa diferenciação entre liberais e conservadores tem fundo ideológico?

— A luta política na Nicarágua era uma luta entre oligarquias regionais muito atrasadas. Lutas entre liberais e conservadores, que marcam toda a história da Nicarágua. Não correspondem a um conflito burguês desenvolvido. Eram lutas entre latifundiários. Nicarágua, afinal, é um país agrário que se incorpora ao comércio mundial tardiamente. A estrutura de classes correspondendo a de um país agrário atrasado. Latifúndio,

pecuária extensiva, um pouco de café e, mais recentemente, o algodão. Existe uma massa de população rural, de peões e de camponeses com pouca terra, e uma classe média concentrada em duas ou três cidades mais importantes do país.

Depois de 45, a Nicarágua se converte no primeiro produtor de algodão da América Central. O algodão moderniza um setor da agricultura e permite o desenvolvimento de uma burguesia agrária pequena e fortemente concentrada, monopolista.

Creio que numa caracterização da Nicarágua tem que refletir um elemento que talvez seja o mais importante: a família Somoza, a ditadura. Somoza pai era um proprietário de terras, um açambardador tradicional de terras. Grileiro. Mas os filhos são verdadeiros empresários. Na Nicarágua existem três grupos econômicos perfeitamente caracterizados: o grupo liberal, dono de 40% das indústrias, dono de uma parte da produção de algodão e de gado. Tem seu próprio banco e controla a cidade de León. O grupo conservador também tem seu próprio banco, é dono de outra parte importante da produção industrial e agrícola e dominam a cidade de Granada. O terceiro grupo é o da família Somoza, sem dúvida, o mais forte.

A questão é muito curiosa porque a luta entre liberais e conservadores foi sempre uma luta entre León e Granada. O grupo de Somoza, o mais poderoso, não tem banco privada porque o Estado é usado como empresa privada pelo grupo.

Isto explica porque na Nicarágua foi possível formar uma frente burguesa anti-somozista muito ampla. A cabeça Somoza é a cabeça visível de um grupo empresarial que controla parte da produção de algodão, a maior parte da produção têxtil, a importação de automóveis, linha aérea, uma empresa de navegação, umas 15 indústrias, restaurantes, hotéis, prostíbulos, etc. É um grupo econômico importante.

Os interesses econômicos, políticos e militares formam três esferas no centro das quais está a família Somoza. A ditadura funciona como uma espécie de "sultanato" no qual os que exercem o poder não têm

funcionários e sim favoritos que recebem mordomias.

Por exemplo: o diretor geral de trânsito na Nicarágua muda todo ano porque a metade dos impostos ou taxas que cobra o trânsito pertencem por lei ao diretor. Na Nicarágua há dois parâmetros na vida política: a corrupção e a repressão. O resultado é que do ponto de vista das relações entre os grupos burgueses, parte do capital de toda a burguesia vai parar nas mãos de Somoza. Há uma extrema competição entre o grupo de Somoza e o restante da burguesia industrial, comercial e agrária. Os setores mais milionários do país, que são muito reacionários e muito pró-americanos, são anti-somozistas.

Trata-se de uma república dinástica e hereditária, porque na Nicarágua o poder é herdado. Anastasio Somoza III, o neto do velho Somoza, foi treinado para assumir o poder, fez curso em West Point e agora tem o grau de coronel da Guarda Nacional. Aos onze anos já era capitão.

Na Nicarágua existe uma oposição burguesa organizada contra a ditadura de Somoza. A ditadura de Somoza é uma ditadura contra quem e a favor de quem? Por que existe essa oposição burguesa?

A história recente da Nicarágua começa com a luta de Sandino contra a intervenção norte-americana no país. Nicarágua permaneceu invadida pelos "marines" norte-americanos desde 1911, com algumas pequenas interrupções, até 1932. A presença dos norte-americanos na Nicarágua, tal como aconteceu em São Domingos ou Haiti, resultava na exclusão de alguns setores da oligarquia do poder político.

A intervenção estrangeira alterou o ciclo de conflitos, o jogo político interno na medida em que o exército interventor se constituiu no mais importante fator de poder dentro do país. Os "marines" reduziram as classes dominantes oligárquicas e latifundiárias a um papel político sem importância.

As lutas pela reconstituição da nação nicaraguense tiveram seu melhor representante no general Augusto César Sandino, no exército camponês de Sandino, que não foi

derrotado nunca e que encerrou sua luta quando o exército norte-americano se retirou da Nicarágua em 1932.

Ao se retirarem, os norte-americanos deixaram organizado a Guarda Nacional. Ela foi organizada do mesmo jeito que os americanos já tinham feito nas Filipinas e na República Dominicana.

Gostaria que você relatasse como se deu a deflagração da Guerra Civil. O "Lock-out" patronal foi uma iniciativa política da burguesia anti-somozista no sentido de assumir a direção política no interior da oposição. Mas isso fracassou, logo em seguida, aparece a FSLN organizando e dirigindo em todo o país a luta armada contra Somoza. Como é que em pouco tempo a FSLN cresceu 100 vezes?

Há uma crise política, social e econômica muito aguda. Da morte de Pedro Joaquín Chamorro (diretor da La Prensa e fundador da União Democrática de Libertação-UDEL) até hoje a crise tem se radicalizado incessantemente. Houve 4 tentativas de greve geral. A universidade e os estudantes secundaristas têm organizado greves. O movimento de mulheres tem se organizado em todo o país. A repressão no campo é violenta. A sociedade civil se movimenta de maneira diferenciada, aprofundando a crise. Agora, o que desatou o processo da guerra civil foi a ação sandinista de ocupação e tomada do Palácio Nacional de Managua. Foi um golpe na ditadura que teve efeitos internos muito importantes. Em primeiro lugar, mostrou à população que a ditadura não é toda poderosa. Ao tomar o Palácio se demonstrou que a ditadura era débil. Mas internamente decomps parte do esquema de sustentação de Somoza porque um setor da GN era partidário do bombardeio do Palácio, de não negociar com os guerrilheiros. Um general somozista declarou que "nós estamos lutando com uma mão amarrada. Não estamos autorizados a lutar com as duas mãos. Porque se lutamos com as duas mãos, eles não resistem 24 horas".

E a partir daí, o setor mais duro da GN tomou efetivamente o poder. A FSLN tomou a iniciativa de ocupar várias cidades, em setembro, para criar bases, de resistência e

examinar o grau de apoio popular que poderia obter. Verificaram que o apoio da população era total. Então, Somoza entregou o poder ao grupo mais duro da GN. No ini-



Um apelo de Torres Rivas.



Edelberto Torres Rivas é sociólogo. Nasceu na Guatemala, ele trabalha atualmente na área de Sociologia Rural na Universidade de Costa Rica. Foi professor na Universidade de Chile e na Universidade Autónoma do México. Trabalhou também em várias universidades e institutos no Brasil. Tem publicados numerosos estudos, um dos mais recentes é sobre *A crise da dominação burguesa em América Latina*. Em português se conhece seu ensaio "Sobre a Formação do Estado na América Central" (em

cio da luta eram apenas 1500 sandinistas armados. No final nas lutas de Masaya, León e Chinandega, havia muito mais de 5 mil pessoas lutando.

O Estado na América Latina, edec, nº 2) e seus comentários sobre a *trabalho de Touraine publicado em As Classes Sociais na América Latina* (Paz e Terra, 1977).

Torres Rivas esteve recentemente em Belo Horizonte para participar da Semana de Estudos Latino-Americanos promovida pelo Programa de Estudos Comparativos Latino-Americanos (PECLA) da UFMG. Mas que um acadêmico o *Semana de Estudos Latino-Americanos* pretendia ser uma ação modesta de solidariedade com os movimentos de libertação que se dão em todos os países da região, procurando sensibilizar nossa consciência para a tradição de luta de nossos povos", conforme esclareceu um dos organizadores do encontro.

Nesse sentido, ao conceder essa entrevista exclusiva para o EM TEMPO Torres Rivas falou sobre a importância do povo brasileiro expressar a sua solidariedade ativa ao povo da Nicarágua. No Brasil, conforme se sabe, existe uma tradição de luta contra o imperialismo. Em 1967, os estudantes brasileiros, sob a direção da UNE, promoveram a *Semana de Solidariedade ao Povo da Vietnã*. Sugestão de Torres Rivas: fazer a *Semana de Solidariedade ao Povo da Nicarágua*.

A partir de agora, Torres Rivas passa a colaborar com o jornal EM TEMPO na seção internacional.

Um jornal popular que deu certo

Domingo sim, domingo não, religiosamente há mais de dois anos, cerca de dez mil famílias de trabalhadores da região industrial de Belo Horizonte, Contagem, Betim e Ibirité lêem o Jornal dos Bairros, um periódico de formato tablóide e doze páginas. “Pode-se dizer que tudo o que aconteceu na Cidade Industrial nestes últimos dois anos, de algum modo relacionou-se a ele ou vice-versa”, garantem seus editores, que apresentaram recentemente a experiência no Congresso de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, que acaba de se realizar em São Paulo.

O jornal trata dos problemas específicos dos 64 bairros onde circula e trás um noticiário atualizado sobre as atividades das associações de bairro, sobre sindicalismo nacional e local, particularmente na área metalúrgica, além de acompanhar bem de perto os movimentos populares por melhores condições de vida, como transporte, carrestia, salário, meio ambiente. “Pretendemos abrir um espaço na imprensa para depoimentos do povo e ser uma tribuna dele, já que na grande imprensa o povo se vê quase só na página de polícia”. Começou em 1976 com cinco jornalistas profissionais que se cotizaram em lotes de Cr\$ 5 mil, para pagar as duas primeiras edições. Deu certo. Aqui, a síntese do texto, amplamente distribuído entre os congressistas, que acabou sendo considerada como uma das formas positivas de vencer o monopólio de informação dos grandes veículos da grande imprensa.

Apresentamos os dados mais importantes sobre uma experiência de jornal de bairro na área industrial de Belo Horizonte que podem servir como subsídio para uma discussão do tema genérico a nível nacional e para debate de questões que enfrentamos e que continuam abertas.

O **Jornal dos Bairros (JdB)** cobre 64 bairros da Cidade Industrial, quizenalmente, com uma tiragem de 10.000 exemplares. Já ultrapassou 2 anos de existência, tendo sido fundado em setembro de 1976.

É um jornal destinado à grande massa, sem hábito de leitura na sua grande maioria. Evita publicar editoriais, pretendendo abrir um espaço na imprensa para depoimentos do povo, pretendendo ser uma tribuna do povo. Na grande imprensa, o povo se vê quase só na página de polícia.

Pelo seu conteúdo, é um jornal de caráter fundamentalmente local, voltado para a realidade dos bairros. Embora tenha evoluído no decorrer destes dois anos, ele guarda este caráter.

Sua função principal é pois informar. Concretamente levar os moradores a saber o que se passa no seu bairro e nos outros. É importante que um cidadão saiba que o problema que ele vive no seu bairro é vivido em outros bairros e sobretudo as tentativas de solução.

Quanto à forma, o próprio leitor exige que a linguagem seja simples, direta e procura-se também fazer um jornal leve, atraente, bonito do ponto de vista gráfico, bem diagramado, com fotos, ilustrações.

Uma das nossas opções foi fazer um jornal para a Cidade Industrial. Atingimos 64 bairros que circundam o 3º pólo industrial do País. Existe uma unidade real de toda esta área, embora

política e administrativamente ela esteja dividida em frações de 4 municípios: Contagem, Belo Horizonte, Betim e Ibirité. Uma divisão artificial.

Optamos por um jornal e não por um boletim comunitário. Um jornal que vem mantendo a sua periodicidade, que cumpre todas as exigências legais e que é sustentado de modo empresarial. O nosso esforço foi o de romper com o dilettantismo amadorista de publicações feitas sem periodicidade.

O JdB procura pois ser o porta-voz das populações da Cidade Industrial, de suas reivindicações, de suas lutas pela sobrevivência, de sua cultura, de seu esporte. Ele fica no âmbito do consumo. Ele parte da problemática do bairro, da força de trabalho relacionada com a sua reprodução e não com a produção. Não atinge em primeiro lugar a fábrica, a contradição capital-trabalho, mas a força de trabalho fora da fábrica. Essa força de trabalho que é vítima da especulação imobiliária. Os operários da Cidade Industrial são obrigados a morar em bairros cada vez mais distantes, sobretudo os de salários mais baixos e aqueles que buscam mais recentemente a Grande BH.

A composição social dos bairros que atingimos é heterogênea. Escrevemos para as classes populares e não vemos que predominância existe na área. Lêem o jornal operários do setor industrial, metalúrgicos, têxteis, trabalhadores da construção civil etc., mas também comerciantes, pequenos funcionários, donas de casa, biscateiros, engraxates, lavadores de carro, chapas, lavadeiras, trabalhadores autônomos (bombeiro hidráulico, eletricitista), açougueiros, barbeiros e professoras etc.

O JdB não entra propriamente na dimensão política da sociedade, mas

tira tudo que existe na área do isolamento. O jornal é um fator de animação. Pode-se dizer que tudo o que aconteceu na Cidade Industrial nestes últimos 2 anos, de algum modo esteve relacionado com ele ou vice-versa.

Elaboração e venda

Um as 50 pessoas discutem e elaboram o JdB: jornalistas, estudantes de comunicação e outros profissionais interessados. Vinte e cinco pessoas são ligadas à área de comunicação. O jornal nasceu da iniciativa de 5 jornalistas e acabou por envolver grande número de pessoas. Durante estes 2 anos houve uma certa rotatividade de participantes. Hoje a participação dos 50 é consolidada. Cinco jornalistas já são sindicalizados a partir do JdB. No início do jornal, cinco que tiveram a idéia cotizaram 5.000 cruzeiros cada para pagar as duas primeiras edições. Posteriormente o jornal começou a ser sustentado por anúncios de candidatos políticos, bolsa de emprego e anúncios de empresas, comércio etc.

Constitui-se a Editora Corpo Ltda. que cuida da administração e da montagem do jornal. Os administradores estão entre os 50. Nos domingos de venda, após a venda, faz-se uma reunião de pauta: avaliação do jornal, da venda e pauta para o próximo número. E nesta plenária de todos os colaboradores que se estabelece um feed-back entre o texto do jornal e os moradores, pois os vendedores trazem as apreciações, as reclamações e tudo o que acontece no bairro.

O jornal é vendido tanto por esses 50 colaboradores como por uns 300 moradores. No domingo a venda é feita nos bairros de porta em porta, nos bares, nas portas das igrejas. Nos primeiros dias da semana, a venda se prolonga nas portas de fábricas, nas filas de ônibus e no comércio. É vendido também em algumas bancas. Possui 1.550 assinantes.

No domingo seguinte, a Comissão de Redação se reúne e planeja e inicia a elaboração do próximo número, obedecendo a pauta que foi constituída no domingo anterior. Todos os 50 colaboradores escrevem no jornal. Os que são jornalistas tanto escrevem como vendem o jornal. A Corpo Editora faz a montagem do JdB (os montadores estão entre os 50 colaboradores) que é rodado em São Paulo, por causa dos altos preços de gráfica em Belo Horizonte.

Evolução junto com o povo

Nestes dois anos o JdB evoluiu junto com o povo, junto com a realidade que ele atinge. Não tem sentido um texto evoluir sozinho. Como se deu esta evolução?

Partimos dos problemas dos bairros: a moradia, a água, o esgoto, luz, condução, asfalto, coleta de lixo, escola, saúde, poluição. Quer dizer, no início a contradição capital-trabalho ficava quase à margem. No decorrer destes dois anos, embora guardando o caráter local e de reivindicação de bairro, o



texto do JdB evoluiu com referência ao trabalho e extrapolando o bairro.

Essa evolução se concretizou nos seguintes itens:

- 1 - Uma coluna de assuntos sindicais. Uma informação sob o ângulo legal de questões que interessam aos trabalhadores: insalubridade, lei de greve etc.
- 2 - Foi crescendo o espaço dado às associações de bairro.
- 3 - O custo de vida começou a ser abordado em cada edição. É um problema de caráter nacional com noticiário mais amplo sobretudo de São Paulo.
- 4 - Notícias dos sindicatos locais, especialmente do Sindicato dos Metalúrgicos.
- 5 - Noticiário nacional sobre sindicatos e encontros intersindicais.
- 6 - Abordagem das eleições dos metalúrgicos com apoio à chapa 2 de oposição.
- 7 - Formação de novas associações, movimentos de luta pela condução e contra a poluição, pela definição dos limites dos municípios. (não pagar imposto duplo).
- 8 - Abordagem da problemática eleitoral parlamentar.

Políticos de clientela

Esta evolução do JdB deve ser compreendida no contexto geral de um despertar de toda a área que atingimos, sem falar na própria dinâmica evolutiva que se evidenciou na conjuntura nacional.

Após 1968, na Cidade Industrial com o desaparecimento de lideranças mais autênticas, as massas viveram um período de verdadeira letargia. No plano político institucional consolidaram-se a partir de 70 fenômenos populistas com a ação paternalista de políticos que fizeram do povo uma clientela impedindo-o de crescer autenticamente pela mobilização e organização (Newton Cardoso, em Contagem, e Alvaro Antonio, no Barreiro).

No âmbito do trabalho, surgiu uma crítica radical à atividade política em

geral e uma resistência à teoria e elaboração política, com uma negação sumária e pueril do trabalho sindical. O peleguismo apossou-se então das atividades.

Esta letargia se deu justamente num período de crescimento ou de inchaço da região. A massa proletária triplicou neste contexto de peleguismo no sindicato e de adesismo e clientelismo no plano político mais próximo. Em 68, a Mannesmann tinha 4.000 trabalhadores e a Belgo Mineira, 1.500. Hoje a primeira tem 10.000 e a segunda, 3.500. Contagem cresceu 8 vezes de 68 para cá. O Sindicato dos Metalúrgicos tinha 3.000 associados. Hoje tem 14.000.

Houve um despertar desta região. De 69 a 76 não houve nenhuma mobilização, nenhuma assembleia sindical com mais de 100 pessoas (a não ser para concessão de bolsas de estudo). De 77 para cá as assembleias já começaram a reunir mais de 500 associados e ultimamente até 2.000. Deu-se sobretudo o surgimento de uma oposição sindical. Foi dentro desse contexto que o JdB evoluiu.

Editorias

- 1 - Leitores (cartas)
- 2 - Associações de Bairro - Procuramos dar notícias de todas, dando destaque às mais combativas.
- 3 - Reclamações e Notas - Quisemos acabar com estas páginas por nos parecerem monótonas e pesadas e de conteúdo acentuadamente negativista. Duas pesquisas nos revelaram que é a parte mais lida do jornal, talvez por ser um texto curto, com nome de pessoas, de ruas. As matérias mais lidas em certos locais ainda são as reivindicações dos bairros, ou seja, água, luz, esgoto, etc. Apesar do jornal ter avançado em conteúdo trazendo para suas páginas problemas sindicais, movimento de custo de vida etc, esses assuntos ainda não são muito comentados por moradores com um bom número de distribuidores.
- 4 - Esportes - Informamos sobre tudo o que acontece no futebol da várzea da Cidade Industrial, única forma coletiva mais organizada de lazer da região. Valorizamos o amadorismo como forma de participação da população. Abstrairmos do profissionalismo. Damos ênfase a esta luta: obtenção de infraestrutura necessária à prática do esporte. “Os campos estão desaparecendo” - denunciámos, ocupados quase sempre pela expansão industrial. Procuramos incentivar o pouco que existe de outros esportes além do futebol.
- 5 - Custo de vida
- 6 - Sindicalismo
- 7 - Criança - Fundamental esta página. Um colaborador e distribuidor conseguiu um bom trabalho em um colégio através da página. O JdB é vendido a 1/4 dos alunos do colégio. Muitos professores e professoras utilizam nosso texto em aulas.
- 8 - Cultura (especialmente teatro popular)
- 9 - Saúde
- 10 - Educação

Distribuição, funcionamento.

Além da reunião de pauta que é muito ampla e fica nas questões mais gerais, o trabalho do jornal é articulado através de reuniões nos pequenos grupos de distribuição (6 pessoas que trabalham em determinada área). Eles discutem os problemas específicos de sua área e outros que a reunião de pauta não pôde aprofundar. Como se vê, a tarefa do distribuidor não é só vender o jornal, mas estabelecer uma ligação com os moradores e sua problemática.

Uma Comissão Coordenadora de Distribuição coordena os trabalhos dos diferentes grupos de distribuição e faz cumprir as deliberações da reunião de pauta, fórum democrático de decisões do jornal como um todo.

No princípio, tivemos uma ilusão. Pensávamos que um mínimo de colaboradores ficariam no jornal e que o próprio pessoal de bairro assumiria o JdB. Ilusão porque os moradores ou trabalham pela subsistência ou têm algum trabalho comunitário. É como não se trata de um simples boletim, o jornal tornou-se uma tarefa complexa que exige a presença de jornalistas, colocando sua habilidade profissional e seu tempo a serviço do povo.

Desafios, problemas, limitações.

• Atrito com os políticos populistas instalados na área. A presença do jornal é danosa à influência deles. Ao mesmo tempo alguns possuem uma grande reputação junto do povo que se tornou seu cliente. (problema).

• O grande problema do jornal é a sua sustentação financeira. Experimentamos piques e quedas na publicidade. A própria linha do jornal de não elogiar políticos, prefeituras, empresas urbanas de serviço público (Copasa, Cemig), empresas, classes empresariais, dificulta uma copiosa aquisição de anúncios. A dependência do anúncio nos amarra de certo modo, mas é uma condição para o jornal ser popular e continuar a guardar a sua periodicidade. (problema e limite).

• Com o analfabetismo e a falta de hábito de leitura na região, o rádio e a televisão são os meios de comunicação de maior infiltração. (limitação). Já estamos encaminhamo um Jornal dos Bairros radiofônico.

• O Jornal é feito para as grandes massas. Não serve como alimento para as lideranças. É um simples instrumento nas suas mãos. (limitação).

• A maioria dos colaboradores não mora nos bairros (limitação).

• Não é um jornal geral. É um jornal de bairro. No nosso caso vivemos num contexto em que não houve quase nada acumulado em termos organizativos.

• Certas matérias (denúncia de violência policial por exemplo) o JdB não tem condições de divulgar. São encaminhadas aos companheiros da grande imprensa. (limitação).

• O maior desafio vencido foi o JdB ter sobrevivido durante 2 anos.

Meu encontro com Shere Hite

Por Peter Fry



O antropólogo Peter Fry (professor da Universidade de Campinas - Unicamp) descreve o pega que teve com a badalada autora do Relatório Hite, no Golden Room do Copacabana Palace Hotel, quando de sua recente visita ao Rio. Best-seller internacional, mas proibido pelo governo brasileiro, o Relatório é uma pesquisa com três mil mulheres sobre suas atitudes e experiências sexuais, que mereceu de Fry o seguinte alerta: por apresentar a mulher fora de sua cultura, fora de seu contexto histórico, ele representa, veladamente, uma espécie de feminismo que peca não só pela insistência na autonomia sexual da mulher como pela doutrina que o feminismo deva prosseguir sem fazer referência às demais injustiças sociais que afetam tanto homens como mulheres.

Shere Hite é um fenômeno. The Hite Report é best-seller nos E.E.U.U. e aqui teve a paradoxal bênção da censura, como se esta não fosse arbitrária mas, sim, baseada numa lógica qualquer. As palavras mágicas feminismo, censura, orgasmo fazem com que Shere Hite assuma a importância de uma profeta dos nossos tempos. Acrescente-se a esta receita uma pitada de dependência cultural e o seqüito da profetisa no Brasil está garantido.

Faz umas três semanas descobri que estaria, junto com este fenômeno, num painel sobre Instituições, Pesquisas e Sexualidade no 1º Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupo de Instituições no Rio de Janeiro. Resolvi, portanto, ler com cuidado o Relatório Hite. Assim foi, assim se deu. Como todos sabem, é um livro em que umas três mil mulheres respondem a um questionário que pergunta sobre as suas atitudes e experiências sexuais; 95% do livro consistem em citações destas mulheres, que se prolongam sobre as suas técnicas masturbatórias, as suas frustrações com os parceiros e os seus anseios de amor. Para mim, francamente, foi uma leitura chata e difícil.

No início achei que, por ser homem, não poderia me empolgar por questões tais como a posição das pernas durante a masturbação, que não poderia me entusiasmar com esta avalanche de informações sobre os mais íntimos detalhes da vida sexual destas mulheres. Mas, com o tempo, percebi que este atordoadamento não se devia ao meu sexo, mas sim ao fato do livro não

oferecer as informações necessárias para a mínima reflexão. As falas das mulheres se sucedem, páginas pós páginas sem qualquer referência ao contexto social em que vivem. E sem este tipo de informação só é possível relacionar tudo o que o livro contém com o fato de que todas as mulheres de todos os tempos são subordinadas aos homens. O resultado disso é que o livro pinta um quadro (bastante heterogêneo) de “A MULHER”, como se estes 3.000 espécimes fossem representativos da categoria como um todo. Sem criticar a amostra em si (obviamente, uma amostra como essa onde quase 90% das mulheres têm educação universitária e todas têm a santa paciência e o desejo de escrever minuciosamente sobre a sua vida sexual representa uma parcela muito especial das mulheres dos E.E.U.U.) é fundamental notar que as diferentes informações não são, em lugar nenhum, relacionadas com as suas diferenças de vida. Diferenças objetivas, como posição de classe, religião, idade, educação, filiação étnica etc.

Sem negar que deve haver algo em comum entre todas as mulheres do mundo, não se pode ignorar que a mulher é sempre uma invenção social e que portanto, sua imagem varia de cultura a cultura e de subcultura para subcultura numa mesma sociedade. Como disse, certa vez, Verena Martinez Aller, cada classe tem a mulher que merece. E este problema não é puramente acadêmico, pois põe uma questão muito séria para o movimento feminista que pretende abranger pessoas de várias classes

e sub-culturas. Articular um movimento como este implica, ao meu ver, tomar consciência das diferentes experiências de vida de todas as mulheres da sociedade. Se não, então o movimento fatalmente cai num etnocentrismo de classe média e a tendência é não só de supor que os problemas das mulheres operárias são os mesmos mas que as soluções também o são.

Com homem não

No meu encontro com Shere Hite, resolvi então, levantar este problema que é ao mesmo tempo acadêmico e político. E para tornar a minha posição mais clara, comparei o trabalho da Hite ao de Alfred Kinsey (Sexual Behaviour in the Human Male, Philadelphia, 1948 e Sexual Behaviour in the Human Female, Philadelphia, 1953). Nestes dois livros talvez a maior descoberta seja a de que as diferenças entre a sexualidade da classe burguesa e da classe operária dos brancos dos E.E.U.U. são às vezes tão grandes como se fossem de duas nações distintas. É verdade que as diferenças entre os homens são mais notáveis do que as entre as mulheres, mas a amostra de Kinsey também favorecia as mulheres das classes mais abastadas e a questão está, portanto, ainda em aberto.

A mise en scene do painel merece uma descrição. O Golden Room do Copacabana Palace Hotel. Cheio de gente. Hite entra por uma porta que a leva diretamente à mesa. Aplausos. Ela se senta ao lado da coordenadora. À sua esquerda, um grupo de mulheres feministas do Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves, Leila Barsted, Mariska Vianna Santos e Jacqueline P. de Romani e a sua direita, eu.

Falaram, primeiro, as mulheres do Rio. Falaram da sua pesquisa, e enfatizaram a necessidade de usar não questionários, mas sim, um pouco de observação participante para tentar chegar mais próximo à vida, como realmente é. Frisaram muito o fato da mulher ser uma invenção social e da necessidade de apanhar diferentes experiências de mulheres de diferentes classes sociais. Foi, indiretamente, uma severa crítica ao trabalho de Hite.

Feitos meus comentários, Hite se levanta para falar. Fala que não era para criticar a sua metodologia. No final das contas, tinha curso em metodologia. Fala que era mais importante refletir sobre os resultados. Insiste que não quis fazer um relatório e que quis chamar o livro Diana Arising (Diana Emergente) mas que a editora ve-

tou. Insiste na universalidade da subordinação da mulher e cita a clitorodectomia como um fato cultural “da África”. Diz que não queria fazer uma pesquisa quantitativa (não foi isso que reivindiquei) e que o importante era ouvir as mulheres falarem e depois chegar a conclusões próprias.

Sinto que não está respondendo às minhas colocações; peço o microfone e friso que tampouco estou advogando por uma pesquisa positivista (poderia tê-la lembrado que em seu livro a única tentativa de análise consiste em criar uma tipologia de masturbação bastante “positivista”) mas que estou querendo levantar a problemática da identidade feminina de uma maneira um pouco mais matizada. Hite nestas alturas está furiosa e diz que com homem não se fala sobre estes assuntos. Tento falar com ela e ponho a mão no seu braço. Ela se retrai com uma velocidade e espontaneidade estardalhaçada e o painel começa a ser cena de fortes emoções. A platéia reage aplaudindo primeiro um e depois o outro e, de quando em vez, mandando bilhetes. Uns perguntam se a Hite entendeu o que eu disse, outra fica chocada com o que chamou de “vedetismo” da Hite, outro pede que dê uma “sacadinha dela”, enquanto outra acha que tudo o que eu disse não passava de uma brincadeira machista. Mas já não há mais possibilidades de discussões; Hite reclama cansaço (parece assumir perigosamente um papel tradicionalmente atribuído às mulheres) e sai com bolsa e tudo. Os microfones são desligados.

Posições perigosas

Não quero agora prolongar esta pequena e fútil briga, mas sim tecer algumas observações a respeito do fenômeno Hite. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Relatório vendeu, e muito. Por todo esforço propagandista é inequívoco que o livro veio ao encontro de um mercado já preparado. Por que? Algumas sugestões. A primeira, ventilada, aliás pela própria Hite, é a de que, pela primeira vez, as mulheres estão falando sobre a sua sexualidade. Tudo bem.

A segunda sugestão baseia-se na apologia da masturbação, que tal-

vez seja o ponto mais saliente do livro. A masturbação implica uma independência do parceiro sexual. Metaforicamente implica uma independência, ponto. Mas, por mais que se defenda a masturbação, por mais que se advogue o conhecimento do corpo e dos seus prazeres, não se pode negar que a masturbação é a negação da cooperação, a negação da sociedade, a celebração da solidão. Será que é isso também que faz com que o livro tenha tamanho sucesso? Ou será que a sua negligência dos outros aspectos do poder que afetam a vida de cada um (a) de nós e a conseqüente implicação que a infelicidade possa ser resolvida com investidas contra o machismo e com ajustamentos hidráulicos é uma filosofia que vende bem nos E.E.U.U. de hoje?

Aqui no Brasil o livro chegou a sua terceira edição antes de cair vítima da censura. A ausência de críticas ao livro se deve, provavelmente, ao medo das pessoas parecerem favoráveis à censura ou de serem taxadas de porcos chauvinistas ou antifeministas. Sem me ligar a nenhuma destas posições, quero deixar bem claro que considero este livro não só amadorista e ruim, mas, pela maneira como foi feito, sintomático, de posições altamente perigosas. Por apresentar a mulher fora da sua cultura, fora do seu contexto histórico, ele representa, veladamente, uma espécie de feminismo que peca não só pela insistência na autonomia sexual da mulher, como pela doutrina que o feminismo deva prosseguir sem fazer referência às demais injustiças sociais que afetam tanto homens como mulheres. Seria a última pessoa a negar a especificidade do problema da mulher, como seria a última a negar a especificidade de outras reivindicações sociais por parte de pessoas consideradas como marginais sexuais, de minorias étnicas etc... Mas também acredito que estes movimentos todos entram em equívoco no momento mesmo em que tendem a ver-se isolados da sociedade como um todo. Quando isto ocorre, os que insistem em estabelecer prioridades políticas, subjugando os movimentos de minorias aos que visam mudanças estruturais mais amplas, ganham terreno. E com razão.

“Quero liberdade de ser brasileiro”



Através desta venho pedir-lhe que se dê divulgação sobre os fatos abaixo relacionados, que por si revelam uma persistente perseguição contra brasileiros no exterior

Em 15 de junho de 1970 fui banido do território nacional. Naquela ocasião encontrava-me preso na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora. Dali fui enviado com outros companheiros algemados, para o aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro. Fui colocado algemado dentro de um avião com outros 39 companheiros e desconhecia-se qual o nosso destino.

Naquele dia ao aproximar da meia-noite, aterrissamos no aeroporto de Alger, capital da Argélia, e fomos recebidos por uma multidão de jornalistas, membros do FNL, uma delegação de mulheres e crianças árabes (que nos entregaram flores) e companheiros portugueses no exílio.

Era a LIBERDADE. Sem algemas sem grades sem receios de novas torturas, sem pavor de ser retirado da cela (para novas torturas? Para a auditoria? Para o hospital?). Mas era o EXÍLIO. O desterro. O início de viver em liberdade, mas a liberdade perseguida.

A LIBERDADE (muitas vezes confundida com o obrigado a partir) de mudar de países, como se mudam de sapatos.

Caminhante do exílio. Abrindo países com novas bandeiras, onde o respirar em paz era um eldorado imaginário. Sem passaporte. Sem trabalho. Em romarias por polícias, pelos departamentos para estrangeiros, novos retratos 3 x 4 com gravatas e ternos emprestados. E o começar tudo de novo.

Da Argélia ao Chile. Sem trabalho e sem documentos. Quase dois anos lutando para conseguir um passaporte e quando tudo se aproximava do recebê-lo eis veio um desfecho trágico. Talvez em la Moneda, onde funcionava uma seção do departamento para estrangeiros, queimado feito em tições, rodopiando em ar com gosto de morte, jun-

to a pedaços de tijolos e bombas. Talvez em Investigaciones, o DOPS chileno, ali, em alguma prateleira arquivo apanhando pó. Ali como trofeu para algum interrogatório futuro.

Argentina. A mesma perseguição. Transportado em avião militar (para quedistas) junto a mulheres, crianças, velhos, companheiros, retirantes do holocausto chileno.

Ali presos em Ezeiza, em hotel da Polícia. Ali onde companheiros argentinos foram torturados quando do retorno de Peron. 15 em 1 quarto. Metralhadora às portas. Nós refugiados, portando somente a roupa do corpo. E, mesmo assim que perigo éramos.

18 dias. Depois o DOPS argentino. Pienças quedar em Argentina? Si. Que destino tenho? Quanto tempo?

Peru. Sr. Se hace poco que illegué... “Bien Se te quedas vamos te fuzi-

lar...”

Agora tenho um pedido de asilo para a Alemanha Ocidental. Tenho alguns parentes ali. Será que me ajudarão?

Mas que loucura. Você foi trocado pelo embaixador alemão”

Não recebo respostas. Neste interim recebo asilo na Suécia.

Em 20/02/1974 recebo o meu passaporte. Não o almejado mas um que seguramente quebrará o galho. PASSAPORTE PARA REFUGIADOS DE ACORDO COM A CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1952.

Começo a folhé-lo. Só posso viajar para alguns países, para outros que não constam de uma relação dos permitidos tenho de pedir uma autorização e um visto de entrada. Descubro que é passaporte limitado. Um passaporte controlado. Um passaporte de judeu para transitar numa Alemanha Nazista. Um passaporte onde não basta olhar o retrato ou o prazo de vencimento. Mas que sempre é acompanhado de revistas, no corpo e nas malas, de perguntas indelicadas (de interrogatórios) e outras aporinhações mais.

Faz quatro anos que possui o passa-

porte para refugiados e por duas vezes fui retirado de trens (a primeira na Holanda e a segunda na Austria, quando me encontrava em transito para a Itália).

Na Austria, interrogado pela policia alemã e autriaca, queriam me obrigar a falar em alemão, e, era difícil entenderem em inglês. Ali, me fizeram perder a passagem e dois dias de viagem.

Devido a isto, que é um produto das informações que a Polícia brasileira, enviou via Interpol para todo este universo, decidi requerer um passaporte à embaixada brasileira.

Toquei o telefone para requerê-lo: Eu sou brasileiro, Moro aqui em Gotemburgo há quase 4 anos e gostaria de requerer o meu passaporte, que tenho direito de acordo com as leis brasileiras. O Sr. pode me enviar um formulário para preenchê-lo?

“Como o Sr. se chama? Marco Antonio de Azevedo Meyer O Sr. possuía passaporte anteriormente?

Não. Eu nunca tive passaporte. Espera um momentinho. Após 3 minutos.

Olha o Sr. me desculpa. Os formulários esgotaram. A procura está muito grande. Mas escreva uma carta para a Embaixada e responda as seguintes perguntas?

Quando vai voltar ao Brasil?

Em que avião? De que companhia?

Qual o motivo da presença no exterior?

Lugar de trabalho?

Endereço?

Porque países viajara?

Quando o Sr. chegou a Suécia?

Que países visitou?

E outras perguntas mais.

Através de um amigo consigo um formulário. Agora tenho os retratos, fotocópias dos documentos exigidos (carteira de identidade e certificado militar). Tudo preenchido. Me dirijo ao consulado brasileiro em Gotemburgo, que está localizado em Partille.

Marco Antonio de Azevedo Meyer, banido do território nacional em 1970 e atualmente residindo na Suécia, relata nesta carta ao Em Tempo os lances de sua penosa perseguição como caminhante do exílio, em busca de documentação que lhe dê transito livre o tranqüilo no estrangeiro. O governo embarga a liberação de passaporte, arbitrariedade que muitos brasileiros sofrem de maneira semelhante no exílio. Um dos episódios é o quebra galho” que Meyer conseguiu, especial para refugiados, que ele compara a “um passaporte de judeu para transitar numa Alemanha Nazista.”

Me assombro, o consulado brasileiro funciona dentro de uma empresa sueca OLOF ERICSSON. Endereço G. Kranvangem, 60 - Partille. A sala do diretor da empresa Per Anders Eriksson é a sala do Consulado.

Claro que lhe deve interessar muito mais a compra do suco de laranja brasileiro ou da soja do que os papéis de um refugiado brasileiro que almeja receber o seu passaporte.

Sou atendido cordialmente. Mas o consul nega a receber os meus papéis. Que raios de Consulado é este. Insisto, peço-lhe uma declaração que ele não pode receber os meus papéis. Ele nega, Peço-lhe uma declaração que ele nega em receber os papéis. Tampouco.

Finalmente ele diz que tenho de remeter-lhe para a Embaixada em Estocolmo.

Me resta como última alternativa enviar os papéis pelo correio e que alguém da embaixada assine um comprovante de recebimento dos meus papéis. Estou convencido de que esta é uma árdua luta, mas que somente a mobilização de grandes parcelas do nosso povo, na luta por uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, terminará com esta perseguição incessante e irracional. EU QUERO TER A LIBERDADE DE SER BRASILEIRO.

Neste sentido, denuncio ao povo brasileiro estas constantes arbitrariedades que venho sofrendo (e acredito que outras brasileiros também a sofrem). Quero ainda expressar o meu respeito admiração por aqueles que hoje lutam por uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, entre eles o Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Imprensa independente, setores da Igreja, e todos aqueles engajados na luta pela construção de um Brasil mais digno para todo o nosso povo.

Do exílio-desterro
Em Gotemburgo, Suécia

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Marabá

O major Curió manda e desmanda

Um major do Exército, mais conhecido como “Dr. Curió”, persegue os padres da comunidade católica na região da estrada OP-3, em Marabá. É o que denuncia a Comissão Episcopal Regional Norte 2 - da CNBB, neste relatório remetido ao EM TEMPO.

A “OP-3” (Operacional 3) é uma estrada que começa no km 96 da Rodovia Transamazônica, no trecho Marabá-Estretto, e que vai, por enquanto até Santa Isabel. Dela sai um ramal, na altura do km 28, que passa pelo “Castanhal”, pela “gameleira” e encontra a OP-2, que liga São Domingos do Araguaia a São Geraldo.

A margem desta estrada OP-3, no espaço não ocupado pelas fazendas, foram colocados pelo Exército os lavradores que serviram de “guia” para as Forças Armadas, na luta contra os guerrilheiros, nos anos 72-74, e mais alguns lavradores sem terra. Cada um recebeu um lote de aproximadamente 100 ha.

A assistência espiritual deste povo está a cargo da Equipe de Pastoral de São Domingos do Araguaia, composta pelo Pe. Roberto Valicourt, o Irmão Emmanuel Wenberg e a Irmã Lina, todos pertencentes à Prelazia de Marabá.

Em fevereiro de 1978, o Pe. Roberto, Irmão Emmanuel e Ir. Lina voltaram a visitar as famílias da OP-3, para prestar-lhes assistência espiritual.

Foram até o lugar chamado “Castanhal”. Passando pelo km 26, chegaram à residência do SR. Agenor, pensando celebrar ali a santa missa. O Sr. Agenor explicou então ao Pe. Roberto que, não era possível ele celebrar a missa ali em virtude de uma proibição do “Dr. Curió”, o qual, numa conversa com o povo havia dito mesmo que o povo tinha que escolher entre ele ou os padres. E o povo, amedrontado, não se sentia mais com coragem de receber os padres. O “Dr. Curió” é um major do exército que não aprova a presença dos padres e nem mesmo do bispo na região.

A Equipe continuou a viagem, e, chegando ao “Castanhal”, foi bem acolhida pela família do Sr. Pedro “Cantador”. Foram depois até a casa do Sr. Cícero que, juntamente com sua esposa, sempre recebeu muito bem os padres. Mas desta vez, ao chegarem por lá, foram surpreendidos com o pedido feito pela esposa do Sr. Cícero para se retirarem depressa porque ela não podia recebê-los. Solicitada a dizer o porque disto, ela contou então que, após a passagem do Ir. Emmanuel e da Ir. Lina, no final de 77, eles foram denunciados por vizinhos ao “Dr. Curió” que veio adverti-los sobre a proibição de receber os padres de S. Domingos. E depois, disto, contou ainda a senhora, os vizinhos se afastaram de sua casa, como se ela fosse amaldiçoada. Estava bem

triste a esposa do Sr. Cícero, ao dar estas explicações. Enquanto falava, o marido chegou da roça, e, vendo ali os padres, ficou muito apavorado e nem queria se aproximar da casa. Depois de muita insistência ele se aproximou e confirmou o que sua esposa dissera, acrescentando que, desde o final de 77 a vida deles virara um “inferno de desgostos”. E quase chorando, pediu ao Pe. Roberto e seus acompanhantes que se retrisassem dali o mais rápido possível, no que foi prontamente atendido.

O Sr. Pedro “Cantador” convidou o Pe. Roberto para celebrar a santa missa em sua casa no dia 8 de outubro. Pouco tempo depois, porém, o Pe. Roberto recebeu uma carta, pedindo que não fosse mais, porque o “Dr. Curió” não concordava com a missa.

No dia 2/10, D. Maria Menezes, moradora do km 24 da OP-3, foi até São Domingos do Araguaia, para convidar o Pe. Roberto para celebrar a missa em sua casa no dia 8 de outubro, e celebrar o casamento de sua filha. Na conversa, interrogada pelo Pe. Roberto sobre a situação daquela região, respondeu que não haveria problemas, pois ela é co-madre do Dr. Curió, e também ela pensava que todo cidadão brasileiro tem o direito de seguir a sua religião como achava que deve seguir.

Poucos dias depois, por uma carta, o Pe. Roberto foi informado que a esposa de D. Maria, o Sr. Antonio Menezes, foi trazido preso para o Q. G. do Exército, no km 08 da Transamazônica, e ali bem “apertado” por ter feito tal convite ao padre. Na carta, o referido senhor pedia também, muito aflito, que o Pe. Roberto não fosse mais a sua casa e não pensasse mais na missa.

Esta situação do Povo de Deus que vive na OP-3, na Prelazia de Marabá.

Em novembro de 1977, o Bispo de Marabá, D. Alano M. Pena, recebeu em sua casa o então Comandante da 23ª Brigada de Infantaria da Selva, sediada em Marabá, o Exmo. Sr. Gen. Bda. Waldemar de Araújo Carvalho, que se fazia acompanhar do Dr. Curió. Durante a conversa, este senhor tentou de todos os modos convencer o Bispo a mandar outro padre para a OP-3, porque o Pe. Roberto e o Ir. Emmanuel são “comunistas” e ele já mostrou isto ao povo muito bem, com muitas “provas”. Disse também que é o povo da OP-2 que “não quer receber o Pe. Roberto”. O bispo rejeitou energicamente a acusação contra os dois religiosos e recusou-se a enviar outro padre para a OP-3.

COLEÇÃO

POLÊMICA 1

EUROCOMUNISMO X LENINISMO

A via italiana para o socialismo
Giorgio Amendola

O que não pode mais perdurar no
Partido Comunista Francês
Louis Althusser

Dois passos adiante e dois atrás
Ernest Mandel

Uma Crítica da Ecologia Política
Hans-Magnus Enzensberger

Os Sindicatos na época da decadência imperialista
Leon Trotsky

A venda nas melhores livrarias.

DOCUMENTO

Comissões operárias de Madri

“As comissões operárias são uma forma de oposição unida de todos os trabalhadores, sem distinção de crenças ou compromissos religiosos ou políticos, oposição a uma estrutura sindical que não nos serve. Nasceram como uma necessidade de defender nossas reivindicações imediatas e de preparar um amanhã de liberdade e unidade sindical.”

Recebemos, pelo correio, a sugestão de publicar um documento das “Comissões Obreras de Madrid”, no qual é apresentada de forma esquemática e simples o que são e quais os antecedentes históricos dessa experiência espanhola de organização independente do movimento operário.

Na carta, o leitor apresenta algumas razões para a publicação, a partir de semelhanças que possam existir entre a situação vivida pelo movimento dos trabalhadores da Espanha com o caso brasileiro, mas alerta para o perigo de transposição sem assimilação crítica da experiência, isto é, “sem levar em conta nossas próprias condições históricas e atual conjuntura que vive-mos”.

“Porque publicar um documento do movimento operário espanhol? Uma das razões é o conjunto de circunstância em que ele se reconstruiu. É um movimento que sofre o peso de uma grande derrota – a guerra civil, em que os patrões, os latifundiários e os setores mais reacionários da sociedade espanhola, auxiliados pelos nazistas e fascistas estrangeiros e com o silêncio das chamadas democracias ocidentais impuseram à classe trabalhadora um regime de força para salvar o capitalismo da morte. O movimento operário teve de se recuperar nas condições herdadas dessa derrota: regulamentação dos reajustes salariais pelo Estado fortemente centralizado (semelhante à nossa lei do arrocho), o que deteriorou esmagadoramente os salários reais; lei antigreve duríssima (a greve era um crime grave, semelhante a rebelião militar; sindicatos verticais criados pelo Estado para conter e policiar os operários”, diz a carta.

Mesmo sob estas duras condições políticas, “o movimento operário espanhol se recupera aos poucos e na luta diária, organizando-se independentemente pela base, naquilo que seria o embrião das Comissões Operárias da década de 1960. É uma história que oferece lições importantes para todo movimento operário, principalmente para aqueles que procurem sua organização abaixo das condições semelhantes a essa. Não são fórmulas sagradas que se possa repetir tal e qual em todo canto. Mas são exemplos importantes de analisar e aprender”.

Em Tempo acatou a sugestão e vai transcrever agora a primeira parte de

um resumo do documento intitulado “Declaração das Comissões Operárias de Madrid”.

O QUE SÃO AS COMISSÕES?

1. As Comissões Operárias são uma forma de oposição unida de todos os trabalhadores, sem distinção de crenças ou compromissos religiosos ou políticos, oposição a uma estrutura sindical que não nos serve. Nasceram como uma necessidade de defender nossas reivindicações imediatas e de preparar um amanhã de liberdade e unidade sindical. Por isso, as COs não são hoje, e nem pretendem ser amanhã, um sindicato e menos ainda um agrupamento político. Precisamente por isso, lutamos pela conquista das liberdades básicas que permitam aos trabalhadores, reunidos em assembleias democráticas, decidir sobre seu futuro, criando sua própria organização sindical de acordo com o que acha a maioria e com absoluto respeito com as minorias autenticamente representativas de setores de trabalhadores.

As duas linhas mestras de ação das COs são:

o Luta imediata e diária, em todos os centros de trabalho, a nível de empresa, oficina, ramo de indústria, etc., pela melhoria de todos os pontos que constem no contrato de trabalho, seja este individual ou coletivo. Principalmente, no que se refere ao salário, jornada de trabalho, acidentes, demissões, discriminações por razões de idade, sexo, etc.

o Luta por liberdades democráticas, especialmente pela conquista dos direitos e liberdades sindicais, para que os trabalhadores possam fazer ouvir sua voz no conjunto geral da sociedade e para participar das decisões coletivas. Desta forma, lutaremos pelo pleno direito de associação, reunião, de voto, de greve, de imprensa operária, etc.

2. As COs são um movimento independente da classe operária para a defesa dos interesses da classe operária. Rechacamos por isso, que qualquer tipo de “verticalismo” ou de submissão às palavras de ordem do Estado ou de qualquer grupo político.

3. O princípio democrático (tanto para tomar decisões como para escolher nossos representantes) é a regra de atuação das COs. Qualquer um que tenha assistido nossas assembleias ou reuniões, pode participar amplamente,

sem censura, com todo o peso de sua voz e seu voto nas discussões e decisões. Praticamos hoje a democracia porque sabemos que na autêntica democracia está nosso futuro.

4. Salvando o princípio democrático, segundo o qual seremos nós próprios, trabalhadores, que no dia-a-dia teremos que decidir sobre a forma do futuro sindicato espanhol, as COs defendem e lutam pela Unidade Sindical, sempre e quando esta unidade esteja baseada na liberdade, na democracia e no respeito pela diversidade dos grupos ideológicos participantes. Consideramos que a divisão seria um suicídio de classe na Espanha dos monopolios, quando temos pela frente um capitalismo poderoso; com suas organizações patronais e industriais unitárias. Se o que faz o “sindicato oficial” de hoje se perder é sua falta de liberdade e independência, o perigo de amanhã está encambrado na divisão de diversas centrais sindicais, mesmo que gozemos de uma liberdade teórica.

É necessário lutar já desde hoje para conseguir a síntese eficaz de um sindicalismo unido na liberdade e na democracia. Por último, parece claro que devemos velar para que sob a capa de uma liberdade mal-entendida não nos arranquem e despedacem em cem pedaços os meios e instrumentos sindicais que se acumularam com nossas contribuições e sacrifícios feitos de jornadas de trabalho esgotantes, mantidas constantemente, e de privações de nossa famílias.

Nesse sentido, os trabalhadores espanhóis podem inclusive superar outros movimentos sindicais estrangeiros, se acertarem combinar a autenticidade



Espanha

Primeira de uma série de duas

O SINDICATO RURAL ESTÁ DE MÃOS E PÉS AMARRADOS



A denúncia é de Antonio Crispim, um lavrador de 45 anos, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, 16 Km distante de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, uma região de grandes plantações de cana e forte concentração de bóias-frias.

O sindicato, que ele ajudou a fundar, tem 1600 associados, praticamente todos trabalhadores rurais. Nesta entrevista ele expõe a dramática situação dos trabalhadores do campo, discute as propostas de cooperativa de bóias-frias e suas relações com o sindicato, fala também sobre a sindicalização do pequeno produtor e do assalariado, questiona a formação do Partido Trabalhista de Maluly Neto e, de quebra, ainda ataca o sindicalismo atual.

Sr. Crispim, a gente sabe que a região de Ribeirão Preto e Cravinhos é uma região rica em agricultura o setor mais importante dessa riqueza. A gente queria saber como o Sr. vê hoje a situação do trabalhador rural nessa região, que é o responsável por toda essa riqueza?

A situação do trabalhador rural poderia ser dizer que tem melhorado ultimamente em termos de ordenado. Mas, a situação social continua a mesma. São trabalhadores volantes, transportados em cima de caminhões sem a mínima segurança, enfrentando todas as condições de tempo, inclusive também a exploração dos empregadores, que embora diminuiu bastante, mas não deixa de existir ainda. A maioria dos trabalhadores não tem residência adequada, moram muitas vezes em cortiços ou às vezes em casas que não oferecem condições porque não tem condições de pagar aluguel de uma casa melhor. Outro fator importante também é a falta de assistência, principalmente, à saúde. Nós temos, por exemplo, em Cravinhos uma Santa Casa, mas que por estar nas mãos de um grupo essa Santa Casa não tem praticamente nada. Hoje ela é simplesmente um ambulatório médico e um meio de transporte de trabalhadores para Ribeirão Preto.

Diante da situação que o Sr. está descrevendo tem aí uma proposta da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo que é a de organização de Cooperativas de Trabalhadores Rurais. Como vê essa proposta?

— Olha, com referência às Cooperativas de Trabalhadores volantes eu tive a oportunidade de falar ao participar num simpósio que houve na Associação dos Engenheiros Agrônomos em agosto do ano passado, em que expus o meu ponto de vista. Acho simplesmente uma demagogia, porque Cooperativa de Trabalhadores Volantes, com a terra nas mãos dos proprietários não tem condições nenhuma de funcionamento. Eu acho que isso aí seria mais assim... pra quem não quer fazer aquilo que precisa, então tenta fazer alguma coisa pra dizer que tá fazendo, mas que venha resolver o problema não vem. Inclusive, eu digo isso com conhecimento de causa porque nós, aqui em Cravinhos, procuramos, em 1972 por aí, fazer uma experiência, não de cooperativa mas para cooperativa, que nem sequer chegou a tempo de estruturar ou pensar em estruturar como cooperativa que seria, no caso, como foi no caso, o Sindicato oferecer trabalhadores para as fazendas, para evitar o empregado, o turmeiro e para o trabalhador ter, pelo menos, naquela época, o direito dele garantido que é o salário mínimo.

Houve uma certa repercussão, inclusive um grupo de empregadores aderiu, aceitou a idéia, mas depois de um certo tempo eles pegaram a experiência nossa e passaram a fazer por conta própria, eliminando o empregado.

Alguns deles fizeram isso, outros voltaram novamente com os empregados, como continua até hoje. Quando a gente diz da experiência nossa, foi com referência ao que nós fazíamos, ou seja, aos direitos trabalhistas do trabalhador, que por ser volante não conseguia trabalhar numa determinada fazenda tempo suficiente pra ele adquirir direito de férias, 13º salário, etc. Então nós propusemos e cobramos na diária já o proporcional de férias e 13º salário. Também, exigimos o pagamento na combinação do serviço, do domingo, feriados, etc. Nós depositávamos esse dinheiro referente a férias, 13º, no banco, em conta particular, pra depois, no fim do ano, o trabalhador ter a sua parcela.

Depois, o empregador, vindo isso, passa a utilizar o mesmo sistema. Mas só que eles não dizem para o trabalhador que estão pagando x, incluindo férias e 13º. Eles dizem que pagam x; na hora o trabalhador assina o recibo, ele assina o recibo, às vezes sem preencher e depois o empregador desdobra aquela verba: põe lá, importância x de ordenado e mais tanto de férias, tanto de 13º proporcional. É claro que isso é ilegal, a gente sabe disso, inclusive a gente tem certeza que na justiça a gente derruba isso. Mas, de qualquer forma, foi importante porque os empregadores pegaram a experiência e então esvaziou e terminou também sem nada, sem condições nenhuma.

Então, por isso, eu acho uma experiência válida que a gente tem e que eu não acredito, não é? Inclusive parece até que em certos lugares onde foram implantadas as primeiras cooperativas, parece que não está dando resultado. Parece que se nasceu, nasceu fraquinha ou talvez até morta.

Um dos principais estimuladores dessa iniciativa é o Secretário do Trabalho, Maluly Neto. Por outro lado, ele está articulando, está procurando criar um Partido Trabalhista, segundo a visão que ele tem de um Partido Trabalhista. A iniciativa de criação das cooperativas teria alguma coisa a ver com a questão política também, de organizar os trabalhadores num Partido?

— Olha, eu acho que se houver alguma coisa com política, deve ser no interesse dele, não é? Em proveito próprio. Ele, pelo menos até hoje, que eu saiba, nunca tocou nesse assunto. Nunca falou em organizar o trabalhador, através da cooperativa organizar ele politicamente. O que a gente mais ou menos tem observado e que ele é candidato, tá aí dentro do sistema e quer aproveitar isso aí em proveito próprio, político, dele. É o que está mais cogitado na maneira dele agir e trabalhar.

Na palestra que o Sr. fez na Associação dos Engenheiros Agrônomos, o Sr. colocou como uma alternativa às cooperativas que estavam sendo estruturadas de cima pra baixo, o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A gente gostaria que o Sr. falasse um pouco acerca do sindicato, do papel do sindicato na organização e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

— Olha, de fato eu acho que a única arma que o trabalhador tem, desde que essa arma possa ser usada, é de fato o sindicalismo. Agora, no caso da cooperativa, por exemplo, surgindo uma cooperativa num determinado município onde tenha o sindicato, que hoje, infelizmente, tá na base principal dos assistencialismo; é claro que essa cooperativa iria esvaziar o sindicalismo. Agora, eu acho que como já existe essa organização do trabalhador, eu acho que seria mais prudente, se o governo tivesse essa coragem e quisesse dar mais liberdade para o sindicato, para que o sindicato atuasse melhor na defesa da classe trabalhadora.

— Hoje, infelizmente, o que o sindicato pode fazer? O que ele pode

fazer é orientar o trabalhador, defender o trabalhador através dos meios legais, etc. Não tem o direito de fazer greve, inclusive, com a lei de greve existente, dificilmente um sindicato de trabalhadores rurais hoje sustentaria uma greve de maneira que está previsto em lei. Quer dizer, eu acho que o sindicalismo hoje está amarrado, está com os pés e mãos amarrados. O trabalhador está também muito amedrontado porque ele lembra o que passou em 1964, então ele não tem ainda a coragem pra enfrentar. E nem seria fácil, porque parece que o que mais assusta o governo é a classe dos trabalhadores rurais. Agora como cooperativa, eu acho que teria uma solução se fosse para ser feita como a gente conhece nos sistema de determinados países: cooperativa de trabalhadores, mas com terra. Seria, no caso, por exemplo, uma ação dentro de um programa de reforma agrária que seria no caso a desapropriação de terras para as cooperativas e organização dos trabalhadores, unidos em cooperativas, dirigidos pelo sindicato, onde o trabalhador fosse trabalhar e usufruir os frutos do trabalho dele na terra da cooperativa.

A gente tem visto pela imprensa uma proposta dos sindicatos rurais, quer dizer dos patrões rurais, de que o pequeno agricultor, aquele que tem uma pequena parcela de terra e aí vive com sua família, que atualmente é sindicalizado junto com os assalariados rurais, que ele deveria ser sindicalizado junto ao sindicato dos patrões. Como o Sr. vê essa proposta do sindicato dos patrões?

— Bom, isso parece que não só o interesse dos patrões como parece que é preocupação do próximo governo, através do INCRA. Parece que a preocupação, de fato, é eliminar o pequeno, é acabar com o pequeno fortalecendo os grandes. Agora, para os patrões, para os empregados, os proprietários, o interesse que a gente vê da parte deles é fortalecer a categoria. Enfraquecer a categoria de trabalhadores e fortalecer a categoria patronal, que seria no caso os pequenos proprietários associados no sindicato deles. Agora, eu pergunto, eles iriam depois defender os interesses desses pequenos?

Quer dizer que a posição do sindicato dos trabalhadores rurais é de que se mantenha a estrutura atual, onde, em termos de sindicato estão unificados os assalariados e os pequenos produtores?

— Exato! Porque eu acho que não há outra alternativa. Porque, veja bem, o trabalhador pequeno proprietário, então aí seria, no caso, se o pequeno proprietário passar para a categoria patronal, logo em seguida vai vir o arrendatário, o parceiro, o meeiro, que são aqueles que lutam pela vida. Inclusive, nós estamos vendo aí, principalmente, no Estado de São Paulo, pequenos proprietários que estão se tornando trabalhadores volantes, porque não têm condições de sobreviver, não têm uma assistência financeira a altura e estão vendendo as propriedades para mudar para a cidade e trabalhar como trabalhadores volantes.

Então, se esses trabalhadores passarem para a categoria patronal eles vão ficar marginalizados para sempre. Inclusive, é interessante a gente observar esse ponto de vista, porque imagine nas regiões, nos lugares onde existem posseiros. Os posseiros ameaçados pelos grileiros e pertencentes ao sindicato daquela categoria, que seria, no caso, os grileiros, não é?



JOÃO ROBERTO

“O que escapou da camisa de força ainda é o dissídio coletivo”

Uma das maneiras que o governo utiliza para suavizar os sindicatos é procurar transformá-los em órgãos assistenciais, de assistência médica, social, etc... Como o sindicato de Cravinhos vê essa atuação do sindicato apenas como órgão assistencial e não diretamente na defesa dos demais interesses dos trabalhadores?

— Bom, eu acho que quanto a isso aí, foi uma condição imposta pelo sistema implantado em 1964. O governo teve como meio, sob alegação de que não havia uma estrutura para dar assistência ao trabalhador rural, principalmente, de pegar e esvaziar o sindicato, ou melhor, transferir a responsabilidade do sindicato, desvirtuar a filosofia do sindicalismo, que ao invés de ser um órgão da classe de defesa dos interesses da classe, ser apenas um órgão assistencial, assistencialista. Foi o caso, aliás, é o que está ocorrendo. Inclusive, a gente tem se preocupado demais com isso, porque eu acho que a assistência, no Sindicato, é um meio e não um fim. Agora, o que se tornou, o que muitos sindicatos estavam fazendo, ou estão fazendo, é simplesmente assistencialismo. Eu acho que isso não é a meta do sindicalismo, nem é sindicalismo. Pra mim isso nem é sindicalismo!

Além de jogar pro sindicato as tarefas de assistência médica e social, o governo utiliza outras maneiras de manter o sindicato preso numa camisa de força e dificultar sua intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores. Uma dessas formas é a própria legislação e a manutenção dos “pelegos”. Nos sindicatos da indústria já se vê um movimento de defesa da autonomia sindical, de afastamento dos pelegos, etc. Existe alguma iniciativa semelhante no meio rural, algum anseio ou movimento desse tipo?

Olha, a preocupação existe, inclusive a gente poderia citar o dissídio coletivo. Os sindicatos de trabalhadores rurais não têm condições de conseguir muita coisa porque não tem aquela arma que deveria ter que seria, no caso, a greve. A greve, uma passeata, uma manifestação, etc. Mas, de qualquer forma é alguma coisa. O que restou, do que deixaram escapar dessa camisa-de-força é ainda o direito ao dissídio coletivo, embora esteja orientado pelo governo porque não adianta quer dizer, não adianta não, adiantar eu acho que adianta sempre mas o sindicato pode pedir aí 50, 60 70% de

reajuste do salário mínimo como foi o caso do dissídio nosso esse ano, em que nós estamos reivindicando 60%, mas já tem lá um coeficiente determinado pelo governo que, se vai pra julgamento, a justiça só pode julgar dentro daquele limite. Mas de qualquer forma é uma expressão da categoria, porque o aumento de acordo com o que o governo está determinando não está satisfazendo os interesses dos trabalhadores.

Nesse caso, por exemplo, surgiu da região de Ribeirão Preto e eu faria uma referência muito especial ao companheiro Cidão, de Sertãozinho, que foi o primeiro no Estado de São Paulo a implantar o dissídio coletivo. Depois o companheiro Japypir, de Pontal. Nós, de Cravinhos, e assim por diante, até que a Federação resolveu encampar a luta. E hoje, nós estamos com o dissídio coletivo cobrindo o Estado todo: a Federação na áreas inorgânicas e os sindicatos nas suas bases.

Por outro lado, no dia 21 de agosto, na mesa-redonda que houve na subdelegacia do trabalho de Ribeirão Preto esteve presente um companheiro da Federação dos trabalhadores do Pará que veio justamente para conhecer como é procedida a instauração do dissídio, que eles estão pensando em implantar lá. Então, são coisas que surgiram no Estado de São Paulo e que a gente espera, em tempo breve, atingir no Brasil inteiro.

Como tem se dado a participação das bases dos trabalhadores, na discussão, por exemplo, desse índice de 60%. Como o Sindicato tem procedido pra chegar a essa reivindicação, pra levá-la para as bases e discutir com elas?

Pra ser sincero, esse ano não foi... assim... quer dizer foi discutido e aprovado junto com os trabalhadores, mas como uma proposta. O dissídio foi instaurado em âmbito estadual pela Federação, inclusive para as áreas inorgânicas. Então, foi adotado o sistema de unificação para não haver divergências de um município pra outro. Então, na Federação, em assembleia, foi discutido o índice e quem determinou foram os delegados do Conselho de Representantes da Federação, que aprovou. Depois, então, discutiu-se nas bases. Agora, é claro que, pelo menos nós aqui já havíamos trocado idéias com os trabalhadores e muita sugestão saiu deles. O ideal seria um reajuste de 80 a 100%, principalmente pra quem ganha salário mínimo.

Além do índice de 60%, existem outras reivindicações relativas às condições de trabalho, que têm sido encaminhadas através dos dissídios?

Nós encaminhamos como reivindicações, 23 cláusulas. São diversas, eu não me lembro de todas de cor. Estamos exigindo transporte dos trabalhadores em condução própria para pessoa humana. Não estamos exigindo se será de ônibus, perua ou carro, mas que não seja



da maneira que está sendo, porque pra nós caminhão não é transporte de pessoa humana. Isso, inclusive, já é previsto em lei. O transporte só é permitido, o trabalhador só está sendo transportado porque ele vem aceitando, porque nunca ninguém gritou, ninguém falou nada. As autoridades conhecem a lei, sabem disso, mas enquanto ninguém gritar eles também não mexem, porque eles não estão viajando de caminhão como os trabalhadores. Por outro lado, uma coisa que é comum, não aqui no nosso município, mas por esse Estado afora, é o trabalhador só trabalhar o dia que tem serviço, o dia que amanhece chovendo, o dia que o caminhão quebra ou o patrão resolve não ir buscar, então ele perde esses dias. Então, nós estamos reivindicando que os trabalhadores tenham a garantia também desses dias de serviço perdidos por motivo contrário à vontade dele, ou seja chuvas, problemas do empregador, etc.

Estamos pedindo também contratação de seguro por acidente de trabalho. O Funrural paga o acidente de trabalho, mas só considera acidente de trabalho aquele que é sofrido lá no serviço. O transporte, por exemplo, não está coberto pelo seguro do Funrural. Além do mais o trabalhador só tem direito a 75% do salário mínimo, no caso de acidentes, o que acho um absurdo. Antes de passar o seguro para o Funrural o trabalhador rural era segurado pelo INPS e o trabalhador recebia o que constava na carteira profissional. Agora pelo Funrural, não importa o que ele ganha, mas o que ele vai receber é somente 75% do salário mínimo. Eu acho isso um absurdo. Estamos pedindo também a complementação do ordenado: o Funrural paga 75% e o empregador deverá completar a diferença e no caso do trabalhador ficar incapacitado parcialmente então ele terá a garantia de emprego. As vezes ele pode perder a condição para trabalho mais pesado, mas ele pode fazer um serviço mais leve. Atualmente, empregador nenhum aceita e não tem feito isso, eles alegam que não tem serviço leve! Então nós estamos reivindicando a permanência do trabalhador no serviço, a garantia do emprego dele.

EM TEMPO!